

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO

**CONSUMO POR IDOSOS EM ARRANJOS FAMILIARES  
UNIPESSOAL E RESIDINDO COM O CÔNJUGE: ANÁLISE DE  
DADOS DA POF 2008/2009**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2013**

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

M528c  
2013

Melo, Natália Calais Vaz de, 1987-

Consumo por idosos em arranjos familiares unipessoal e  
residindo com o cônjuge : análise de dados da POF 2008/2009 /  
Natália Calais Vaz de Melo. – Viçosa, MG, 2013.  
xv, 104f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.103-109.

1. Idosos - Condições econômicas. 2. Consumo  
(Economia). 3. Família. I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia Doméstica. Programa de  
Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 305.26


NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO

**CONSUMO POR IDOSOS EM ARRANJOS FAMILIARES  
UNIPESSOAL E RESIDINDO COM O CÔNJUGE: ANÁLISE DE  
DADOS DA POF 2008/2009**

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das  
exigências do Programa de Pós-Graduação  
em Economia Doméstica, para obtenção do  
título de *Magister Scientiae*

APROVADA: 25 de junho de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Maria das Dores Saraiva de Loreto

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Afonso Augusto T. de F. de C. Lima

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Karla Maria Damiano Teixeira  
(Orientadora)

*Dedico este trabalho aos meus pais e  
minhas irmãs que sempre me apoiaram,  
incentivaram e me deram forças  
para chegar até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e pelos dons que Dele recebi, por ter me proporcionado a chance de crescimento profissional e permitir que concretizasse mais esta etapa.

À minha família, pelo apoio incondicional, que sempre confiou e acreditou no meu potencial, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando, me dando força, sabendo entender e perdoar as ausências que muitas vezes foram necessárias para alcançar os objetivos desejados.

Ao meu pai, por me conduzir sempre no caminho da verdade, por me ensinar a ser perseverante e a superar os momentos difíceis; acima de tudo pelo apoio certo nas horas incertas e pela oportunidade de estudo.

À minha mãe e à minha avó, que mesmo junto de Deus, sei que cuidam e iluminam meus caminhos. Saudades.

Às minhas irmãs, pela amizade, força, por torcerem e acreditarem em mim, por sempre estarem ao meu lado me incentivando e ajudando.

À minha sobrinha e à Brenda, por terem trazido alegria para nossa família.

Ao meu amor, por todos os instantes de atenção, carinho, amor, paciência, pelas palavras de ânimo ou, simplesmente, por me ouvir, pois tudo seria mais difícil sem o seu carinho e sua compreensão.

Aos meus cunhados, que em momentos de necessidade sempre se fizeram presentes, e por proporcionar momentos de alegrias e descontração.

Aos meus tios (as), primos (as), padrinhos e madrinhas, em especial à Tia Fátima e Tia Inês que em tantos momentos difíceis, nos quais nem sabíamos onde ir, estiveram perto, de portas abertas para nos receber.

Às grandes amigas que pude conquistar durante todas as gerações da República de Viçosa, por terem sempre aquela palavra amiga, consolo, apoio e ânimo para seguir em frente, e pelos nossos momentos de descontração, risos e trocas de experiências.

À minha orientadora, Karla Damiano, pela dedicação, apoio, atenção, paciência, pelas sábias orientações, contribuindo para minha formação profissional, por me proporcionar a oportunidade de ser bolsista do REUNI, onde pude ter momentos

enriquecedores, e construir conhecimentos fundamentais para minha vida acadêmica. Obrigada por confiar em mim.

Aos meus co-orientadores Marco Aurélio e Neuza por estarem sempre dispostos a contribuir.

Aos colegas do mestrado, obrigada pela convivência e pelas trocas de experiências.

Ao programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pela oportunidade e confiança.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica pela atenção e presteza.

À CAPES, pelo apoio financeiro, e ao IBGE, através dos microdados da POF, que propiciou-me o desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa, pelos anos de formação profissional na graduação e na pós-graduação.

E a todos aqueles que eu não mencionei, mas, que de forma direta ou indireta, tiveram participação para alcance dos objetivos, os meus sinceros agradecimentos.

## BIOGRAFIA

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO, filha de Wanderley Vaz de Melo e Rosângela Calais Vaz de Melo, nascida aos 06 dias do mês de dezembro de 1987, em Guiricema, Minas Gerais.

Em 2006, ingressou no curso de Bacharelado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde se integrou ao grupo do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica (PET), financiado pela SESu/MEC, trabalhando com a tríade ensino, pesquisa e extensão, tendo concluído o curso em janeiro de 2010.

Em fevereiro de 2011 iniciou o Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica, tendo como linha de pesquisa “Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar”, em nível de Mestrado, na Universidade Federal de Viçosa.

Em junho de 2013 submeteu-se à defesa da dissertação, obtendo o título de *Magister Scientiae* em Economia Doméstica.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>viii</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>xi</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>xii</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>xiv</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1. Contextualização do Problema e Justificativa .....	4
1.2. Objetivo Geral .....	7
1.3. Objetivos Específicos .....	7
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>9</b>
2.1. Os Idosos e os Novos Arranjos Familiares .....	9
2.2. Condicionantes do Consumo entre Idosos.....	13
2.3. Consumo e a Hipótese do Ciclo de Vida Familiar.....	17
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>21</b>
3.1. Caracterização da Pesquisa.....	21
3.2. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 .....	22
3.3. Universo de Análise.....	23
3.4. Forma de Coleta dos Dados .....	24
3.5. Forma de Análise dos Dados .....	28
3.6. Categorias de Análise .....	30
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>34</b>
4.1. Perfil socioeconômico dos idosos.....	34
4.2. Cálculo do gasto médio anual dos idosos em arranjos unipessoal e residindo com o cônjuge, com base nas despesas estipuladas pela POF (2008/2009).....	40

4.3. Tipos de bens e serviços que os idosos consomem, com base no seu arranjo familiar, nas diversas regiões do país .....	46
4.4. Tipos de bens e serviços que os idosos dos arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge consomem de acordo com os estratos econômicos ....	56
4.5 Análise dos fatores que influenciam nos tipos de bens e serviços consumidos por idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge..	62
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>94</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Níveis de renda utilizados na pesquisa.....	31
Tabela 2 – Descrição das variáveis de despesa e rendimento. ....	31
Tabela 3 – Teste $t$ para despesas com habitação. ....	46
Tabela 4 – Teste $t$ para despesas diversas. ....	47
Tabela 5 – Teste $t$ para despesas com lazer. ....	47
Tabela 6 – Teste $t$ para despesas com transporte.....	47
Tabela 7 – Teste $t$ para despesas com educação.....	48
Tabela 8 – Teste $t$ para despesas com alimentação dentro do domicílio.....	48
Tabela 9 – Teste $t$ para despesas com alimentação fora do domicílio.....	49
Tabela 10 – Teste $t$ para despesas com fumo. ....	49
Tabela 11 – Teste $t$ para despesas com produtos de higiene e cuidados pessoais.....	50
Tabela 12 – Teste $t$ para despesas com assistência à saúde.....	50
Tabela 13 – Teste $t$ para despesas com vestuário. ....	50
Tabela 14 – Fatores que influenciam nos gastos com habitação identificados por meio de regressão linear múltipla.....	63
Tabela 15 – Fatores que influenciam nos gastos com despesas diversas identificados por meio de regressão linear múltipla.....	67
Tabela 16 – Fatores que influenciam nos gastos com lazer identificados por meio de regressão linear múltipla.....	68
Tabela 17 – Fatores que influenciam nos gastos com transporte identificados por meio de regressão linear múltipla.....	69
Tabela 18 – Fatores que influenciam nos gastos com educação identificados por meio de regressão linear múltipla.....	72
Tabela 19 – Fatores que influenciam no consumo de alimentos dentro do domicílio identificados por meio de regressão linear múltipla.....	73
Tabela 20 – Fatores que influenciam nos gastos com alimentação fora do domicílio identificados por meio de regressão linear múltipla.....	74

Tabela 21 – Fatores que influenciam nos gastos com fumo identificados por meio de regressão linear múltipla.....	76
Tabela 22 – Fatores que influenciam nos gastos com produtos de higiene e cuidados pessoais identificados por meio de regressão linear múltipla. ....	77
Tabela 23– Fatores que influenciam nos gastos com assistência à saúde identificados por meio de regressão linear múltipla.....	79
Tabela 24 – Fatores que influenciam nos gastos com vestuário identificados por meio de regressão linear múltipla.....	81
Tabela 25 – Fatores que mais influenciaram nos gastos das variáveis de consumo analisadas, sendo identificados por meio de regressão linear múltipla. ....	82
Tabela 26 – Perfil socioeconômico dos idosos que residiam sozinhos e dos que moravam apenas com o cônjuge.....	95
Tabela 27 – Valor em reais do rendimento anual dos idosos que residiam sozinhos e dos que moravam apenas com o cônjuge.....	96
Tabela 28 – Cálculo do gasto médio anual, por categorias de despesas, dos idosos no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. ....	97
Tabela 29 – Cálculo do gasto médio anual, por categorias e subcategorias de despesas, dos idosos no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. ....	98
Tabela 30 – Média dos gastos por região das categorias de despesas do arranjo familiar unipessoal. ....	101
Tabela 31 – Média dos gastos por região das categorias de despesas do arranjo familiar residindo com o cônjuge.....	102
Tabela 32 – Média dos gastos por faixa de renda das categorias de despesas do arranjo familiar unipessoal.....	103
Tabela 33 – Média dos gastos por faixa de renda das categorias de despesas do arranjo familiar residindo com o cônjuge. ....	104

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das regiões do país por faixas de renda (AB, C, D e E) em relação aos arranjos unipessoal e residindo com o cônjuge.....	36
Gráfico 2 – Distribuição das regiões do país por nível de escolaridade em relação ao grupo de idosos que moravam sozinhos, ao cônjuge e ao idoso que reside com o cônjuge.....	37
Gráfico 3 – Distribuição do nível de escolaridade por faixas de renda (AB, C, D e E) em relação aos arranjos unipessoal e residindo com o cônjuge.....	38
Gráfico 4 – Cálculo do gasto médio anual, por categorias de despesas, dos idosos no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. ....	41
Gráfico 5 – Cálculo do gasto médio anual, dos itens de despesas com habitação, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. ....	42
Gráfico 6 – Cálculo do gasto médio anual, dos itens de despesas de despesas, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. ....	43
Gráfico 7 – Cálculo do gasto médio anual, dos itens de despesas com lazer, educação e produtos de higiene e cuidados pessoais, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge.....	44
Gráfico 8 – Cálculo do gasto médio anual, dos itens de despesas com transporte e vestuário, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge.....	45
Gráfico 9 – Cálculo do gasto médio anual, dos itens de despesas com assistência à saúde, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. ....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AFU** - Arranjo Familiar Unipessoal

**AFRC** - Arranjo Familiar Residindo com o Cônjuge

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBM SPSS** - Statistical Package for Social Sciences

**IPC** - Índice de Potencial de Consumo

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**POF** - Pesquisa de Orçamentos Familiares

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**STATA** - Data Analysis and Statistical Software

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**VIF** - Variance Inflation Factor

## RESUMO

MELO, Natália Calais Vaz de Melo, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2013. **Consumo por Idosos em Arranjos Familiares Unipessoal e Residindo com o Cônjuge:** Análise de Dados da POF 2008/2009. Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira. Coorientadores: Neuza Maria da Silva e Marco Aurélio Marques Ferreira.

Uma das transformações sociais mais importantes que ocorreram na sociedade nos últimos anos está relacionada ao aumento demográfico dos idosos. Com a maior longevidade e aumento de seu poder aquisitivo, os idosos têm se tornado consumidores cada vez mais assíduos, além de prezarem pela qualidade dos bens e serviços. Contudo, o consumo de bens e serviços por idosos em diferentes arranjos familiares no Brasil ainda é pouco conhecido. Assim, a escolha de realizar uma pesquisa que relaciona os arranjos familiares e o consumo se faz pela necessidade de melhor compreender as transformações sociais pelas quais a sociedade brasileira contemporânea passa. Diante desse contexto, este estudo consistiu em comparar, através dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008/2009), o consumo de bens e serviços pelos idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge, a partir de variáveis socioeconômicas e geográficas. A pesquisa teve caráter quantitativo, descritivo, com corte transversal e utilizou-se de microdados da POF (2008-2009) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como universo de análise, teve-se os arranjos familiares de idosos que constituíam unidades domésticas unipessoais ou que residiam com o cônjuge de todas as regiões do país. Os dados foram extraídos utilizando-se o software STATA e analisados estatisticamente através do SPSS. Os resultados permitiram constatar que a maioria dos idosos estudados eram “jovens”, ou seja, possuíam idade entre 60 a 69 anos, brancos, residiam na área urbana do país, possuíam o ensino fundamental e, a minoria, estava na faixa AB de renda, sendo esta proveniente, em sua maioria, de transferências. A maior parte dos idosos do arranjo unipessoal vivia no nordeste e, no caso do arranjo residindo com o cônjuge, no sudeste. O arranjo familiar residindo com o cônjuge gastava mais do que o unipessoal no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. É válido ressaltar que dentro destes itens de despesas selecionados, os maiores gastos dos arranjos familiares estudados estavam com itens de

habitação, alimentação dentro do domicílio e assistência à saúde. Em ambos os arranjos familiares, aqueles que residiam na região sul eram os que apresentavam os maiores gastos em relação às categorias de despesas analisadas, principalmente quando comparados aos residentes no nordeste do país. Apesar dos domicílios configurados nestes arranjos familiares serem a minoria pertencente à faixa de renda AB, eram eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despesas analisados. Logo, concluiu-se que a renda total do domicílio foi o fator que teve maior influência no consumo de bens e serviços entre os arranjos familiares, uma vez que com a melhoria da renda, os idosos estão tendo um maior poder de compra, buscando, cada vez mais, investir em sua saúde e bem estar. Assim sendo, sabe-se que à medida que a população envelhece as necessidades dos consumidores mais velhos se tornam cada vez mais influentes, embora a sociedade ainda não esteja preparada para atender totalmente às necessidades desse segmento. Portanto, entender as relações de consumo desse segmento é extremamente relevante, a fim de que os bens e serviços oferecidos proporcionem satisfação e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

## ABSTRACT

MELO, Natália Calais Vaz de Melo, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2013. **Elderly people's consumption in single-person and living with the spouse family arrangements:** Analysis of POF 2008/2009 data. Adviser: Karla Maria Damiano Teixeira. Co-Advisers: Neuza Maria da Silva and Marco Aurélio Marques Ferreira.

One of the most important social changes that have occurred in society in recent years is related to the increase of the elderly population. With greater life longevity and increase in their purchasing power, the elderly have become increasingly frequent consumers, in addition to giving more importance to the quality of goods and services. However, the consumption of goods and services by the elderly in different family arrangements in Brazil is still little known. Thus, the choice to do a research that makes a relationship between family arrangements and consumption is made by the need to better understand the social transformations through which the contemporary Brazilian society is undergoing at the moment. Therefore this study compared, by using microdata from the Household Budget Survey (Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008/2009), the consumption of goods and services by the elderly who lived alone and those living with a spouse, from socioeconomic and geographic variables. The study was a quantitative, descriptive, cross-sectional and used microdata from POF (2008-2009) carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Living arrangements of elderly that were single-person households or those residing with the spouse in all regions of the country were universe of analysis. Data were extracted using the STATA software and statistically analyzed using the SPSS. Results show that the majority of the elderly were "young", i.e., they were at 60-69 years old, white, lived in urban areas of the country, had elementary school degree, and the minority, was in the AB income range, which is derived mostly from transfers. Most elderly from the single-person arrangement lived in the northeast, and those living with the spouse lived in the southeast. The residing with the spouse family arrangement spent more than the single-person in relation to items of housing expenses, miscellaneous expenses, leisure, transportation, food within the household, tobacco, personal care items, health care and clothing. It should be highlighted that within these selected expense items, the highest expenses of the assessed family arrangements were housing items, food within the household and health care. In both family arrangements, those who resided in the

southern region were those with higher expenses in relation to expenditure categories analyzed, particularly when compared to residents in the Northeast. Despite these households set in such family arrangements are a minority belonging to the AB income group, they were responsible for the higher expenses with the analyzed expenditure items. Therefore, it is concluded that the total household income was the factor that had the greatest influence on the consumption of goods and services among family arrangements, since the elderly have greater purchasing power as their income improves, and investing more and more in their health and welfare. Thus, it is known that as the population gets older, the needs of the elder consumers becomes more influential, although the society is not yet completely prepared to meet the needs of this segment. Therefore, understanding consumer relationships of this segment is extremely important, so that the offered goods and services provide satisfaction and improved quality of life for the elderly people.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo dar evidência aos tipos de bens e serviços consumidos por idosos no Brasil, a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/2008-2009), como forma de se refletir sobre a importância da economia doméstica e do consumo sobre a sociedade moderna.

A escolha desse tema se justifica em função de mudanças sociais ocorridas na sociedade a partir dos anos de 1970, especialmente aquelas relativas à redução das taxas de fecundidade e mortalidade e aumento da longevidade que tiveram impactos diretos sobre o tamanho e composição das famílias, bem como nas relações de gênero e nos padrões de consumo (CARVALHO; ALVES, 2010). Uma das transformações sociais mais importantes que ocorreram está relacionada ao aumento demográfico dos idosos, sendo crescente o fenômeno do envelhecimento da população em todas as sociedades economicamente desenvolvidas ou em desenvolvimento (OSÓRIO; PINTO, 2007).

O processo de envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações nas mais distintas esferas da sociedade, seja na econômica, seja na organização social e política, dentre outras. Diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional no Brasil, assim como em vários outros países em desenvolvimento, ocorre num contexto socioeconômico desfavorável devido às baixas taxas de crescimento econômico; crise fiscal do estado; elevados níveis de desigualdade social; altas taxas de analfabetismo; problemas com saneamento, habitação, pobreza; e, carência de instituições devidamente consolidadas, entre outros (GUIMARÃES, 2006).

Pereira et al. (2005) complementam a asserção afirmando que o processo de envelhecimento do idoso brasileiro caracteriza-se pelo acúmulo de incapacidades progressivas nas atividades funcionais<sup>1</sup> e de vida diária, associado a condições socioeconômicas adversas. Assim, o acelerado ritmo de envelhecimento no Brasil cria novos desafios para a sociedade contemporânea, uma vez que esse processo ocorre em um cenário de profundas transformações sociais, urbanas, industriais e familiares.

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que o idoso reduz sua capacidade funcional devido ao curso do tempo, tal como em todos os organismos vivos, mas essas limitações não impedem o desenvolvimento de uma vida plena (OSÓRIO; PINTO, 2007). Por essa razão, a conscientização e a mobilização da sociedade vêm demandando cada vez mais que seja internalizado o conceito de envelhecimento ativo adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que consiste num processo que busca otimizar as oportunidades de saúde, seja no bem-estar físico, mental e social, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem (GUIMARÃES, 2006).

Há de se ressaltar, porém, que no Brasil, de acordo com os estudos de Medeiros et al. (2006) e Carvalho (2010), com a estabilização econômica, proporcionada pelo Plano Real, houve um aumento do poder aquisitivo e do bem-estar das famílias brasileiras. Com essas mudanças econômicas, o padrão de consumo se modificou, havendo mudanças nas estruturas dos gastos e dos rendimentos das famílias, já que os gastos destas estão relacionados com alguns fatores, destacando-se as alterações e distribuições da renda, além dos preços dos produtos. Tais modificações também foram vivenciadas pelos idosos.

O idoso contemporâneo, da segunda década do século XXI, tem acesso a uma renda maior em relação às últimas décadas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) mostram que o número de idosos com rendimento *per capita* médio familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo sofreu uma queda expressiva entre 1995 e 2005. Comparando com os dados do IBGE (2010), estes mostram que em 2009 pouco menos de 12,0% dos idosos no país viviam com renda domiciliar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Furbino e Castro (2011) mostram que no período de 1992 a 2010 a renda média dos idosos foi a que mais cresceu, saltando de R\$660,00 em 1992 para R\$1.092,00 no ano de 2009, rendimento 58% maior do que a renda média do brasileiro, que era de R\$633,00. Esse aumento da renda dos idosos e o seu maior poder de compra, antes ignorados pela indústria e pela sociedade em geral, faz com que ele se torne um grupo social que atrai o interesse individual e coletivo dos industriais, de forma crescente (OSÓRIO; PINTO, 2007).

No entanto, na percepção de Sievert e Taíse (2007), as empresas estão se preocupando pouco com esse novo público que está surgindo, não se atentando para o fato de que este é um grupo que está em constante crescimento e que deveria ser visto como consumidor em potencial, principalmente devido ao seu poder aquisitivo, disponibilidade de tempo e preocupação com sua saúde e bem-estar.

Já na concepção de Furbino e Castro (2011), as empresas instaladas no Brasil nunca prestaram tanta atenção nos idosos como em 2011, pois nos últimos dezenove anos, esse segmento da população cresceu não só em número, mas em poder de consumo, uma vez que eles compram, viajam, vão ao cinema, frequentam clubes da terceira idade, ajudam a família, namoram, casam-se outra vez e têm uma saúde melhor

do que no fim da década de 90, movimentando ao ano, cerca de R\$234,3 bilhões, mais de 10% do consumo total do país.

É importante ressaltar ainda que à medida que se envelhece, as preferências e necessidades por produtos e serviços tendem a mudar. As necessidades e gastos de uma família são afetados por fatores, como o número de pessoas na família, sua idade e o número de adultos que trabalham fora. Reconhecendo que as necessidades e gastos familiares mudam com o tempo, faz-se necessário destacar o ciclo de vida familiar, que combina tendências na composição da renda e da família com as mudanças nas demandas colocadas para essa renda (SOLOMON, 2002), como é o caso dos idosos.

Dados do IBGE (2012) revelam que existe diferença de consumo entre os arranjos familiares, independente de serem ou não formados por idosos. Analisando os tipos de arranjos familiares, nas famílias unipessoais, as despesas com habitação absorveram 35,4% do total das despesas totais, enquanto nas famílias compostas por casal sem filhos a participação foi de 29,9%. No que se referem às despesas médias do grupo alimentação, estas representaram 16,1% do total das despesas familiares. Diferente das despesas com habitação, o perfil dos gastos com alimentação mostrou certo equilíbrio dentre os diversos arranjos familiares. Quando se trata de despesa com o grupo transporte, a média dos gastos das famílias brasileiras investigadas pela POF 2008-2009 teve praticamente o mesmo peso das despesas com alimentação, 16,0%. No caso do gasto familiar com o grupo assistência à saúde, este representou 5,9% do total das despesas familiares, sendo as famílias unipessoais (6,8%), casal sem filhos (6,6%) e casal com filhos e outros parentes (6,5%) as que tiveram maior representatividade neste grupo. Em relação às despesas com educação, a estrutura familiar foi um fator determinante, visto que a presença de filhos faz com que o peso relativo dos valores seja, no mínimo, o dobro do das famílias sem filhos. Diante desses dados, vivendo-se em uma sociedade de consumo e tendo em vista a diversidade de arranjos familiares e o crescente número da população idosa, faz-se necessário investigar o consumidor idoso inserido nos diversos arranjos familiares.

Não obstante às reflexões já desempenhadas sobre a questão do consumo efetivado por idosos no país, julga-se importante as análises no sentido de compreender como os diferentes arranjos familiares intervêm no consumo de bens e serviços de idosos. Assim, no presente estudo realizou-se uma análise acerca dos determinantes do

consumo de idosos que moravam sozinhos e aqueles que residiam apenas com o cônjuge<sup>2</sup>, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008/2009), permeando questões relativas aos tipos de bens e serviços consumidos, de acordo com os tipos de arranjos familiares, renda familiar, nível de escolaridade, entre outros.

### **1.1. Contextualização do Problema e Justificativa**

A família, ao longo do tempo, passa por diversas mudanças, derivadas, muitas vezes do próprio ciclo de vida, tais como o casamento, o nascimento e a educação dos filhos, a saída dos filhos do lar, a aposentadoria e a morte. Essas mudanças podem trazer diversos sintomas e disfunções em relação ao funcionamento familiar no decorrer da vida, visto que acontece uma série de eventos sociais e os indivíduos assumem diferentes papéis em um espaço de tempo (FRAGA et al., 2011).

Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005, objetivou analisar os arranjos domiciliares dos idosos, apresentando dados comparativos de 130 países. Esses dados mostram que aproximadamente uma em cada sete pessoas idosas (90 milhões) vive sozinha, sendo que cerca de 2/3 dessas são mulheres. Há, ainda, uma tendência a favor de modalidades de vida independente (sozinho ou sozinho com o cônjuge) mais consolidada em países desenvolvidos. Dados desse estudo também mostram uma menor proporção de mulheres idosas casadas, comparativamente aos homens (cerca de 45% contra 80%); sendo que quanto maior o nível de desenvolvimento econômico do país, menores são as taxas de coresidência entre os idosos (UNITED NATIONS, 2005 *apud* CAMARGOS et al., 2007).

Dados do IBGE (2008) informam que, entre 1997 e 2007, denotou-se no Brasil um crescimento do percentual de domicílios unipessoais para pessoas de 60 anos ou mais (11,2% para 13,5%), determinando um novo arranjo domiciliar. De acordo com Ramos et al. (2010), a condição que justifica a tendência da escolha do idoso em morar só pode advir da busca pela individualidade ou em decorrência das perdas humanas,

---

<sup>2</sup> O arranjo familiar unipessoal se refere à unidade de consumo na qual o idoso mora sozinho. E o arranjo familiar residindo com o cônjuge, neste estudo, foi considerado como a unidade de consumo onde o idoso mora apenas com o cônjuge, ou que esteja no estágio de ninho vazio do ciclo de vida familiar. A unidade de consumo, para efeito de divulgação da POF, é considerada equivalente ao termo “família”, que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

insuficiência econômica, aposentadoria, abandono ou descaso de seus familiares, dentre outros fatores. Capitanini (2000) associa esse panorama à redução do número de indivíduos a cada geração, devido à diminuição das taxas de natalidade e fecundidade; mudanças nos valores concernentes à vida familiar e ao casamento, levando ao crescimento do número de adultos solteiros e descasados; e, aumento da mobilidade geográfica da população jovem e a urbanização, reduzindo a convivência intergeracional e a longevidade prolongada.

Camargos e Rodrigues (2008) complementam afirmando que diante da recente tendência do aumento do número de divórcios, mudanças de estilo de vida, melhora nas condições de saúde da população idosa e aumento da longevidade, com destaque à maior sobrevivência feminina, é de se esperar que, ao longo dos anos, cresça cada vez mais o número de domicílios unipessoais, ou seja, o número de idosos vivendo sozinhos.

No Brasil, apesar de nesta segunda década do século XXI, o número de domicílios unipessoais não ser expressivo em relação aos demais arranjos domiciliares de idosos, o número de idosos morando sozinhos vem crescendo ao longo dos anos (CAMARGOS et al., 2008). De acordo com os dados do IBGE (2011), houve, entre 2000 e 2010, um crescimento significativo das unidades domésticas unipessoais no país, independente de serem de idosos ou não. A média brasileira passou de 8,6% para 12,1%. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, cujos índices de envelhecimento foram mais elevados, tinham o maior percentual no país, enquanto que o Amazonas e o Maranhão apresentaram menores percentuais de pessoas idosas que viviam sós.

Além disso, Camargos et al. (2010) afirmam que a realidade dos idosos brasileiros que vivem sozinhos ainda é pouco conhecida. Apesar de velhice não ser sinônimo de doenças ou incapacidades, sabe-se que nessa fase da vida as pessoas tendem a estar mais susceptíveis a problemas de saúde e, conseqüentemente, carentes de apoio. Mesmo que a coresidência não seja um indicador suficiente para medir ajuda, ela pode ser considerada um importante instrumento facilitador para que as trocas ocorram entre os idosos e outros familiares. Os autores ainda afirmam que um idoso que mora com o cônjuge ou com os filhos e netos tenderia a apresentar maiores chances de

receber cuidado informal<sup>3</sup>. Em contrapartida, os idosos que moravam sozinhos, apesar de participarem das relações de troca, estão menos propensos a receber este tipo de cuidado e com maiores chances de receberem cuidado formal<sup>4</sup>.

O estudo realizado por Almeida (2002) mostra que a importância do idoso dentro do contexto familiar depende bastante da sua própria condição física. Muitas vezes, pessoas com idades mais avançadas, acima dos 80 anos, encontram dificuldade em assumir a chefia da família. Nesse caso, os mais jovens realizam essa função e utilizam a renda desse idoso proveniente dos seus benefícios assistenciais para o sustento da casa. Outro aspecto com relação à importância do idoso, no estudo em questão, se deve ao sexo. Geralmente, a mulher idosa ou aposentada, quando viúva, assume um importante papel dentro da família, exercendo a condição de chefia; do contrário é responsável pelas tarefas domésticas e utiliza seu tempo com os cuidados dos filhos e netos. Já os homens idosos auxiliam a família executando trabalhos externos. Assim, o autor afirma que no contexto familiar, a presença do idoso, graças a sua renda mais estável, permite uma elevação do poder de compra de toda a sua família, principalmente aquelas que possuem filhos e netos morando juntos.

Com sua maior longevidade, maior poder aquisitivo e exposição constante às propagandas e estereótipos impostos pela sociedade, os idosos buscam produtos e serviços para satisfazer não só suas necessidades, mas também sua vaidade. Importa ressaltar que uma pesquisa da Associação Nacional das Empresas de Pesquisa de Mercado indicou que os idosos, com mais de 60 anos, das regiões metropolitanas do Brasil, são consumidores assíduos, que prezam por qualidade dos bens e serviços consumidos e costumam ser fiéis às marcas e lojas onde são bem atendidos (CONTO, 2009). Apesar desses indicadores, o consumo de bens e serviços por idosos em diferentes arranjos domiciliares no Brasil ainda é pouco conhecido entre os pesquisadores das Ciências Sociais. Assim, a escolha de realizar este estudo que relaciona os arranjos familiares e o consumo de bens e serviços por idosos se faz pela necessidade de compreender melhor as transformações sociais pelas quais a sociedade contemporânea passa.

---

<sup>3</sup> Cuidado informal se refere aos cuidados que os idosos recebem de seus filhos, de outros parentes e até mesmo de amigos.

<sup>4</sup> Cuidado formal são os cuidados oferecidos por profissionais, principalmente da área da saúde.

Nesse sentido, foi importante refletir sobre as seguintes questões norteadoras para a realização dessa pesquisa: Qual o perfil socioeconômico dos idosos que moram sozinhos e daqueles que residem com o cônjuge no país? O arranjo familiar condiciona os tipos de bens e serviços consumidos por idosos? Em caso positivo, a que fatores se devem essa diferença? O fato de pertencer a uma determinada região do país (norte, nordeste, sul, sudeste ou centro-oeste) diferencia nos itens consumidos entre os arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge? Pertencer a uma determinada faixa de renda traz diferença no consumo entre esses arranjos?

Dentre os diferentes tipos arranjos familiares, optou-se por estudar o arranjo familiar unipessoal e o arranjo familiar residindo com o cônjuge. A escolha de trabalhar com esses dois tipos de arranjos familiares se deve à suposição de que quanto maior o número de membros corresidentes na unidade de consumo, em diferentes idades, maiores serão as variações no consumo, pois cada indivíduo possui necessidades diferenciadas, principalmente em relação às faixas etárias.

Nessa perspectiva, faz-se importante este trabalho uma vez que são escassos os estudos na literatura científica brasileira sobre o consumo por idosos nos diferentes arranjos domiciliares. Estudos desta natureza podem contribuir para uma maior compreensão sobre a dimensão do envelhecimento em termos do consumo, haja vista que com o aumento da população idosa novas demandas vêm surgindo para atender e assegurar a qualidade de vida desse segmento. Essa necessidade é ressaltada por Almeida (2002) quando afirma que essa carência é muitas vezes justificada pelo baixo número das pesquisas sobre a estrutura orçamentária das famílias.

## **1.2. Objetivo Geral**

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em compreender, através dos microdados da POF (2008/2009), os fatores condicionantes e influenciadores do consumo de bens e serviços pelos idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge.

## **1.3. Objetivos Específicos**

Especificamente, pretendeu-se:

- ✓ Delinear o perfil socioeconômico e demográfico dos idosos;

- ✓ Calcular o gasto médio anual por categorias de despesas<sup>5</sup> estipuladas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009;
- ✓ Identificar e comparar os tipos de bens e serviços que os idosos consomem, com base em seu arranjo familiar, nas diversas regiões do país;
- ✓ Definir os estratos econômicos aos quais os idosos que moravam sozinhos e os que residiam com o cônjuge pertencem e comparar as despesas de consumo desses arranjos familiares;
- ✓ Analisar os fatores que influenciam nos tipos de bens e serviços consumidos.

---

<sup>5</sup> Despesas em relação à habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação dentro e fora do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

Esta seção está organizada em três tópicos, a saber: os idosos e os novos arranjos domiciliares; condicionantes do consumo entre idosos; e, consumo e a hipótese do Ciclo de Vida Familiar.

### **2.1. Os Idosos e os Novos Arranjos Familiares**

As famílias brasileiras vêm passando por diversas mudanças desde a década de 1980, podendo-se citar uma diminuição no tamanho e maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares. Os arranjos de maior crescimento, a partir de 1990, foram os de adultos vivendo só e de famílias monoparentais. Além disto, tem ocorrido um aumento da complexidade da vida familiar, resultante do acréscimo no número de famílias reconstituídas, em decorrência do incremento nas taxas de separação, divórcio e recasamentos (GOLDANI, 1994). Nesse sentido, Shaffer (2009) coloca que a família vive em um mundo de constantes mudanças e que, na última metade do século XX, diversas mudanças sociais afetaram a configuração da família tradicional, destacando-se o maior número de adultos solteiros, adiamento ativo do casamento, menor taxa de natalidade, mais mulheres no mercado de trabalho, mais divórcio, maior número de famílias monoparentais e de recasamentos.

Goldani (1994) destaca que uma das explicações mais comuns para as mudanças nas estruturas familiares, iniciadas por volta de 1960, foi a marcante presença das mulheres brasileiras nos espaços públicos, acompanhada pelas discussões sobre feminismo, trabalho, desigualdades e direitos da mulher. A autora ressalta ainda que, no período de 1960 a 1991, o país passou predominantemente de rural para urbano, sendo que a dinâmica demográfica foi marcada por aumento da educação e redução da taxa de fecundidade; aumento na expectativa de vida, causando impacto na estrutura etária e na longevidade da população; expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina; diversificação nos tipos de união; aumento das separações e divórcios; crescente proporção de mulheres solteiras com filhos; processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho; e, desigualdades de renda, raciais e regionais, gerando assim novas condições de reprodução para as famílias brasileiras.

Berquó e Cavenaghi (1988) complementam afirmando que as mudanças nas taxas de fecundidade e mortalidade afetaram a distribuição do tamanho da família não só direta como indiretamente, pelo seu efeito na estrutura dos casamentos, principalmente no que se refere à fecundidade, contribuindo, assim, para a redução do número de membros da família. Carvalho et al. (2009) afirmam que a tendência exposta pela trajetória do tamanho das famílias indica que as unidades domiciliares com poucos membros (uma ou duas pessoas) estão aumentando e, ao mesmo tempo, está ocorrendo uma redução do crescimento das famílias com mais de 5 pessoas. Assim, de acordo com Santos e Dias (2008), há distintos modelos de famílias, caracterizando-se, mais do que nunca, pela diversidade dos arranjos que variam de acordo com as características pessoais, familiares e culturais.

Na visão de Camarano et al. (2004), o aumento da esperança de vida ao nascer pode ser considerado uma das maiores conquistas da sociedade brasileira, uma vez que o período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma redução significativa nos níveis de mortalidade infantil, seguida por uma queda da mortalidade nas idades adultas, que a partir dos anos 1980, atingiu a população idosa.

Camarano (2007) ressalta que as expectativas para o futuro próximo são de crescimento das taxas da população idosa e “muito idosa”, provocado pela entrada da coorte dos *baby boomers* na última fase de vida e pela redução da mortalidade nas idades avançadas. Além de mais numerosa, essa nova coorte será composta por mulheres com um perfil diferenciado das atuais idosas, que provavelmente terão maior nível de escolaridade, menor número de filhos e estarão mais engajadas no mercado de trabalho.

Desse modo, os núcleos familiares tendem a envelhecer, fato que pode ser constatado pelo aumento do número de famílias com idosos em sua composição, e conseqüentemente, a convivência entre diferentes gerações (ALMEIDA, 2011). Aliado a isso, Camarano e El Ghaouri (2002) afirmam que o envelhecimento populacional para vários países, com contextos sociais distintos, traz mudanças importantes na dinâmica das famílias. Assim, de acordo com Santos e Dias (2008), há distintos modelos de famílias, caracterizando-se, mais do que nunca, pela diversidade dos arranjos que variam de acordo com as características pessoais, familiares e culturais.

Wilmoth (2002) em seu estudo mostra que existem cinco tipos comuns de arranjos de vida para idosos nos Estados Unidos: o idoso que mora sozinho; o que vive com o cônjuge; aquele que coreside com filhos ou outra família; o que vive com pessoas sem laços de parentesco; e, aquele que vive em uma instituição. A autora ainda mostra que cada um desses arranjos apresenta desafios tanto para o idoso quanto para seus familiares e para a comunidade que os abrange. Ainda segundo Wilmoth (2002), de todas as possibilidades de moradia e coabitação, a vida com o cônjuge tende a ser a menos problemática, ao passo que a institucionalização é frequentemente a mais problemática. Será que essa é também a realidade vivenciada no Brasil, já que são poucos os estudos brasileiros que abordam a vida do idoso que reside com o cônjuge.

Camargos et al. (2010) afirmam que nenhum idoso vive isolado, pois há uma interação entre eles, seus familiares, amigos, vizinhos e empregados domésticos. Desse modo, seu bem-estar está diretamente ligado ao bem-estar e disponibilidade daqueles que o cercam. Nogueira et al. (2009) complementam que, com o avanço da idade, as pessoas têm uma rede de relações mais restrita, mas continuam a se relacionar com parceiros sociais emocionalmente próximos, tais como membros da família e amigos antigos, o que pode contribuir significativamente para aumentar o bem-estar no envelhecimento. Cockerham (1991, *apud* RAMOS, 2002) complementa afirmando que as redes sociais formadas por familiares e amigos amenizam significativamente os efeitos do estresse nos indivíduos mais velhos, por elas oferecerem suporte social na forma de amor, afeição, preocupação e assistência.

Na concepção de Aquino e Cabral (2002 *apud* CAMARGOS et al., 2011, p.224)

[...] está ocorrendo uma perda gradativa da centralidade da família, que deixa de ser uma instituição única e total, apresentando-se, cada vez mais, como parte da rede de relações sociais. Isso porque, desde o final do século XX, a sociedade tem valorizado mais a independência, existe maior facilidade de comunicação e locomoção e os idosos apresentam melhores condições de saúde (AQUINO e CABRAL, 2002 *apud* CAMARGOS et al., 2011, p.224).

Além da rede de relacionamentos atida pelos idosos que vivem sozinhos ou não, Camarano et al. (2004) ressaltam que existe uma parcela considerável de filhos, netos e bisnetos vivendo com seus pais e avós, estabelecendo, assim, a coresidência, que é considerada uma forma de transferência de apoio entre as gerações. A coresidência pode ocorrer por necessidade dos filhos em decorrência do maior tempo de estudo e investimento em sua formação, pela instabilidade do mercado de trabalho e das relações

afetivas, ou pela necessidade do próprio idoso, devido à sua dependência física e, ou financeira.

Corroborando com essa ideia, Camargos et al. (2011) afirmam que muitos idosos deixam de viver de forma independente para morar com suas famílias, seja por sua incapacidade funcional ou cognitiva, e, ou pela necessidade de auxílio físico, financeiro ou afetivo que os tornam mais carentes de cuidado e, conseqüentemente, mais suscetíveis a viverem em novos arranjos domiciliares que lhes deem suporte.

Além da coresidência, dados do IBGE (2012) revelam o continuado crescimento da proporção dos arranjos unipessoais, passando de 9,2% para 12,4%, no período de 2001 a 2011, o que significa um crescimento relativo de 35,6%. Tal crescimento se dá em função de vários fatores, sendo os mais significativos a queda da fecundidade e o envelhecimento da população.

Ramos et al. (2010) afirmam que diante de uma viuvez e quando não podem ou não querem contar com outros membros da família, muitos idosos recomeçam suas vidas sozinhos. Além da viuvez, os autores ainda colocam que a separação conjugal é outro fator que propicia ao idoso residir só. O estudo feito por Geib (2001, *apud* RAMOS et al., 2010) com um grupo de idosos que moravam sozinhos há 11 anos em São Paulo, mostrou que 97% deles preferiam esta situação a voltar a viver com a família, pois queriam preservar a independência e não incomodar parentes. Além disso, esse estudo mostrou que morar com outras pessoas, muitas vezes, pode significar perda de privacidade e independência, e que estar com a família não significa necessariamente estar bem, pois, em muitos casos, além dos conflitos, os idosos são esquecidos ou vistos como fontes de renda por sua aposentadoria.

Morar sozinho não é algo que as pessoas aprendem, assimilam ou decidem ao nascer. Trata-se de uma condição posterior, geralmente fruto de decisão individual, na maior parte das vezes marcada por episódio de ruptura ou perda (CAMARGOS et al., 2010).

Entretanto, Varley (2001, *apud* PEDRAZZI et al., 2010) afirma que nem todos os idosos querem viver com seus familiares, pois em seu estudo com idosas mexicanas, chefes de domicílio, verificou que mais de dois terços delas prefeririam continuar vivendo em suas próprias casas na velhice e, dessas, 11% escolheriam viver sozinhas. Ramos et al. (2010) complementam dizendo que os principais fatores condicionantes

para o viver sozinho são principalmente as mortes de familiares, separação conjugal, busca pela independência e falta de recursos financeiros para sustentar uma família, e que tais motivos podem refletir nas mudanças de valores na família contemporânea.

Esses indicadores resultam em variadas estruturas domésticas, nas quais predomina cada vez menos a família nuclear, aquela configurada pela presença do pai, mãe e filhos. Há novas estruturas, em que são mais frequentes lares formados por uma pessoa. É evidente, que esta busca pela individualidade ao morar sozinho tem mais êxito quando o idoso dispõe de recursos materiais e financeiros e, quando possível, do apoio da família. Contudo, o envelhecimento traz consigo inúmeros desafios a serem vivenciados pelos sujeitos, tanto de ordem fisiológica, psicológica e emocional quanto de ordem social e econômica (RAMOS et al., 2010).

Assim sendo, para Camargos et al. (2011, p.227)

Morar sozinho, com o cônjuge, com filhos, outros parentes ou com uma pessoa de fora da família depende de uma série de fatores e de eventos que vão se conformando ao longo da vida do indivíduo. Para alguns idosos, o convívio com os familiares na mesma residência pode ser essencial, para ajudar a resolver questões do dia-a-dia (físicas ou financeiras), assim como para compartilhar a convivência diária. Para outros, o convívio pode ser indesejado e ser a única opção, em detrimento de uma institucionalização. Morar sozinho pode ser uma alternativa para idosos que lutam para manter sua independência e autonomia ou mesmo inevitável para aqueles que, apesar de se sentirem sós ou abandonados, não possuem outras pessoas com as quais possam co-residir (CAMARGOS et al., 2011, p.227).

Teixeira e Rodrigues (2009) ainda complementam afirmando que a mudança na condição do idoso na família, proporcionada pelo melhor acesso à renda, à longevidade e saúde, se expressa na independência dos idosos em relação à família. Os idosos podem, ao mesmo tempo, ser fonte de ajuda às famílias, como também serem capazes de morarem sozinhos ou apenas com seus cônjuges, o que tem possibilitado redefinir sua participação na vida ativa das famílias.

## **2.2. Condicionantes do Consumo entre Idosos**

É notório que o aumento da expectativa de vida da população mundial tornou-se um fenômeno inevitável devido ao avanço da ciência médica, às melhorias nos serviços de saúde e à estabilidade econômica, com conseqüente incremento na renda. Essas melhorias trouxeram vários benefícios para a saúde dos idosos, permitindo a realização de atividades que antes não seriam possíveis por questões de saúde e renda, ou que eram consideradas impróprias para sua idade (SIEVERT e TAÍSE, 2007).

O incremento na renda dos idosos faz com que, segundo Camarano e Pasinato (2004) e Saad (2004), um expressivo contingente de filhos adultos venha se tornando cada vez mais dependentes dos recursos de seus pais idosos em decorrências das sucessivas crises econômicas, dos elevados níveis de concentração de renda, do crescimento do desemprego e da instabilidade das uniões, dentre outros. Por isso, vale ressaltar que uma parcela expressiva dos recursos previdenciários dos idosos é empregada no consumo de bens e serviços essenciais para o bem-estar e saúde do conjunto da família.

Além do tamanho da população idosa que, conforme já visto anteriormente, assume proporções significativas, e da sua tendência de crescimento, juntamente com a internalização da vertente do envelhecimento ativo, o perfil e o nível da renda da população idosa também representam potencialidades para o surgimento de novas oportunidades de negócios que possam suprir a demanda ainda não satisfeita (GUIMARÃES, 2006). Além disso, o conceito de aposentadoria vem mudando, não sendo mais vista como tempo de descansar e ficar à toa, e sim como um tempo para realizar sonhos, como viajar, praticar esportes, estudar, sendo, também, considerada uma fonte alternativa de renda para os idosos que retornam ao mercado de trabalho (SIEVERT e TAÍSE, 2007).

Nesse sentido, Ventura (2010) revela que o envelhecimento populacional trará impactos significativos para diversos setores, uma vez que este segmento da população possui demandas próprias, sendo que grande parcela tem vida economicamente ativa e está preocupada em viver mais e melhor. O autor ainda afirma que todo bem ou serviço que possa contribuir para uma melhor qualidade de vida desse segmento tem um mercado potencial bastante elevado. Rodrigues (2011) complementa a asserção afirmando que a nova geração de idosos está mais atualizada, participativa e exigente, protagonizando inúmeras relações de consumo, as quais não estão mais restritas apenas à contratação e utilização dos serviços relacionados à saúde.

No entanto, conforme Guimarães (2006), vários segmentos do setor empresarial ainda desconhecem o real significado do processo de envelhecimento populacional e as diversas oportunidades de desenvolvimento que daí decorrem, fazendo com que ainda seja bastante tímida a oferta de bens e serviços direcionados para o grupo populacional com 60 anos ou mais de idade.

Analisando o nível de instrução dos chefes de família idosos e não idosos na tentativa de explicar o consumo, Almeida e Kassouf (2004) verificaram que, aumentando o grau de escolaridade, aumenta a probabilidade de dispêndio da maioria dos agregados de consumo. Pode-se dizer que um melhor nível do poder aquisitivo é reflexo da maior escolaridade e, portanto, maior probabilidade de consumir.

Os mesmos autores também observaram que, para os chefes idosos e não idosos, quanto maior o nível de instrução, maior é a probabilidade de despender com serviços de saúde. Esse fato indica que estes indivíduos utilizam mais os convênios privados e médicos particulares do que os deficientes serviços de saúde públicos, já que têm maior conhecimento dos problemas enfrentados no serviço público de saúde e dos benefícios de bons tratamentos preventivos. Já no que se refere aos itens despesas com roupas e viagens, estes diferem entre chefes idosos e não idosos com mais escolaridade. Enquanto a elevação da escolaridade dos chefes não idosos aumentou a probabilidade de consumir com viagens e roupas, de forma significativa, o mesmo não ocorreu para os chefes idosos. Isso mostra que a idade é fator mais determinante do que a escolaridade (ALMEIDA e KASSOUF, 2004).

Carvalho e Alves (2010) complementam afirmando que, historicamente, os estudos de orçamentos familiares têm mostrado que à medida que há um incremento na renda, diminui a proporção da parcela que é gasta com itens referentes à alimentação. Já na visão de Ventura (2010), a busca crescente pela melhoria da qualidade de vida pode ser percebida pelo aumento do consumo de serviços e produtos saudáveis, e um dos itens que mais se destaca é a alimentação. Complementarmente, a realização de atividades consideradas saudáveis estão seguindo esta mesma tendência de crescimento, com destaque para a expansão do número de academias e clínicas de estética instaladas.

Contudo, Marques (2009), em seu estudo, mostra que, além de representarem grande parte do mercado brasileiro, os consumidores idosos têm uma característica que deve ser levada em consideração pelas empresas, que é uma maior disponibilidade de renda para gastar do que as outras faixas etárias.

Assim, Guimarães (2006) considera que inúmeras são as oportunidades de negócios emergentes para a oferta de bens e serviços para esse segmento populacional. Vale ainda ressaltar que a atual demanda, ainda não satisfeita, tenderá, no futuro, a ser ainda mais significativa, já que as próximas gerações de idosos serão compostas por

peessoas com maior nível de escolaridade, participação no mercado de trabalho e estilos de vida bastante diferenciados, que demandarão bens e serviços que permitam manter a atividade e o prazer durante o envelhecimento. Porém, apesar desta potencialidade explícita, o setor privado ainda segue bastante tímido com relação ao mercado de bens e serviços direcionado ao atendimento da população idosa.

Segundo Ying e Yao (2006)<sup>6</sup>, as pessoas mais idosas utilizam o consumo compensatório como forma de auto recompensa, buscando satisfazer suas necessidades e desejos, fato que não era possível quando eram mais jovens por terem compromissos financeiros que consumiam sua renda, tempo e energia. Esse comportamento de consumo é facilitado especialmente porque, quando os filhos se tornam independentes e saem de casa, os consumidores mais velhos experimentam um aumento em seus recursos, principalmente tempo e dinheiro.

No entanto, de acordo com Dychtwald (1997, *apud* MARQUES, 2009), quanto mais as pessoas envelhecem, mais diversificados são os bens e serviços consumidos, sendo necessário, muitas vezes, dividir esse mercado em três grupos: um grupo entre 50 e 64 anos, denominado meio da maturidade; um grupo entre 65 e 79 anos, denominado final da maturidade; e um último grupo com 80 anos em diante, denominado velhos. Ele defende que o primeiro grupo possui a maior renda disponível para consumo e está ansioso para poder gastar consigo próprios e com os netos.

A pesquisa realizada por Ying e Yao (2006) mostrou que apenas uma minoria dos idosos pesquisados apontou o preço como o fator principal no processo de decisão de consumo, enquanto a maioria considerou como fator principal a qualidade e as características ou funções do produto. Com relação ao processo de decisão de compra, os idosos afirmavam que consultavam outras pessoas antes de decidir por uma compra, identificando mais uma característica específica desse mercado.

Solomon (2002) afirma que estes indivíduos têm se mostrado ativos, interessados no que a vida tem a oferecer e são consumidores entusiasmados, possuindo os meios e disposição para o consumo, pois sentem-se mais inclinados a gastar o dinheiro consigo próprios do que a economizar em favor dos filhos e dos netos. Sievert e Taíse (2007) complementam afirmando que a nova geração de idosos está crescendo,

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que tais autores expressam essa opinião por terem estudado o comportamento dos consumidores mais velhos na cultura chinesa.

não somente em número, mas também em sua capacidade de pensar, realizar e exigir as mesmas coisas que uma pessoa mais jovem.

Assim sendo, na medida em que a população envelhece, as necessidades dos consumidores mais velhos se tornam cada vez mais influentes, embora a sociedade ainda não esteja totalmente preparada para atender às necessidades desse segmento. Portanto, entender suas características socioeconômicas, bem como as relações de consumo de bens e serviços nos diferentes arranjos familiares é extremamente relevante, principalmente porque o tipo de arranjo familiar pode ser um determinante importante para o tipo de bem e serviço consumido.

### **2.3. Consumo e a Hipótese do Ciclo de Vida Familiar**

De acordo com Giglio (2005), não existe um conjunto de conhecimentos definitivos e estáticos sobre o comportamento do consumidor, sendo que cada modelo parte de alguns pressupostos que considera aceitável. Para Giglio (2005, p. 63), “não existe prática sem teoria e não existe teoria sem prática”, considerando que existem teorias que são mais prevalentes por conseguirem explicar melhor maior número de fatos. Assim sendo, o autor considera que o entendimento do comportamento do consumidor passa pelas grandes correntes de pensamento que fundamentam as ciências, como o positivismo, estruturalismo, sistemismo, dialética e fenomenologia. Luiz (2008) complementa afirmando que não existe uma teoria específica para explicar o comportamento de consumo das pessoas e dos grupos, e que o entendimento desse comportamento se apoia em conhecimentos da área da Psicologia, Sociologia, Economia e Antropologia. Porém, mesmo com tantos estudos nas diversas áreas do conhecimento, Parreira (2004) afirma que, no Brasil, são poucos os estudos sobre o comportamento do consumidor e, os existentes, apresentam certas divergências dos resultados.

Entretanto, no que se refere aos fatores que atuam sobre o comportamento do consumidor, tem-se os culturais, sociais, pessoais e psicológicos. No que se refere aos fatores culturais, inclui-se a cultura, os hábitos, os costumes, os pensamentos, a ideologia, a mudança cultural, as correntes culturais, a moda. Em relação aos fatores sociais, as influências proveem dos grupos sociais primários e secundários, dos grupos de referência, dos líderes, inovadores e seguidores, da aceitação social e do

conformismo. Já as influências dos fatores pessoais estão relacionadas às variáveis demográficas, como idade, sexo, posição no ciclo de vida, escolaridade e atividades, situação econômica e estilo de vida. Em relação aos fatores psicológicos, tem-se o processamento de informação, sua captação e decodificação através de mecanismos de sensação, percepção, aprendizado e memória, processamento psicodinâmico e seus aspectos motivacionais, emocionais e atitudinais, e da personalidade do indivíduo (GADE, 1998).

Considerando os objetivos propostos neste estudo, observa-se que os fatores externos talvez sejam os que mais influenciam no consumo dos indivíduos idosos e que condicionam seu comportamento, por serem derivados de variáveis pessoais, como sexo, idade, posição no ciclo de vida, profissão e ocupação, condições econômicas e estilo de vida.

Gade (1998) considera que o sexo é fator determinante para o consumo como consequência das exigências culturais que exigem o uso e consumo de produtos vinculados ao desempenho do papel sociocultural. A idade é outra variável que implica no consumo de produtos específicos. Além disso, o consumo de produtos e serviços também depende da posição no ciclo de vida no qual o consumidor se encontra, derivando deste suas necessidades e desejos.

Nesse sentido, Solomon (2002) esclarece que as necessidades e gastos de uma família são afetados por fatores, como o número de pessoas na família, sua idade e o número de adultos que trabalham fora. Reconhecendo que as necessidades e gastos familiares mudam com o tempo, tem-se o conceito de ciclo de vida familiar, que combina tendências na composição da renda e da família com as mudanças nas demandas colocadas para essa renda, pois à medida que se envelhece as preferências e necessidades de produtos e atividades tendem a mudar, e a renda se faz um fator importante, pois é através da sua distribuição ao longo da vida que podemos atender todas as nossas necessidades de consumo.

Para Neri (2011), a expressão ciclo de vida pode significar sucessão de estágios ou idades, ou a repetição das experiências de desenvolvimento geração após geração. Em complemento, o IBGE (2012) considera os estágios do desenvolvimento familiar, que podem ser analisados tendo como base os grupos de idade dos filhos. Segundo Moschis (1987), o conceito de ciclo de vida familiar é um bom preditor de ampla gama

de comportamentos de consumo que vão desde as decisões em relação aos tipos de despesas gerais à escolha de produtos específicos.

Além do fator ciclo de vida na interveniência no consumo, Bryant (1992) considera que um dos importantes determinantes do consumo e da poupança é a renda, visto que a família toma suas decisões de consumo e poupança para maximizar sua satisfação. Dominik (2010) complementa afirmando que a renda é um dos principais fatores que explicam o comportamento do consumidor, pois, pelo menos no longo prazo, o indivíduo tende a ajustar suas despesas à sua restrição orçamentária.

Neri et al. (1999) afirmam que os indivíduos poupam ao longo da vida visando atenuar o seu consumo e garantir o seu bem-estar, principalmente nas etapas finais do ciclo da vida, que é quando a renda do trabalho tende a diminuir. Mas, ao mesmo tempo em que ocorre a queda da renda do trabalho, dá-se o aumento da renda de outras fontes, não oriundas do trabalho, como aposentadoria, pensões, aluguel e ativos financeiros em geral. Esse aumento de outras formas de rendimentos também pode ser interpretado como evidência de um acúmulo prévio de recursos financeiros ao longo da vida com o objetivo de suavizar o consumo e manter o nível de bem-estar constante nas etapas finais do ciclo da vida, quando a renda do trabalho decresce, devido à aposentadoria. Esse comportamento é considerado o modelo da Hipótese Tradicional do Ciclo de Vida de Modigliani.

Segundo Modigliani, os indivíduos, por toda a sua vida, planejam seus comportamentos de consumo e poupança ao longo de vários períodos com a intenção de alocá-los da melhor maneira possível (PARREIRA, 2004). De acordo com esta teoria, a poupança é resultante do desejo dos indivíduos viabilizarem o consumo na velhice.

Sendo assim, esta hipótese supõe que os indivíduos, ao invés de consumirem muito em alguns períodos e pouco em outros, preferirão distribuir o consumo ao longo de sua vida de forma a obterem um fluxo de consumo relativamente constante. Isso implica que o consumo não é determinado pela renda corrente, que pode até mesmo ser zero em alguns períodos, mas pela renda de toda a vida. Mesmo que o indivíduo receba algum tipo de seguro social durante a aposentadoria ou pretenda deixar alguma herança, o resultado fundamental continua o mesmo: as decisões de consumo não são tomadas levando-se em consideração a renda de um único período, mas a renda ao longo de vários períodos (PARREIRA, 2004).

Assim sendo, segundo Fonseca (2008), a hipótese do ciclo da vida de Modigliani apresenta a riqueza como um dos determinantes do consumo ao longo da vida do indivíduo, visto que o consumo é considerado como o gasto em bens não duráveis e serviços, não considerando os bens de consumo duráveis. A composição patrimonial do consumidor será formada pela riqueza herdada e pela acumulação de excedente ao longo da vida produtiva. Parte significativa deste patrimônio fica na forma de riqueza financeira, sendo composta, em grande parte, por ações. Portanto, mudanças na riqueza podem ser a principal causa para provocar alteração no consumo.

### **3. METODOLOGIA**

Neste tópico busca-se detalhar o procedimento metodológico utilizado para a realização da presente pesquisa. Inicialmente será apresentado o delineamento da pesquisa, bem como a descrição da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008/2009); posteriormente, o universo de análise; a forma de coleta e análise dos dados; e, por fim, as categorias de análise.

#### **3.1. Caracterização da Pesquisa**

A presente pesquisa teve caráter quantitativo, descritivo, com corte transversal, e utilizou-se de dados secundários.

O caráter quantitativo se deve pelo fato das variáveis de consumo serem quantificáveis, possibilitando gerar cálculos estatísticos precisos e confiáveis a respeito do consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge.

A pesquisa é descritiva porque oferece um panorama ou uma descrição da realidade, em relação ao consumo de bens e serviços por idosos que moravam sozinhos e que residiam com o cônjuge, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada nas áreas urbana e rural em todo o território brasileiro, no período de 2008 a 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No que se refere à dimensão temporal do estudo, o delineamento foi transversal, isto é, envolveu coleta de dados em um ponto no tempo, sendo especialmente apropriado para descrever a situação, o status do fenômeno, ou as relações entre fenômenos em um ponto fixo e sintetizados estatisticamente.

Os dados secundários foram extraídos dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (2008/2009). A opção por trabalhar com esses dados se deve ao fato de ser uma pesquisa representativa a nível nacional sobre orçamento doméstico, permitindo enfatizar o consumo por idosos nos diferentes arranjos familiares no país, avançando a pesquisa realizada por Almeida (2002).

### **3.2. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009<sup>7</sup>**

Os dados da POF (2008/2009) visam, principalmente, mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, possibilitando traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Os propósitos principais das POFs realizadas pelo IBGE são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica (aquisições de produtos, serviços e rendimentos) e sobre as condições de vida das famílias e da população, incluindo a percepção subjetiva<sup>8</sup> da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população. Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa (IBGE, 2010).

A POF, por investigar temas tão diversos, possui múltiplas aplicações, tais como, contribuir com informações para subsidiar políticas públicas na área social para melhoria das condições de vida da população, incluídas as políticas públicas temáticas na área da nutrição, orientação alimentar, saúde, moradia, entre outras. Para o setor privado, a pesquisa pode ser útil na definição de estratégias de investimentos em que o conhecimento do perfil do consumidor e da demanda por bens e serviços seja determinante. Sob a ótica da qualidade das estatísticas públicas, destacam-se as atualizações das estruturas de ponderação das medidas de inflação, em particular do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor produzido pelo IBGE, e da parcela de consumo das Contas Nacionais e Regionais do Brasil.

A POF (2008/2009) é a quinta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF 1974/1975, a POF 1987/1988; a POF 1995/1996; e a POF 2002/2003.

O ENDEF abrangeu todo o territorial nacional, à exceção das áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste, representando o principal esforço nacional de

---

<sup>7</sup>Informações retiradas do site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br>).

<sup>8</sup> A POF 2008/2009 investigou em um questionário específico, a percepção da população quanto a alguns aspectos referidos à qualidade de vida no que diz respeito às condições de moradia, facilidade para chegar ao final do mês com os rendimentos familiares e a avaliação da suficiência e do tipo do alimento consumido.

identificação do consumo de alimentos nas famílias brasileiras, definida como a mais complexa pesquisa realizada no Brasil. O objetivo principal do ENDEF foi a identificação de hábitos alimentares, porém, o estudo coletou ainda, dados antropométricos de todos os indivíduos que estiveram presentes em pelo menos uma refeição durante a semana em que a pesquisa foi realizada.

As POFs dos anos 1987/1988 e 1995/1996 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no município de Goiânia e no Distrito Federal. Já a POF 2002/2003 possui abrangência nacional, realizando uma minuciosa investigação dos hábitos de consumo, do inventário de bens duráveis, da composição dos rendimentos, e da condição de vida dos moradores em domicílios particulares das áreas urbanas e rurais de todas as unidades da federação.

No que se refere à POF 2008/2009, esta visou principalmente mensurar as estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos das famílias. Esta é uma pesquisa representativa a nível nacional que inclui perguntas detalhadas sobre as duas medidas bem-estar: consumo e renda. Além de trazer informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo, incluem-se, também, no âmbito da pesquisa as áreas rurais, tendo sido investigadas as aquisições não monetárias. Foram também pesquisadas opiniões das famílias sobre sua qualidade de vida.

### **3.3. Universo de Análise**

A amostra da POF de 2008/2009 abrangeu ao todo 55.970 domicílios, representando aproximadamente 0,1% do total de domicílios do País. Para a expansão da amostra, cada domicílio representou um número de domicílios particulares permanentes da população. Para tanto, cada domicílio apresentou um peso amostral ou fator de expansão, que permitiu que se obtivessem as estimativas das variáveis da pesquisa para todo o universo. Maiores detalhes sobre a seleção da amostra, bem como o cálculo do peso amostral, podem ser encontrados na documentação da base de dados (IBGE, 2010).

Para satisfazer os objetivos propostos, o universo de análise foram os arranjos familiares de idosos que constituíam unidades domésticas unipessoais ou que residiam com o cônjuge em todas as regiões do país e que foram pesquisados pela POF (2008/2009). Para conduzir esse estudo, foi considerado idoso todos os que compunham a população de 60 anos ou mais, como definido pelo limite judicial da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994), pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais, se elas residem em países em desenvolvimento, e com 65 anos e mais se moram em países desenvolvidos.

A fim de facilitar a análise, os idosos foram subdivididos em três faixas etárias, considerando-se como idoso “jovem” aquelas pessoas com idade entre 60 a 69 anos, idoso “velho” os indivíduos entre 70 a 79 anos, e idoso “muito velho” ou “muito idoso” as pessoas com idade superior a 80 anos.

Segundo o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, uma vez que os dados, embora relativos a seres humanos, eram procedentes de banco de dados de uso e acesso público, não houve necessidade do projeto ser submetido à aprovação do referido Comitê.

### **3.4. Forma de Coleta dos Dados**

Inicialmente os dados foram extraídos dos microdados do item “Despesas, rendimentos e condições de vida” da POF (2008/2009) utilizando o software STATA 11 e 12 (*Data Analysis and Statistical Software*). Estes microdados foram conseguidos através do site do IBGE.

Os microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações, possibilitando o acesso à informação desagregada de cada unidade de análise e, conseqüentemente, maior número de observações e maior confiabilidade nos resultados das estimações.

Os arquivos de microdados apresentados são acompanhados de uma documentação que fornece os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa e o instrumento de coleta.

Os dados da POF (2008/2009) são organizados em registros, sendo os utilizados na extração desse estudo o registro de pessoas, despesas de 90 dias, despesas de 12 meses, outras despesas, despesas com serviços domésticos, caderneta de despesa, despesa individual, despesa com veículo, rendimentos e deduções e outros rendimentos. Os dados encontrados nestes registros possuem períodos de coletas diferenciados, uma vez que a coleta de dados da POF em si foi realizada ao longo de 12 meses justamente para captar informações de todos os estratos geográficos e socioeconômicos de interesse, e todas as influências de datas e períodos especiais e estações do ano.

As informações da POF foram obtidas diretamente nos domicílios particulares permanentes selecionados, por meio de entrevistas junto aos seus moradores, durante um período de nove dias consecutivos. Os instrumentos de coleta utilizados na POF (2008/2009) organizados segundo o tipo de informação a ser pesquisada são:

✓ **POF 1 - Questionário de Características do Domicílio e dos Moradores:** foram obtidas as informações gerais sobre o domicílio tipo do domicílio, número de cômodos, forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, origem da energia elétrica, condição de ocupação, material predominante no piso, existência de pavimentação na rua, tempo de moradia, etc. Também neste questionário foram coletadas informações sobre as características de todos os moradores: relação com a pessoa de referência da unidade de consumo, sexo, idade, escolaridade, a cor ou raça, religião, dados antropométricos, fecundidade, etc.

✓ **POF 2 - Questionário de Aquisição Coletiva:** foram pesquisadas as aquisições monetária e não monetária de produtos de uso comum da família, além das despesas monetárias com serviços e taxas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo, gás de uso doméstico, aluguel, condomínio, prestação e outras despesas do domicílio principal, serviços domésticos, construção, reforma e pequenos reparos de habitação ou jazigo, aquisição, aluguel, consertos ou manutenção de móveis, eletrodomésticos, máquinas e utensílios de uso doméstico, aquisição de artigos de decoração e equipamentos diversos. Neste questionário também foram levantadas informações sobre quantidade, ano de aquisição, estado (novo ou usado) e forma de obtenção de diferentes tipos de bens duráveis existentes em uso pelo domicílio.

✓ **POF 3 - Caderneta de Aquisição Coletiva:** foram registradas informações sobre aquisições monetária e não monetária de alimentos, bebidas, artigos de higiene

pessoal e de limpeza, combustíveis de uso doméstico e outros produtos, cuja aquisição costuma ser frequente e, em geral, servem a todos os moradores.

✓ **POF 4 - Questionário de Aquisição Individual:** foram investigados os tipos de aquisições de produtos e respectivas despesas monetária e não monetária com produtos e as despesas monetárias realizadas com serviços caracterizados de uso ou finalidade individual, como: comunicações, transportes, educação, alimentação fora de casa, fumo, jogos e apostas, diversões, uso e aquisição de celular, produtos farmacêuticos e assistência à saúde, artigos de perfumaria e produtos para pele e cabelo, serviços de cabeleireiro e outros, artigos de papelaria e leitura e assinatura de periódicos, vestuário e calçados, tecidos e roupas de banho, viagens, aquisição e manutenção de veículos. Foram também investigados os gastos individuais com serviços bancário e profissional, cerimônias e festas, joias, despesas com outros imóveis, contribuições trabalhistas e pensões.

✓ **POF 5 - Questionário de Trabalho e Rendimento Individual:** foram pesquisados todos os rendimentos monetários obtidos através de trabalho - contendo nestes casos informações sobre ocupações, atividades e posições na ocupação - de transferências, outros rendimentos e receitas e empréstimos, bem como as principais deduções e encargos incidentes sobre os mesmos. Também foram pesquisadas informações sobre depósitos e retiradas relativas a aplicações financeiras.

✓ **POF 6 - Avaliação das Condições de Vida:** foram obtidas informações de caráter subjetivo, a respeito das condições de vida da unidade de consumo, por intermédio de entrevista com a pessoa responsável pela unidade de consumo ou aquela pessoa assim considerada pelos demais moradores. Neste questionário foi levantada a opinião do informante sobre a suficiência do rendimento mensal, a quantidade e qualidade dos alimentos para consumo pela família, as condições de moradia e do entorno do domicílio e a capacidade ou não de pagamento de algumas despesas referentes ao domicílio.

✓ **POF 7 - Bloco de Consumo Alimentar Pessoal:** foram pesquisadas informações referentes ao consumo alimentar efetivo de todos os indivíduos moradores com 10 anos ou mais de idade, pertencentes às unidades de consumo existentes no domicílio, tais como: fonte do alimento, horário do consumo efetivo, descrição detalhada do alimento consumido e a forma pela qual o mesmo foi preparado. Este

questionário foi aplicado em uma subamostra de domicílios selecionados aleatoriamente da amostra total da pesquisa.

Primeiramente, deu-se a extração dos dados de 55.970 domicílios de todo o país, coletados pela POF (2008/2009) /IBGE. A extração desse volume de dados se deu pelo fato de os domicílios serem constituídos de diversas pessoas, configurando os diferentes arranjos familiares. Dentre os moradores dos domicílios era possível encontrar a pessoa de referência<sup>9</sup>, o cônjuge<sup>10</sup>, o filho<sup>11</sup>, outro parente<sup>12</sup>, agregado<sup>13</sup>, pensionista<sup>14</sup>, empregado doméstico<sup>15</sup> e parente do empregado doméstico<sup>16</sup> (IBGE, 2008). É de conhecimento científico o fato de que a precisão das estimativas tende a aumentar com o aumento do tamanho da amostra. Contudo, conforme Triola (2011), estimativas a partir de amostras grandes demandam muito tempo, trabalho e recursos. Também, embora controversa, é fundamentada a ideia de que amostras muito grande podem, muitas vezes, comprometer a precisão, pois quanto maior o “n amostral”, maior a probabilidade de se encontrar diferença estatística entre grupos que não condizem propriamente com a realidade. Portanto, para resolver essa questão foi obtida uma amostra a partir dos dados da POF e operacionalizado os resultados. Assim sendo, como o universo de análise que esse estudo propôs eram os arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge, no qual o idoso era o chefe do domicílio, a amostra foi

---

<sup>9</sup> Aquele responsável pelo aluguel, no caso de domicílio alugado por um dos moradores, ou a responsável pelas prestações do imóvel, no caso de domicílio que não estivesse totalmente pago, de propriedade de um dos moradores; ou, responsável por outras despesas de habitação, como condomínio, imposto predial, serviços e taxas do domicílio, entre outros.

<sup>10</sup> Morador que vivia conjugalmente com a pessoa de referência, existindo ou não vínculo matrimonial.

<sup>11</sup> Pode ser filho legítimo, adotivo ou de criação da pessoa de referência e/ou de seu cônjuge.

<sup>12</sup> Morador que tivesse qualquer grau de parentesco, por consanguinidade (tio, avó, etc.) ou afinidade (sogra, cunhado, etc.), com a pessoa de referência ou com seu cônjuge.

<sup>13</sup> Morador que não era parente da pessoa de referência ou de seu cônjuge e que não pagava moradia e alimentação, nem prestava serviços domésticos remunerados ao responsável pela unidade de consumo.

<sup>14</sup> Morador que não era parente da pessoa de referência ou de seu cônjuge, morava sozinho, com seus parentes ou pessoas sob sua dependência doméstica, no domicílio, mediante pagamento ou partilhando despesas.

<sup>15</sup> Morador que não era parente da pessoa de referência ou de seu cônjuge e que prestava serviços domésticos remunerados em dinheiro (total ou parcialmente) a um ou mais moradores da unidade de consumo.

<sup>16</sup> Morador que era parente do empregado doméstico e não prestava serviços domésticos remunerados ao morador da unidade de consumo.

constituída por 2.532 de domicílios com idosos que moravam sozinhos e 2.619 domicílios com idosos que residiam com o cônjuge, totalizando 5.151 domicílios, representando 9,20% dos domicílios que a POF pesquisou.

Porém, ao realizar uma análise exploratória dos dados, percebeu-se que havia alguns valores atípicos, que podem ser explicados por erros no registro, talvez por parte dos agentes de pesquisa da POF; pela falta de preenchimento dos dados; por algum entrevistado não querer declarar; ou por valores declarados erroneamente pelos entrevistados. Contudo, como se trata de uma pesquisa de caráter quantitativo, em que muitas das técnicas estatísticas envolvem cálculo de média, e que a média é sensível a valores extremos, optou-se por retirar 19,2% dos domicílios que apresentavam tais valores, visto que alguns destes não apresentavam nenhum valor registrado com gastos de consumo (*missing values*) e o restante possuía valores discrepantes (*outliers*). Logo, a amostra contou com 4.162 domicílios, sendo que 2.160 (51,9%) tinham apenas idosos morando sozinhos e 2.002 (48,1%), com o cônjuge.

### **3.5. Forma de Análise dos Dados**

A partir da extração dos dados<sup>17</sup>, tendo estes em valores desagregados, optou-se por importá-los para o software IBM SPSS 20.0 (*Statistical Package for Social Sciences*) devido à melhor forma de tratamento que este possui em relação às variáveis de despesas, que foram as bases deste estudo.

Para delinear o perfil socioeconômico dos arranjos familiar unipessoal e residindo com o cônjuge aos quais os idosos pertenciam foi realizada uma análise exploratória dos dados que, para Triola (2011), é um tipo de análise na qual os dados são explorados, em um nível preliminar, para se identificar o que revelam. É o processo de uso das ferramentas estatísticas, tais como gráficos, medidas de centro e medidas de variação para investigar conjuntos de dados com o objetivo de compreender e descrever suas características importantes.

Além disso, para comparar o consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo familiar foi utilizado um teste *t* para amostras independentes. Este teste pode ser usado para testar uma hipótese que estabelece que as médias das variáveis associadas com duas amostras ou grupos independentes serão iguais, avaliando se as

---

<sup>17</sup> As variáveis selecionadas para alcançar os objetivos propostos neste estudo estão dispostas na tabela 2.

diferenças observadas entre as médias de duas amostras ocorreram por acaso ou se houve diferença verdadeira (HAIR JÚNIOR et al., 2005). No caso em estudo, o teste *t* serviu para testar se o consumo nos diferentes arranjos se diferenciava estatisticamente.

Posteriormente, foi realizada uma análise de variância que, de acordo com Triola (2011), é um método para testar a igualdade de três ou mais médias populacionais, através da análise das variâncias amostrais. Bruni (2007) complementa a asserção afirmando que a análise de variância, além disso, verifica se determinados fatores produzem mudanças sistemáticas em algumas variáveis relevantes no estudo. Assim sendo, através da análise de variância foi possível verificar se o consumo por idosos nos arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge se diferenciava de acordo com o local de residência e faixa de renda.

Por fim, para comparar os possíveis fatores que influenciavam no consumo de bens e serviços entre os idosos que moravam sozinhos e aqueles que residiam com o cônjuge, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla que é uma técnica estatística, descritiva e inferencial, que permite a análise da relação entre uma variável dependente (Y) e um conjunto de variáveis independentes (X's). A expressão geral do modelo de acordo com Pestana e Gageiro (2008) é:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon_i, i = 1, 2, \dots, n$$

Y = variável dependente

X = variável independente

$\beta$  = inclinação da reta ou alteração (aumento ou diminuição) no valor médio de Y associado a um aumento unitário de X.

$\varepsilon_i$  = variável aleatória residual que descreve os efeitos em  $Y_i$  não explicados por  $X_k$ .

A utilização do modelo de regressão carece da verificação das seguintes hipóteses: linearidade do fenômeno em estudo; para dado valor da variável independente, a variável dependente tem uma distribuição normal, com média e variância constante; as observações em Y são independentes umas das outras; os  $\varepsilon_i$ 's têm distribuição normal, com média zero e variância constante; as variáveis aleatórias referentes a duas observações diferentes não estão correlacionadas, sendo, portanto independentes entre si, e tendo sua covariância igual a zero; e as variáveis explicativas são linearmente independentes, ou seja, não se verifica a multicolinearidade (PESTANA, GAGEIRO, 2008).

A partir das informações geradas pelo IBM SPSS 20.0, os dados foram descritos, analisados e confrontados com a fundamentação teórica.

### 3.6. Categorias de Análise

Para a obtenção dos dados referentes aos objetivos propostos neste estudo, foram selecionadas algumas variáveis que a POF (2008/2009) utiliza em sua pesquisa, e para melhor se adequar ao estudo, algumas foram recodificadas. Assim sendo, as categorias de análise da pesquisa foram operacionalizadas da seguinte forma:

✓ Para delinear o perfil socioeconômico dos idosos que moravam sozinhos e que moravam com o cônjuge foram utilizadas as variáveis:

❖ **Idade:** considerando-se como idoso “jovem” aquelas pessoas com idade entre 60 a 69 anos; idoso “velho” os indivíduos entre 70 a 79 anos; e idoso “muito velho” ou “muito idoso” as pessoas comportando idade superior a 80 anos.

❖ **Condição na unidade de consumo:** se era pessoa de referência, cônjuge.

❖ **Sexo:** feminino e masculino

❖ **Sabe ler e escrever:** sim e não.

❖ **Curso mais elevado que estudou:** não aplicável; Ensino Fundamental (considerando Creche, Pré-Escolar, Classe de Alfabetização de crianças, Alfabetização de adultos, Antigo Primário, Regular do Ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos ou Supletivo do Ensino Fundamental ou 1º grau); Ensino Médio (englobando Antigo Ginásio, Antigo Clássico ou Científico, Educação de Jovens e Adultos ou Supletivo do Ensino Médio ou 2º grau); Ensino Superior (Tecnológico Superior, Graduação); e Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado).

❖ **Cor:** branca, preta, amarela, parda, indígena e não sabe ou não informou.

❖ **Renda:**

Os níveis de renda utilizados nesta pesquisa foram calculados a partir da renda total dos moradores dos domicílios, e para a realização desses cálculos baseou-se em uma adaptação das classes econômicas adotadas no trabalho de Dominik (2010), que conta com classes A, B, C, D e E, cujos parâmetros estão descritos na tabela 1, abaixo especificada:

Tabela 1 - Níveis de renda utilizados na pesquisa

Classes IBGE Código	Classe IBGE Nome	Limite Inferior 2007 (R\$) <sup>a</sup>	Limite Superior 2007 (R\$) <sup>a</sup>	Quantidade SM	Limite Inferior 2009 (R\$) <sup>b</sup>	Limite Superior 2009 (R\$) <sup>b</sup>
A/B	Alta	4.591,01	-	>12	4.980,01	-
C	Média	1.064,01	4.591,00	3-12	1.245,01	4.980,00
D	Média Baixa	768,01	1.064,00	2-3	830,01	1.245,00
E	Baixa	-	768,00	0-2	0	830,00

<sup>a</sup> Fonte: Esses dados foram pesquisados por Dominik (2010) com base em estimativas da PNAD/IBGE (2007).

<sup>b</sup> Valores estimados para 2009, considerou-se o valor de R\$ 415,00 vigente em 15 de janeiro de 2009, data de referência da POF (2008/2009).

❖ **Regiões:** foram categorizadas em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

✓ Para analisar os tipos de bens e serviços consumidos bem como os rendimentos nos diferentes arranjos familiares utilizaram-se as variáveis descritas na tabela 2, para uma melhor compreensão foi feita uma classificação geral e uma subclassificação mais detalhadas dos itens de despesas e rendimentos:

Tabela 2 – Descrição das variáveis de despesa e rendimento.

DESPESAS	
CLASSIFICAÇÃO	SUBCLASSIFICAÇÃO
HABITAÇÃO	Água e esgoto
	Energia
	Gás
	Pacote de telefone, internet e TV
	Consertos de artigos do lar (material de construção, conserto e reforma de móveis e outros artigos do lar, conserto de eletrodomésticos...)
	Mobiliário e artigos do lar (conjunto sanitário, artigos de jardinagem, pia, carpete, móveis, utensílios de cozinha...)
	Serviço de terceiros (mão de obra – pedreiro; dedetização; aluguel de máquinas de construção, eletroeletrônicos...)
	Manutenção do lar (tinta, material de instalação elétrica, materiais de construção, madeira certificada...)
	Serviços e taxas (impostos de obra ou imóvel, aluguel de máquina, prestação do imóvel, taxas de serviços públicos...)
	Condomínio
Aluguel	

	Documentação (licença para obra, planta...)
	Eletrodoméstico
	Artigo de limpeza (cupinicida, produtos para piscina...)
	Artigos do lar (cesto de lixo, pregador de roupa, materiais descartáveis, vela, lâmpada...)
<b>DESPESAS DIVERSAS</b>	Cerimônias familiares e práticas religiosas (construção ou manutenção de jazigo, exumação)
	Serviço de terceiros (empregados, faxineiro, motorista, zelador, garçom)
	Serviços bancários (anuidade de cartão, extrato...)
	Doações
	Serviços de cartório e profissionais liberais (cartório, registro de imóvel, advogado, juiz de paz...)
	Animal de estimação
	Jogos e apostas
	Estética
<b>LAZER</b>	Atividades ou itens de lazer (barraca de acampamento, cinema, teatro, clube...)
	Livros e revistas não didáticos
<b>TRANSPORTE</b>	Combustível
	Taxas
	Manutenção e acessórios
	Transporte
<b>EDUCAÇÃO</b>	Livros e revistas
	Outros cursos e atividades (aula de ginástica, ioga, música, informática...)
<b>ALIMENTAÇÃO</b>	Alimentação no domicílio
	Alimentação fora do domicílio
<b>FUMO</b>	
<b>HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS</b>	Sabonete
	Produtos para cabelo
	Instrumentos e produtos de uso pessoal (creme dental, desodorante, aparelho de barbear...)
	Perfume
<b>ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	Remédio
	Plano de saúde
	Tratamento médico e ambulatorial

	Serviço de terceiros (anestesista, cirurgião, enfermeiro...)
	Exames
	Hospitalização
	Consulta
	Material de tratamento
	Taxas (aluguel de aparelho médico, de cama hospitalar...)
<b>VESTUÁRIO</b>	Roupas
	Artigos de armarinho
	Calçados e apetrechos
	Jóias e bijuterias
<b>RENDIMENTOS</b>	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>SUBCLASSIFICAÇÃO</b>
<b>RENDIMENTO DO TRABALHO</b>	Empregado
	Empregador
	Conta própria
<b>TRANSFERÊNCIA</b>	Aposentadoria e pensão do INSS
	Aposentadoria, pensão da previdência pública
	Aposentadoria, pensão da previdência privada
	Pensão alimentícia, mesada ou doação
	Programas sociais federais
	Outras transferências (auxílio funerário, salário educação, férias, restituição, indenizações...)
<b>RENDIMENTO DE ALUGUEL</b>	
<b>OUTRAS RENDAS</b> (venda de veículo, imóvel....)	

Fonte: Dados da pesquisa, adaptado da POF 2008/2009.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em função dos objetivos propostos neste estudo, a apresentação, análise e discussão dos resultados estão estruturadas da seguinte maneira: caracterização do perfil socioeconômico dos idosos; cálculo do gasto médio anual dos idosos com base nas despesas estipuladas pela POF (2008/2009); identificação e comparação dos tipos de bens e serviços consumidos pelo idoso, com base na região onde residem; comparação dos tipos de bens e serviços que os idosos consomem de acordo com os estratos econômicos; e análise dos fatores que influenciam no consumo dos idosos em função do arranjo familiar.

##### **4.1. Perfil socioeconômico dos idosos**

Com o intuito de alcançar o primeiro objetivo deste estudo, qual seja, delinear o perfil socioeconômico dos idosos residentes nas diferentes regiões do país, foi realizada uma análise exploratória das variáveis sexo, nível de escolaridade, cor e rendimento.

A média da idade dos idosos do arranjo unipessoal (AFU) foi de aproximadamente 72 ( $\pm 8$ ) anos, sendo que a idade mínima considerada foi de 60 anos e, a máxima, 103 anos, sendo 63,5% ( $n=1.372$ ) do sexo feminino. No arranjo familiar residindo com o cônjuge (AFRC), os idosos, enquanto chefes do domicílio, apresentaram idade máxima de 98 anos, com uma média de 70( $\pm 7$ ) anos, sendo o sexo masculino o predominante entre os idosos chefes do domicílio ( $n=1.824$ , ou 91,1%). O cônjuge apresentou idade mínima de 17 anos e máxima de 103 anos, com média de 64 ( $\pm 10$ ) anos. Estes dados vêm ao encontro dos trazidos pelo IBGE (2012) e Goldani (1994), que afirmam que o aumento da expectativa de vida para as mulheres gera mais viuvez feminina e, conseqüentemente, o aumento de domicílios unipessoais femininos. Além do fator expectativa de vida, é possível inferir que, de acordo com a literatura, após a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve mudanças na concepção do casamento, sendo que muitas mulheres preferem viver de maneira independente, e, muitos homens, quando se deparam com a viuvez, voltam a se casar, ao contrário das mulheres.

Fazendo a classificação dos idosos por faixas etárias, nota-se 46,4% ( $n=1.002$ ) dos idosos que moravam sozinhos e 53,7% ( $n=1.076$ ) dos que residiam com o cônjuge eram considerados “jovens”, com idade entre 60 e 69 anos. Já 36% ( $n=777$ ) dos idosos

que moravam sozinhos e 35,4% (n=709) dos que residiam com o cônjuge podiam ser considerados “velhos”, possuindo idade entre 70 e 79 anos. Além disso, 17,6% (n=381) dos que moravam sozinhos e 10,8% (n=217) dos que residiam com o cônjuge eram considerados “muito velhos” ou “muito idosos”, com idade superior a 80 anos.

No que se refere à raça dos idosos, dos que moravam sozinhos, 46,5% (n=1.004) se declararam brancos; 43% (n=929) pardos; 9,2% (n=198) pretos; 0,6% (n=13) amarelos; 0,6% (n=13) indígenas; e, 0,1% (n=3) não informaram. Dos que residiam com cônjuge, 48,8% (n=976) se declararam brancos; 40,6% (n=813) pardos; 8,9% (n=178) pretos; 0,8% (n=17) amarelos; 0,7% (n=14) indígenas; e, 0,2% (n=4) não souberam ou não quiseram informar. Assim sendo, a maioria dos idosos, tanto do AFU como do AFRC, se autodeclararam brancos, o que está de acordo com o perfil dos idosos brasileiros que, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2012), independente do arranjo a que pertença, 55,0% dos idosos do país são da cor branca.

Em relação à localização geográfica dos idosos, a maioria daqueles que morava sozinhos estavam na região nordeste do país (n=682, ou 31,6%) e, com o cônjuge, na região sudeste (n=611, ou 30,5%), sendo que a menor concentração desses arranjos estava na região norte (n=206, ou 9,5% e n=146, ou 7,3%, respectivamente). Do total de idosos pesquisados que moravam sozinhos e com o cônjuge, 79,1% (n=1.709) e 67,1% (n=1.344), respectivamente, residiam na área urbana do país, tendência que pode ser explicada pelo fato de buscarem, nestas áreas, melhores condições de vida e atendimento às suas necessidades.

Fazendo uma análise comparando as regiões do país com as faixas de renda AB (caso a renda total do domicílio fosse maior que R\$4.980,01), faixa C (renda total entre R\$1.245,01 a R\$4.980,00), faixa D (renda total entre R\$830,01 a R\$1.245,00) e faixa E (renda total menor que R\$830,00) foi possível observar que dentro do grupo dos idosos que moravam sozinhos a maior parcela destes, em todas as regiões do país, se encontrava na faixa E de renda. Esses dados se diferem em relação ao grupo dos idosos que moravam com o cônjuge, visto que a maioria destes, tanto da região Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, estavam na faixa de renda C, e 46,8% da região Nordeste, na faixa D, conforme pode ser visto no Gráfico 1. É notório também, nos dois arranjos familiares, que a minoria dos idosos de todas as regiões do país estava na faixa de renda AB, no AFU aqueles que estavam na região norte apenas 2,4% (n=5) possuíam essa

renda, no nordeste 0,7% (n=5), no sudeste 2,6% (n=17), no sul 2,3% (n=7) e no centro-oeste 2,8% (n=9); já no AFRC daqueles que residiam na região norte apenas 2,1% (n=3) estavam na faixa AB de renda, no nordeste 1,8% (n=10), no sudeste 4,1% (n=25), no sul 2,7% (n=9) e no centro-oeste 3,1% (n=11) estão na faixa AB de renda. Percebe-se, assim, a desigualdade de renda entre a população idosa, configurada no AFU e AFRC, nas regiões do país, o que também foi confirmado pela análise exploratória da variável renda, sendo possível perceber que a maioria dos idosos que morava sozinhos, 51,1% (n=1.103) estavam na faixa E de renda e apenas 2% (n=43), na faixa AB de renda. Em relação ao AFRC, 47,6% (n=952) estavam na faixa C de renda e apenas 2,9% (n=58), na faixa AB.

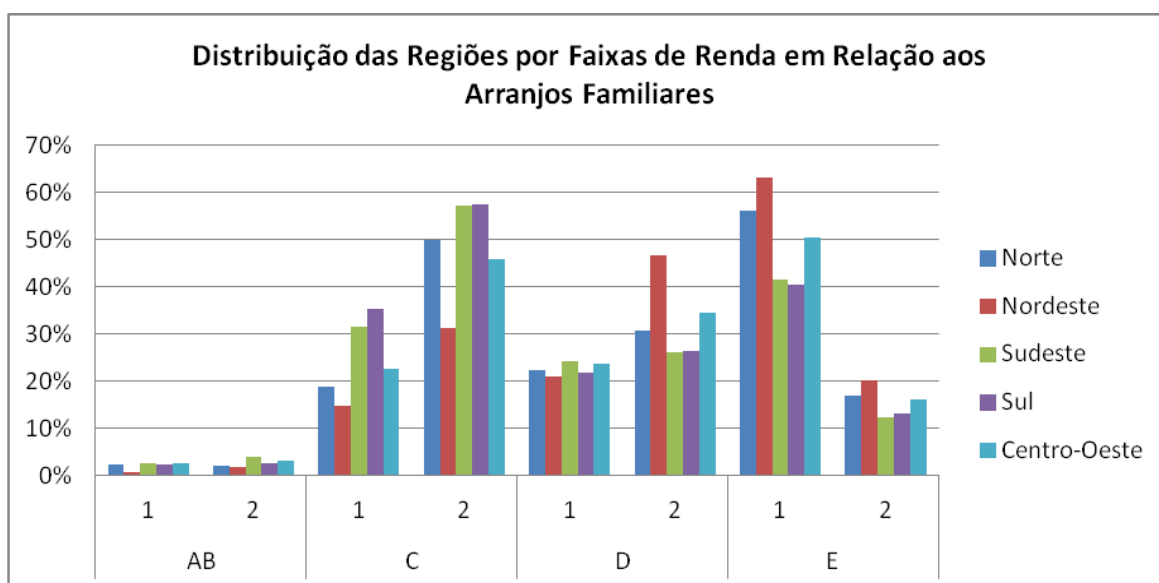


Gráfico 1 – Distribuição das regiões do país por faixas de renda (AB, C, D e E) em relação aos arranjos unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

1 – Arranjo Unipessoal.

2 – Arranjo Residindo com o Cônjuge.

No que se refere ao nível de escolaridade dos idosos, foi possível detectar que 54,6% (n=1.180) dos idosos que moravam sozinhos possuíam o ensino fundamental; 13,5% (n=292) o ensino médio; 3,4% (n=74), ensino superior; e, 0,3% (n=7), a pós-graduação (n=7), sendo que 28,1% (n=607) não declararam. Não há diferença significativa nestes resultados em comparação aos idosos que moravam com o cônjuge, sendo que 59,8% (n=1.197) possuíam ensino fundamental; 11,9% (n=239), ensino

médio; 2% (n=41), ensino superior; e, 0,1% (n=3), pós-graduação, sendo que 26,1% (n=522) não declararam.

Em relação ao nível de escolaridade do cônjuge, 60,8% (n=1.218) possuíam ensino fundamental; 12,7% (n=255), ensino médio; 1,4% (n=28), ensino superior; e, 0,3% (n=6), pós-graduação. Percebe-se que o nível de escolaridade predominante em ambos os arranjos foi o ensino fundamental, o que corrobora com os dados nacionais em relação aos idosos (IBGE, 2012). Entretanto, quando se analisa se sabiam ler e escrever, 37,6% (n=813) dos idosos que moravam sozinhos e 33,9 % (n=679) dos que residiam com o cônjuge afirmaram que não, e 31,9% (n=639) dos cônjuges afirmaram o mesmo.

O ensino fundamental predominou, portanto, em todas as regiões do país, conforme pode ser verificado no Gráfico 2.

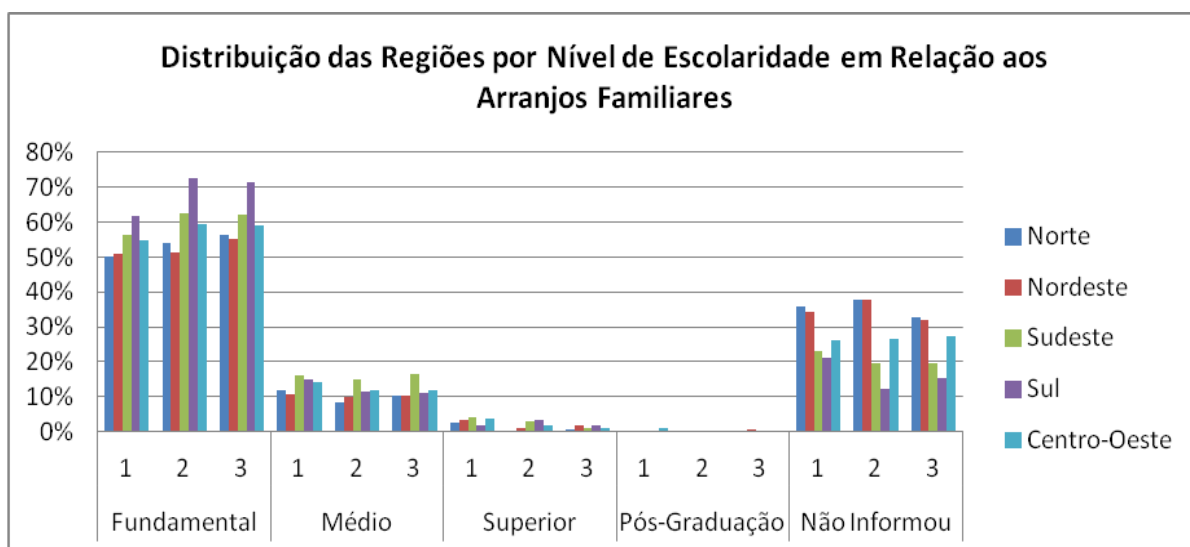


Gráfico 2 – Distribuição das regiões do país por nível de escolaridade em relação ao grupo de idosos que moravam sozinhos, ao cônjuge e ao idoso que residia com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

- 1 – Idoso que Mora Sozinho.
- 2 – Idoso que Reside com o Cônjuge.
- 3 – Cônjuge.

Fazendo a análise do nível de escolaridade de acordo com as diferentes faixas de renda, é possível observar que as maiores porcentagens dos idosos que moravam sozinhos e que possuíam pós-graduação estavam na faixa C (n=4, ou 57,1%) e, o restante (n=3, ou 42,9%), na faixa AB. Em relação àqueles que moravam com o cônjuge, ocorre o inverso, sendo que os que possuíam pós-graduação (n=2, ou 66,7%) estavam na faixa de renda AB e 33,3% (n=1), na faixa C. É notório também que a maior parte dos idosos que moravam sozinhos e que possuíam o menor nível de escolaridade

(ensino fundamental), 50,3% (n=594) estavam na faixa de renda E, e, em relação aos que residiam com o cônjuge, 49,5% (n=592) estavam na faixa C, como pode ser visualizado no Gráfico 3. Contudo, o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson das variáveis nível de escolaridade e faixa de renda mostra um coeficiente moderado, no valor de 0,4 para os idosos que moravam sozinhos, e um coeficiente baixo, no valor 0,3 para os idosos que residiam com o cônjuge, ambos significante estatisticamente ao nível de 1%. Portanto, é possível inferir que existe correlação significativa entre os idosos que moravam sozinhos e com o cônjuge terem maior renda e maior nível de escolaridade. Esses resultados corroboram aqueles encontrados por Almeida e Kassouf (2004), que afirmam que um melhor nível do poder aquisitivo é reflexo da maior escolaridade.

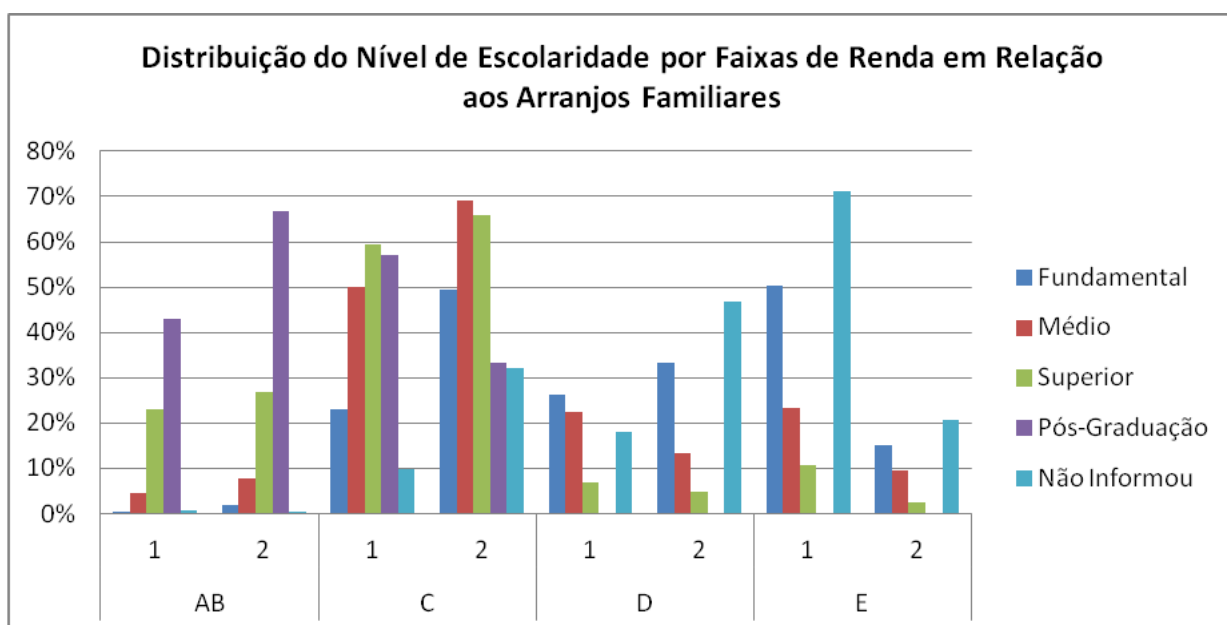


Gráfico 3 – Distribuição do nível de escolaridade por faixas de renda (AB, C, D e E) em relação aos arranjos unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

1 – Arranjo Unipessoal.

2 – Arranjo Residindo com o Cônjuge.

Além disso, a maior parcela dos idosos dos dois grupos estudados que afirmaram possuir algum nível de escolaridade, seja ensino fundamental, médio, superior ou pós-graduação, residia na área urbana do país, talvez devido à maior facilidade de acesso às escolas.

Dentro do grupo de idosos que moravam sozinhos e que possuíam pós-graduação, 71,4% (n=5) tinham entre 60 e 69 anos de idade, e, dos que residiam com o cônjuge, 66,7% (n=2), entre 70 e 79 anos.

No que se refere ao rendimento dos idosos dos dois grupos em pauta, foram detectados rendimentos com trabalho<sup>18</sup>, de transferência<sup>19</sup>, de aluguel<sup>20</sup> e de outras rendas<sup>21</sup>.

Os maiores rendimentos daqueles que moravam sozinhos eram provenientes de outras transferências ( $M=R\$941,75$ ), aposentadoria e pensão do INSS ( $M=R\$918,63$ ), e aposentadoria da previdência pública ( $M=R\$309,28$ ). Já os rendimentos dos idosos que moravam com o cônjuge, os maiores rendimentos eram advindos de outras transferências ( $M=R\$932,53$ ), aposentadoria e pensão do INSS ( $M=R\$872,87$ ) e outras rendas ( $M=R\$359,46$ ), conforme pode ser visto na Tabela 26. Fazendo uma análise exploratória dos rendimentos, mesmo utilizando a média aparada (5% *trimmed mean*), por desconsiderar o *outlier*, constata-se que a maior parte dos rendimentos dos dois grupos eram provenientes de transferências. A pesquisa de Neri et al. (1999) também revela que, ao mesmo tempo em que ocorre a queda da renda do trabalho, dá-se o aumento da renda de outras fontes, não oriundas do trabalho, como aposentadoria, pensões, aluguel e ativos financeiros em geral.

---

<sup>18</sup> O rendimento do trabalho refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico), de empregador e daquele que trabalha por conta-própria.

<sup>19</sup> A transferência é o rendimento monetário bruto proveniente de aposentadoria e pensão de previdência pública, aposentadoria e pensão do INSS, aposentadoria de previdência privada, programas sociais federais, pensão alimentícia, mesada e doação e outras transferências (como prêmios restituídos e indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, salário-família, auxílio-natalidade, programas sociais estadual e municipal, seguro desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-funeral e outras transferências similares).

<sup>20</sup> O rendimento de aluguel refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis.

<sup>21</sup> Outras rendas referem-se às rendas monetárias provenientes de vendas eventuais, como vendas de automóveis, consórcios e outros produtos; crédito-educativo, juros de empréstimos; ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro atribuídos a ações, juros, correções.

#### **4.2. Cálculo do gasto médio anual dos idosos em arranjos unipessoal e residindo com o cônjuge, com base nas despesas estipuladas pela POF (2008/2009)**

Dentre os itens de consumo contemplados pela POF, selecionou-se, para este estudo, os gastos de despesa com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência a saúde e vestuário, conforme Tabela 2. Vale ressaltar que os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos pelos agentes de pesquisa da POF em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios. Entretanto, visando construir um orçamento médio anual, se fez necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores em valores anuais. Assim, os valores orçamentários com períodos de referência de sete, trinta e noventa dias foram multiplicados pelos seus respectivos fatores de anualização, ou seja, 52, 12, 4, e, para aquelas informações pesquisadas cujo período de referência era 12 meses, o fator de anualização foi igual a 1. Assim sendo, todos os valores orçamentários da presente pesquisa são anuais.

Ao realizar o somatório de todas essas variáveis de despesas do universo de análise, observou-se que, em média, os idosos ( $n=4.162$ ) gastavam R\$8.296,13 ( $\pm R\$6.245,34$ ) anuais, com o mínimo de R\$830,16 e máximo de R\$29.911,01. Mais especificamente, os idosos que moravam sozinhos ( $n=2.160$ , ou 51,9%) gastavam anualmente, em média, R\$6.661 ( $\pm R\$5.463,05$ ), e os que residiam com o cônjuge ( $n=2.002$ , ou 48,1%), gastavam um pouco mais, em média R\$10.060,24 ( $\pm R\$6.550,35$ ).

Através da análise exploratória das variáveis de consumo, foi possível observar que tanto o AFU como o AFRC gastavam mais com itens de habitação ( $M=R\$1.933,04$  e R\$2.584,74 por ano, respectivamente), vindo, em seguida, as despesas com alimentação dentro do domicílio ( $M=R\$1.814,03$  e R\$2.572,56, respectivamente) e assistência à saúde ( $M=R\$1.257,47$  e R\$2.030,01, respectivamente), conforme pode ser visualizado no Gráfico 4. É possível afirmar também que, dos itens de consumo analisados, os idosos dos arranjos em questão gastavam menos com educação, no máximo R\$2.080,00 para os idosos que moravam sozinhos e R\$2.200,00 para os que residiam com o cônjuge.

Estes resultados estão de acordo com as análises realizadas pelo IBGE (2012) que revelam que para todos os tipos de composições familiares, o grupo habitação foi o

que apresentou o maior peso entre as despesas de consumo das famílias brasileiras, desde a realização da POF 2002/2003, uma vez que este item também está relacionado às principais necessidades das famílias em termos de condições de vida. O IBGE (2012) ainda afirma que, para as despesas com educação, a estrutura familiar é fator determinante, visto que a presença de filhos faz com que o peso relativo dos valores gastos com educação seja, no mínimo, o dobro do das famílias sem filhos. Infere-se, assim, que o estágio do ciclo de vida familiar a que os idosos pertencem pode ter interferido nos gastos com educação, principalmente por não contemplarem a presença de filhos nos arranjos selecionados.

É interessante ressaltar que o único gasto anual que os idosos que residiam sozinhos possuíam a mais quando comparados aos idosos que residiam com o cônjuge, eram as despesas com alimentação fora do domicílio gastavam, em média, R\$327,31 por ano, enquanto os que moravam com o cônjuge, R\$281,11.

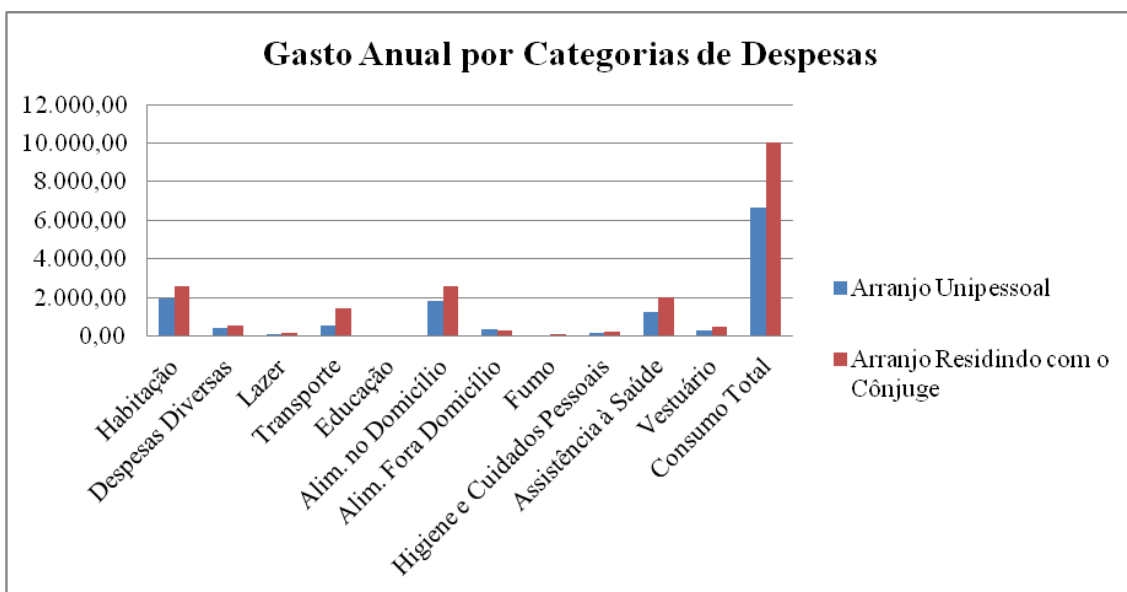


Gráfico 4 – Gasto médio anual, por categorias de despesas, dos idosos no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

No que se refere aos gastos com os itens que compõem a variável habitação, percebe-se, pela análise do Gráfico 5, que em ambos os arranjos familiares, AFU e AFRC, os maiores gastos anuais em média eram com energia ( $M=R\$388,08$  e  $R\$564,47$ , respectivamente), compra de eletrodoméstico ( $M=R\$385,69$  e  $R\$515,02$ , respectivamente) e aquisição de pacotes de TV por assinatura, telefone e internet ( $M=R\$386,82$  e  $348,04$ , respectivamente). É importante ressaltar que, com exceção dos gastos com condomínio, o grupo de idosos que residiam com o cônjuge eram o que

mais gastava com itens de habitação, uma vez que quanto mais pessoas no domicílio, maiores serão os gastos com energia e aquisição de bens e serviços. Esses dados corroboram com a pesquisa de Nogueira (2011), que apresenta que os serviços influenciados por tarifas públicas, como água, energia e condomínio têm peso maior entre os idosos, uma vez que eles tendem a ficar mais tempo em casa.

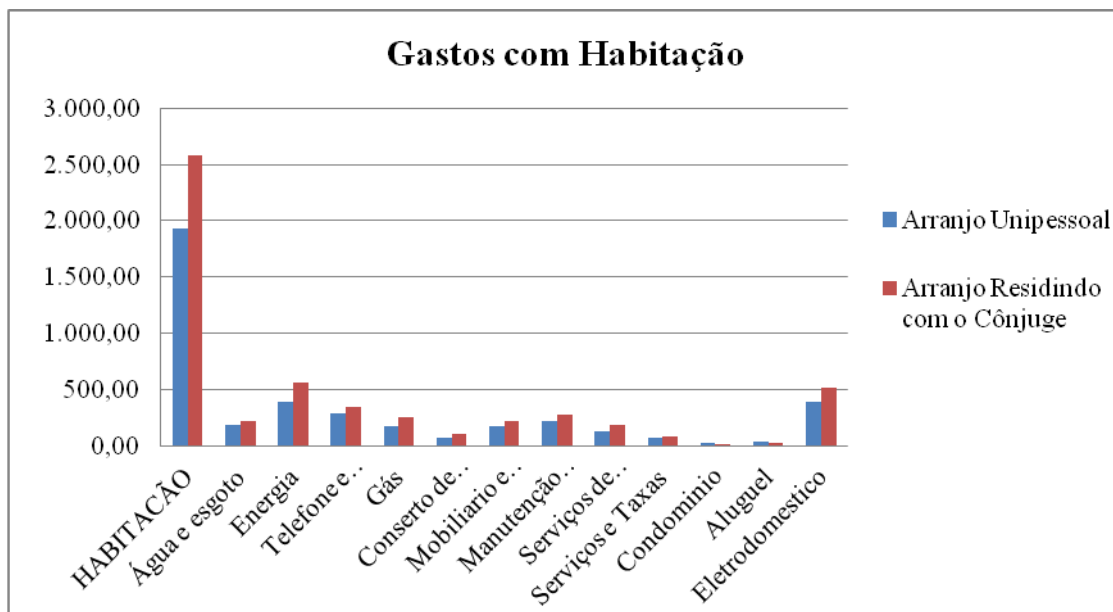


Gráfico 5 – Gasto médio anual, dos itens de despesas com habitação, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

Em relação aos itens de despesas diversas, os maiores gastos nos dois arranjos familiares foram com doações e serviços de terceiros, visto que os idosos que residiam com o cônjuge gastavam mais com doações em relação aos que moravam sozinhos ( $M=R\$204,31$  e  $R\$176,89$ , respectivamente). Em relação aos gastos com serviços de terceiros, como empregados, motorista, zelador, entre outros, os idosos que moravam sozinhos apresentavam um gasto um pouco maior em relação aos que residiam com o cônjuge ( $M=R\$188,70$  e  $R\$159,48$ , respectivamente). No que se refere aos gastos com serviços de terceiros entre os idosos, sabe-se que estes estão mais susceptíveis a precisarem de ajuda devido às próprias limitações do envelhecimento. A pesquisa de Camargos et al. (2010) corrobora com o resultado encontrado, uma vez que, segundo os autores, apesar da velhice não ser sinônimo de doenças ou incapacidades, sabe-se que nessa fase da vida as pessoas estão mais susceptíveis a problemas de saúde e, consequentemente, carentes de apoio. Assim sendo, muitas vezes, um idoso que mora com o cônjuge tenderia a apresentar maiores chances de receber cuidado informal. Em

contrapartida, os idosos que moravam sozinhos estão mais propensos a receberem cuidado formal.

Ainda em relação às despesas diversas, é possível observar que o terceiro item que os idosos que moravam sozinhos mais gastavam era com cerimônias familiares ou práticas religiosas ( $M=R\$65,02$ ), enquanto os que residiam com o cônjuge, com estética ( $M=R\$110,61$ ). Estes dados podem ser visualizados no Gráfico 6.

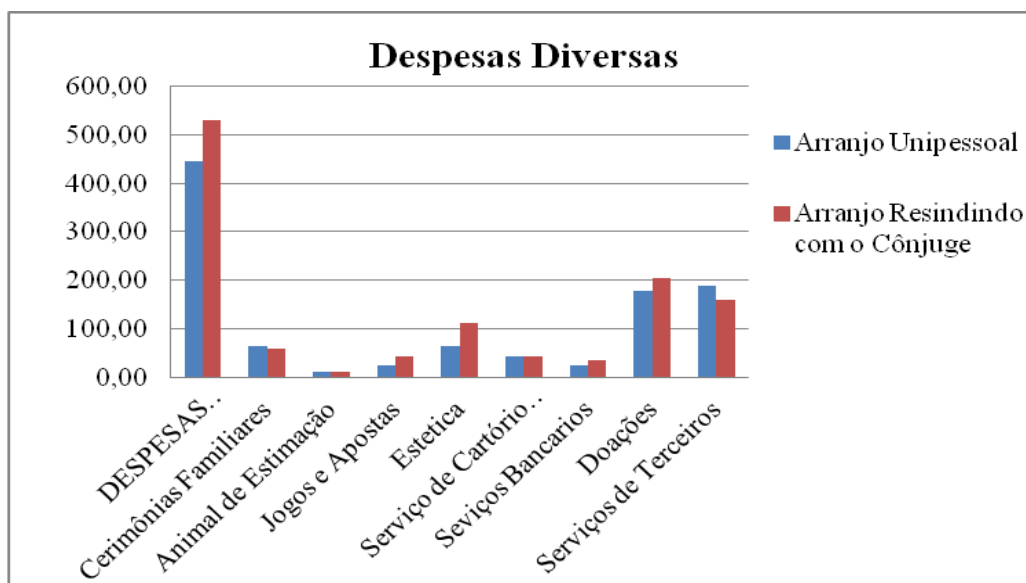


Gráfico 6 – Gasto médio anual, dos itens de despesas de despesas, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

Já em relação aos itens dos gastos que compõem as variáveis lazer, educação e produtos de higiene e cuidado pessoal, os menores gastos são em relação aos itens de produtos para cabelo, perfumes, sabonete, revistas e livros, seja didático ou não, em ambos os arranjos, conforme o Gráfico 7. É visível, também, que os idosos que residiam com o cônjuge tinham um gasto um pouco maior do que os que moravam sozinhos ( $M=R\$159,04$  e  $R\$112,03$ , respectivamente) em relação a desenvolver ou participar de alguma atividade de lazer e na aquisição de produtos de uso pessoal para higiene ( $M=R\$206,48$  e  $R\$139,82$ , respectivamente).

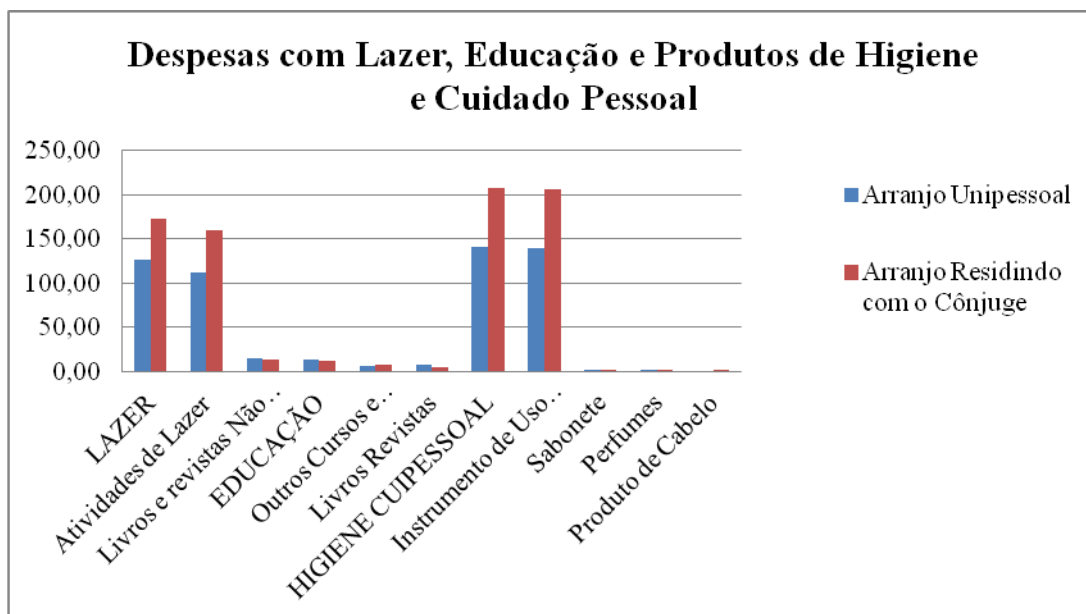


Gráfico 7 – Gasto médio anual, dos itens de despesas com lazer, educação e produtos de higiene e cuidados pessoais, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

O AFRC gastava mais com transporte e vestuário do que o AFU, sendo que os maiores gastos estavam com os meios de transporte (veículo próprio, ônibus, passagens aéreas, entre outros), em média R\$644,30 e R\$271,53, respectivamente; e combustível, R\$440,74 e R\$152,89, respectivamente. Já em relação ao vestuário, os maiores gastos estavam com aquisição de roupas ( $M=R\$340,98$  e  $R\$212,71$ , respectivamente) e com calçados e apetrechos ( $M=R\$110,21$  e  $R\$76,38$ , respectivamente), como pode ser visto no Gráfico 8.

Stivali e Gomide (2007) afirmam que os gastos com transporte se devem ao fato de ser o meio utilizado pelas pessoas para a realização da maioria de suas atividades econômicas e sociais e, muitas vezes, o consumo de bens e serviços de transporte é uma maneira de acessar ou consumir outros bens e serviços.

Embora os idosos tenham por lei a garantia de gratuidade do transporte coletivo, Carvalho e Pereira (2012) afirmam que, do ponto de vista do bem-estar individual, pode-se argumentar que o maior gasto das famílias brasileiras com transporte individual é positivo, uma vez que parte da população sempre esteve excluída do processo de consumo de bens duráveis no país, e, nos últimos anos, tem-se observado uma alteração desta realidade.

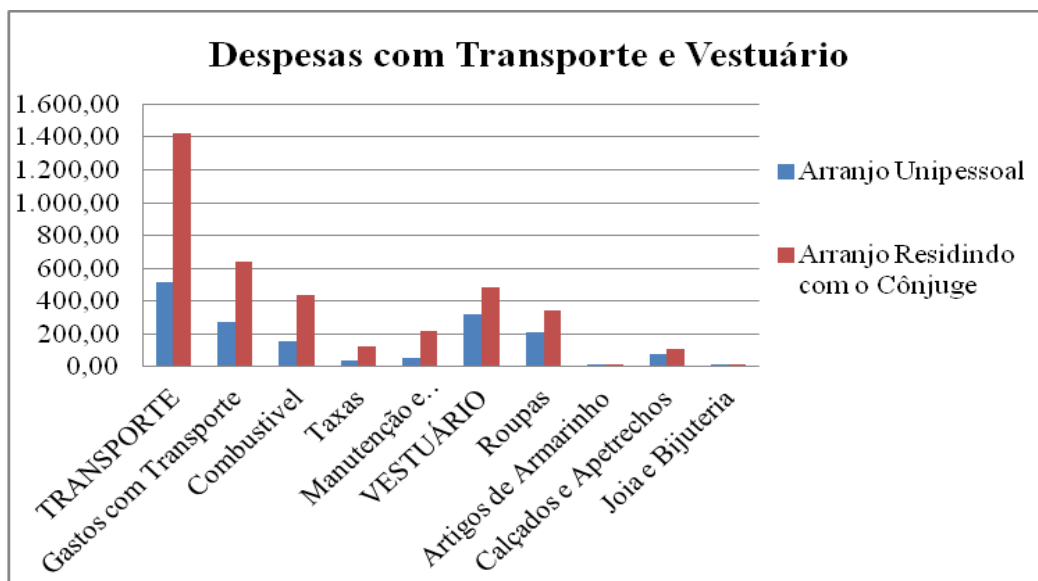


Gráfico 8 – Gasto médio anual, dos itens de despesas com transporte e vestuário, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

E por fim, no que se refere às despesas com assistência à saúde, sabe-se que os idosos apresentam geralmente mais problemas de saúde que a população em geral. Percebe-se, então, que, provavelmente pelo fator da idade, os itens que mais foram gastos nos dois arranjos familiares foram com remédio ( $M=R\$1.400,34$  no arranjo em que os idosos residiam com o cônjuge e  $R\$851,19$  para os que moravam sozinhos). Plano de saúde foi também outra variável que apresentou maiores gastos entre os arranjos familiares ( $M=R\$318,57$  no AFRC e  $R\$244,81$  no AFU), como pode ser visto no Gráfico 9.

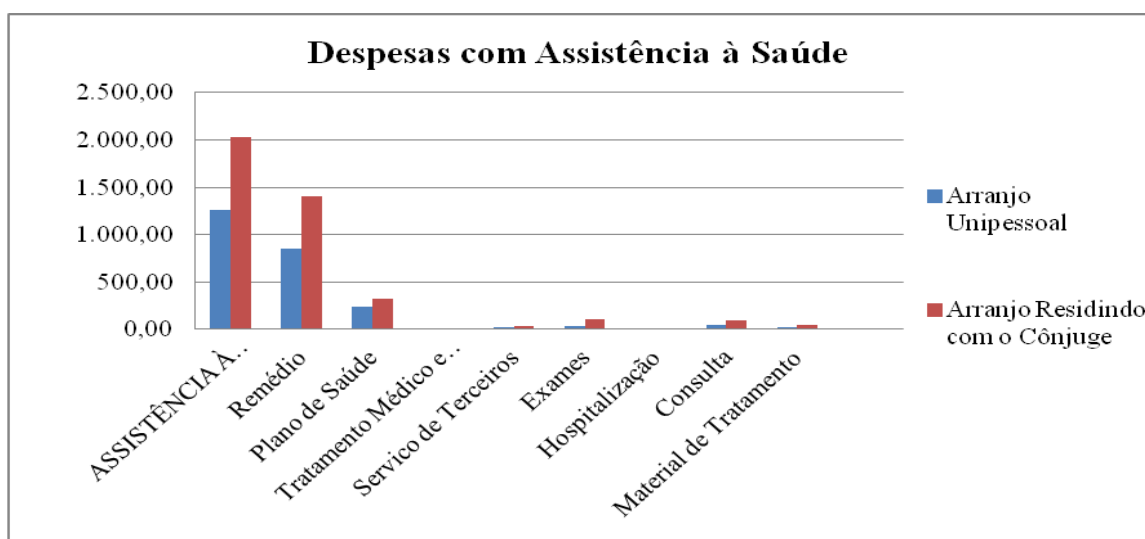


Gráfico 9 – Gasto médio anual, dos itens de despesas com assistência à saúde, no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge. Brasil, 2008/2009.

Diante da descrição de todos os gastos com bens e serviços utilizados pelos AFU e AFRC, pode-se perceber que, os gastos com itens de habitação, alimentação dentro do domicílio e assistência à saúde foram os mais altos em ambos os arranjos familiares estudados, e que de todas as subcategorias de despesas, o maior gasto em ambos os grupos analisados foi com remédio. Os dados encontrados no presente estudo nos revelam a preocupação dos idosos com itens para o próprio bem estar, e, além disso, eles são condizentes com a literatura (SANTIAGO; DOMINGUES, 2012; RIBEIRO et al., 2008, entre outras) no que diz respeito à grande utilização de medicamentos por pessoas acima de 60 anos de idade.

#### **4.3. Tipos de bens e serviços que os idosos consomem, com base no seu arranjo familiar, nas diversas regiões do país**

Para comparar quais bens e, ou serviços que os idosos que moravam sozinhos e os que residiam com o cônjuge consumiam, procedeu-se ao teste *t* de Student para igualdade de médias em amostras independentes. Para sua execução, partiu-se da hipótese nula de que não havia distinção do consumo em razão de seu arranjo familiar, sendo a hipótese alternativa, se o contrário ocorresse, ou seja, que houvesse diferença no consumo em razão do arranjo familiar.

Analisando em separado as despesas dos domicílios dos idosos que moravam sozinhos e que residiam com o cônjuge, no que se refere aos itens de despesa com habitação, a diferença de R\$651,69 observada nos dois arranjos familiares é estatisticamente significativa ( $T=9,06$ ,  $sig=0,000$ ,  $p<0,05$ ). Logo, rejeita-se com 95% de confiança ( $p<0,05$ ) a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, visto que, observando-se as médias de ambos os grupos, admite-se que o AFRC gastava mais com habitação do que o idoso no AFU (Tabela 3).

Tabela 3 – Teste *t* para despesas com habitação.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Habitação	2.584,74(Com Cônjuge) 1.933,04 (Sozinho)	651,69	510,76	792,62	9,06	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao item de gastos com despesas diversas, a diferença de R\$85,06 observada entre os dois arranjos familiares também é estatisticamente significativa

( $T=2,37$ ,  $\text{sig}=0,018$ ,  $p<0,05$ ), rejeitando-se, portanto, a hipótese de não haver diferença entre os gastos com despesas diversas em razão do arranjo familiar. Isto porque, pelas médias de ambos os arranjos, admite-se que o AFRC gastava mais com despesas diversas do que o idoso no AFU (Tabela 4).

Tabela 4 – Teste  $t$  para despesas diversas.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesas Diversas	530,50 (Com Cônjuge) 445,43 (Sozinho)	85,06	14,73	155,40	2,37	0,018*

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na tabela 5 mostram que os dois grupos, idosos que moravam sozinhos e os que residiam com o cônjuge, se diferenciam estatisticamente ( $p<0,05$ ) no que se refere aos gastos com lazer. Sendo assim, rejeita-se a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, uma vez que, observando-se as médias de ambos os grupos, admite-se que o AFRC gastava mais com lazer do que o idoso no AFU.

Tabela 5 – Teste  $t$  para despesas com lazer.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Lazer	172,83 (Com Cônjuge) 126,46 (Sozinho)	46,37	21,34	71,40	3,632	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere aos itens de despesa com transporte, a diferença de R\$908,56 observada nos dois arranjos familiares, conforme tabela 5, é estatisticamente significativa ( $T=14,215$ ,  $\text{sig}=0,000$ ,  $p<0,05$ ). Logo, rejeita-se a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, visto que observando-se as médias de ambos os grupos, admite-se que o AFRC gastava mais com transporte do que o idoso no AFU.

Tabela 6 – Teste  $t$  para despesas com transporte.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Transporte	1.424,64 (Com Cônjuge) 516,07 (Sozinho)	908,56	783,24	1.033,88	14,215	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao item de despesa com educação, a diferença de -1,58 observada entre os dois grupos não é estatisticamente significativa (sig=0,327,  $p>0,05$ ). Nota-se que o intervalo de confiança a 95%, podendo variar de -8,32 a 5,15 para a diferença das médias inclui o zero, o que corrobora com a conclusão de não rejeição da igualdade de médias, ou seja, ambos os arranjos familiares gastam igualmente no que se refere ao item educação. Como a variável educação foi constituída pela soma das variáveis de despesas com livros e revista e outros cursos e/ou atividades, optou-se por fazer o teste *t* entre estas variáveis também para ver se existia diferença de consumo entre os dois arranjos familiares. Porém, o referido teste confirmou a igualdade de média entre essas variáveis, ou seja, ambos os arranjos gastam igualmente com despesas de livros e revistas e outros cursos e, ou atividades, como pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 – Teste *t* para despesas com educação.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Educação	11,57 (Com Cônjuge) 13,15 (Sozinho)	-1,58	-8,32	5,15	-0,460	0,645
Livros e revistas	4,31 (Com Cônjuge) 7,89 (Sozinho)	-3,57	-8,18	1,03	-1,54	0,123
Outros cursos	7,25(Com Cônjuge) 5,26(Sozinho)	1,99	-2,84	6,83	0,808	0,419

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às despesas com alimentação realizadas dentro do domicílio, a diferença de R\$758,52 observada nos dois arranjos familiares é estatisticamente significativa (T=9,13, sig=0,000,  $p<0,05$ ). Com isso, rejeita-se com 95% de confiança ( $p<0,05$ ) a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, visto que observando-se as médias de ambos os grupos na Tabela 8, admite-se que o AFRC possuía um gasto maior com alimentação dentro do domicílio do que o idoso no AFU.

Tabela 8 – Teste *t* para despesas com alimentação dentro do domicílio.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Alimentação Dentro do Domicílio	2.572,55 (Com Cônjuge) 1.814,03 (Sozinho)	758,52	595,68	921,36	9,133	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

Já no que concerne ao consumo de alimentos fora do domicílio, verifica-se que a diferença de -46,20 observada nos dois grupos na Tabela 9 não é estatisticamente significativa (sig=0,088,  $p>0,05$ ). Nota-se que os intervalos de confiança a 95%, podendo variar de -99,26 a 6,86 para a diferença das médias inclui o zero, o que contribui para a não rejeição da igualdade de médias, ou seja, infere-se que ambos os arranjos gastavam igualmente no que se refere à alimentação fora do domicílio.

Tabela 9 – Teste *t* para despesas com alimentação fora do domicílio.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Alimentação Fora do Domicílio	2.572,55 (Com Cônjuge) 1.814,03 (Sozinho)	-46,20	-99,26	6,86	-1,707	0,088

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos gastos com fumo, a diferença de R\$35,24 observada nos dois arranjos familiares é estatisticamente significativa (T=4,13, sig=0,000,  $p<0,05$ ). Sendo assim, rejeita-se a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, visto que observando as médias de ambos os grupos, admite-se que o AFRC gastava mais com fumo do que o AFU (Tabela 10).

Tabela 10 – Teste *t* para despesas com fumo.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Fumo	87,02 (Com Cônjuge) 51,77 (Sozinho)	35,24	18,53	51,96	4,13	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos itens de despesas com produtos de higiene e cuidados pessoais, o teste *t* mostra que tanto os idosos que moravam sozinhos quanto os que residiam com o cônjuge se diferenciam estatisticamente ( $p<0,05$ ) nos gastos com esses produtos. Logo, rejeita-se com 95% de confiança ( $p<0,05$ ) a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, dado que ao observar as médias de ambos os grupos, admite-se que o AFRC gastava mais com produtos de higiene e cuidados pessoais do que o AFU (Tabela 11).

Tabela 11 – Teste *t* para despesas com produtos de higiene e cuidados pessoais.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com higiene e cuidados pessoais	207,38 (Com Cônjuge) 140,22 (Sozinho)	67,16	28,65	105,66	3,420	0,001*

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere aos gastos com assistência à saúde, a diferença de R\$772,53 observada nos dois arranjos familiares é estatisticamente significativa ( $T=10,54$ ,  $\text{sig}=0,000$ ,  $p<0,05$ ), rejeitando-se a hipótese de não haver diferença entre o consumo em razão do arranjo familiar, uma vez que através das médias de gastos de ambos os grupos, pode-se inferir que o AFRC gastava mais com assistência à saúde do que o idoso no AFU (Tabela 12).

Tabela 12 – Teste *t* para despesas com assistência à saúde.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Assistência a Saúde	481,47 (Com Cônjuge) 316,99 (Sozinho)	772,53	628,86	916,20	10,54	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos gastos com vestuário, observa-se que os dois grupos, idosos que moravam sozinhos e aqueles que residiam com o cônjuge, se diferenciam estatisticamente ( $p<0,05$ ) no que se refere aos gastos com vestuário, visto que observando as médias de ambos os grupos, admite-se que o AFRC gastava mais com vestuário do que o idoso no AFU (Tabela 13).

Tabela 13 – Teste *t* para despesas com vestuário.

Variável	Médias	≠ Médias	Intervalo de confiança (I.C – 95%)		T	Sig.
Despesa com Vestuário	2.030,00 (Com Cônjuge) 1.257,47 (Sozinho)	164,48	127,68	201,27	8,764	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, diante da realização do teste *t* de Student para igualdade de médias em amostras independentes foi possível verificar que o AFRC gastava estatisticamente mais do que o AFU no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Este aumento pode estar associado à

composição familiar, uma vez que o número de membros do AFRC é o dobro do AFU. E com o mesmo teste foi possível afirmar que ambos os arranjos gastavam estatisticamente igual com educação e alimentação fora do domicílio.

Os gastos com educação e alimentação fora do domicílio sendo iguais estatisticamente revelam que os idosos, independente do arranjo familiar, estão preocupados em viver mais e melhor. Sabe-se que cada vez mais os idosos estão preocupados com a sua qualidade de vida e o envelhecimento já traz consigo perdas do potencial biológico. Entretanto se faz necessário considerar a influência, entre outras variáveis, dos hábitos alimentares uma vez que eles podem interferir na qualidade de vida dos idosos e, assim, gerar um perfil diferenciado do envelhecimento biológico. Além disso, a educação pode melhorar os processos cognitivos, motores, sensorial e intelectual deste segmento da população (VENTURA, 2010; SILVA, 1998, *apud* SOMCHINDA; FERNANDES, 2003).

Com o intuito de comparar se existia diferença entre os tipos de bens e serviços que os idosos dos dois arranjos familiares, AFU e AFRC, consumiam nas diversas regiões do país, submeteu-se as variáveis de despesa com habitação, despesas diversas, lazer, transporte educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário à análise de variância.

Pelo teste F da ANOVA foi possível inferir que para o AFU existia diferença nas despesas com habitação ( $p=0,000$ ), despesas diversas ( $p=0,000$ ), lazer ( $p=0,001$ ), transporte ( $p=0,000$ ), educação ( $p=0,024$ ), alimentação fora do domicílio ( $p=0,001$ ), assistência à saúde ( $p=0,000$ ) e vestuário ( $p=0,001$ ) em relação às regiões do país. Já em relação ao AFRC, os itens de despesas que tiveram diferença, quando comparados com as regiões do país, foram habitação ( $p=0,000$ ), despesas diversas ( $p=0,000$ ), lazer ( $p=0,000$ ), transporte ( $p=0,000$ ) alimentação dentro do domicílio ( $p=0,001$ ), assistência à saúde ( $p=0,000$ ) e vestuário ( $p=0,000$ ). Entretanto, os itens que possuíam uma média de gasto igual ( $p>0,05$ ) entre as regiões do país foram: alimentação dentro do domicílio para o AFU; educação e alimentação fora do domicílio no AFRC; e fumo e produtos de higiene e cuidados pessoais em ambos os arranjos.

Tal diferença de gastos entre os itens de consumo considerados e as regiões do país provavelmente ocorre devido à distribuição desigual de renda entre as regiões, o que já foi discutido. Por exemplo, nos dois arranjos familiares estudados, a maioria

daqueles que pertenciam à faixa AB de renda residiam no sudeste do país, sendo 39,5% (n=17) do AFU e 43,1% (n=25) do AFRC. Além do fator da renda, Solomon (2002) afirma que os padrões de consumo podem ser moldados pelo clima, por influências culturais e recursos únicos, além disso, o autor ainda ressalta que as diferenças regionais exercem um grande impacto sobre os estilos de vida dos consumidores porque muitas de nossas preferências são ditadas pelos costumes e disponibilidades locais.

Através dos testes Post Hoc, é possível dizer, com  $p=0,000$ , que os gastos com habitação dos idosos do AFU que residiam nas regiões sudeste e sul eram, respectivamente, R\$705,45 e R\$752,13 a mais do que os da região nordeste. E já em relação ao AFRC, os gastos desse arranjo da região nordeste se diferenciam estatisticamente da região sudeste, sul e centro-oeste. Estas regiões possuíam um gasto de R\$943,31, R\$786,47, R\$587,92, respectivamente, a mais com habitação do que a região nordeste do país. Assim, é possível afirmar que os idosos que residiam com o cônjuge gastavam mais com habitação do que os que viviam sozinhos, e que idosos de ambos os arranjos residentes nas regiões sul e sudeste gastavam mais do que os que residiam no nordeste do país. A composição familiar pode ter influenciado nesse resultado, pois como nos gastos com habitação estão inclusos os gastos com energia, água, entre outros, quanto mais pessoas residirem no domicílio, maiores serão as despesas com estes itens.

Os resultados encontrados corroboram com os dados do IBGE (2010), que mostram que as despesas com habitação responderam pela maior participação nas despesas monetária e não monetária de consumo das famílias, tanto em nível nacional como regional.

No que se refere aos gastos com despesas diversas, em relação aos idosos que moravam sozinhos, foi possível inferir que aqueles que residiam na região sudeste gastavam R\$282,84 e no sul, R\$303,89 a mais do que os que moravam no norte, e essas mesmas regiões gastavam R\$205,99 e R\$227,04, respectivamente, a mais que o nordeste. Com um nível de significância de 0,000, foi possível aceitar as comparações dos gastos entre as regiões sudeste, sul e nordeste para o AFRC. Os que residiam nas regiões sudeste e sul deste arranjo familiar gastavam, respectivamente, R\$269,90 e R\$262,10 a mais do que os da região nordeste. As regiões norte e centro-oeste não apresentaram diferença estatisticamente significativa com despesas diversas em relação

às outras regiões. Percebe-se, assim, que os idosos dos arranjos familiares estudados que residiam na região nordeste gastavam menos com despesas diversas do que os da região sul e sudeste do país, talvez pelo fato de a maioria dos idosos desta região pertencerem às menores faixas de renda (D e E). Assim, é provável que estivessem menos preocupados com gastos supérfluos, alguns dos quais compõem a variável ‘despesa diversa’, como doações, animal de estimação, jogos, entre outros.

Os gastos com lazer dos idosos do AFU são estatisticamente significativos para aqueles que residiam nas regiões sudeste e sul quando comparados com os que moravam no nordeste. Os primeiros gastavam, respectivamente, R\$89,14 e R\$99,66 a mais em relação aos da região nordeste do país. Em relação ao AFRC, observa-se que os da região sul gastavam a mais R\$110,01 do que os do norte, R\$193,61 do que do nordeste e R\$86,69 quando comparado com os da região sudeste. Já os residentes no centro-oeste e sudeste também gastavam a mais que o nordeste, R\$174,22 e R\$106,92, respectivamente. Com isso, observa-se que os gastos com lazer também eram maiores nas regiões sul e sudeste, quando comparados com a região nordeste, tanto para os idosos no AFU como no AFRC. Tal resultado talvez possa ser explicado pelo fato de os idosos dessa região possuírem as maiores rendas e, assim, gastarem mais com itens supérfluos, além das necessidades primárias.

Já em relação aos gastos com educação no AFU só foi possível, estatisticamente, a comparação entre aqueles que residiam na região sul e nordeste, os idosos deste arranjo que residiam no sul do país gastavam R\$23,84 a mais quando comparados com os que moravam no nordeste. Os resultados da comparação entre as outras regiões apresentaram um nível de significância superior a 0,05 ( $p > 0,05$ ), podendo inferir que a média de gastos com educação no restante das regiões sejam iguais.

Em relação às despesas com educação do AFRC, é possível inferir que a média dos gastos entre as regiões do país desse arranjo não é estatisticamente significativa. É provável que a média dos gastos com educação entre as regiões do país sejam iguais neste arranjo familiar.

Os gastos referentes ao consumo de alimentos dentro do domicílio no AFU não foi estatisticamente significativo, inferindo-se, assim, que a média dos gastos para este arranjo seja igual entre as regiões do país. Já em relação aos gastos com alimento dentro do domicílio no AFRC foi estatisticamente significativo para a região sul, que possuía

um gasto a mais de R\$1.006,55 em relação ao norte, e uma diferença de R\$747,08 quando comparada com o nordeste.

O consumo de alimentos fora do domicílio para o AFU mostrou-se significativo para as regiões sudeste e nordeste, sendo que os idosos que moravam sozinhos no sudeste gastavam R\$219,62 a mais em relação ao nordeste. Este gasto no AFRC não se apresentou significativo estatisticamente, podendo supor que o consumo de alimentos fora do domicílio seja igual entre as regiões do país. Os dados do IBGE (2010) corroboram com o resultado encontrado, sendo que o maior percentual gasto com alimentação fora do domicílio entre as famílias brasileiras ocorreu na região sudeste (37,2%), enquanto os menores percentuais ocorreram nas regiões norte (21,4%) e nordeste (23,5%). Em relação ao valor da despesa média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, observa-se que o valor na região sudeste (R\$ 172,78), o maior do Brasil, foi mais que o dobro do valor na região nordeste (R\$ 81,23), o menor valor do país. Esses resultados provavelmente se devem pelo fato da maioria dos idosos que residem no nordeste possuírem renda baixa (faixa de renda D e E), o que marca ainda mais a desigualdade entre as regiões do país.

Em relação aos gastos com transporte, observa-se que os idosos que moravam sozinhos na região sul possuíam um gasto de R\$289,75 a mais em relação aos que residiam no nordeste, e os idosos deste arranjo da região centro-oeste tinham um gasto de R\$421,71 e R\$340,66 a mais do que os das regiões nordeste e sudeste, respectivamente. Os idosos que residiam com o cônjuge da região sul possuíam um gasto de R\$726,49 e R\$885,03 a mais em relação aos das regiões norte e nordeste, respectivamente, e os da região sudeste (R\$719,56) e centro-oeste (R\$704,13) também possuíam um gasto a mais quando comparados com os idosos do nordeste. Então, percebe-se que os idosos de ambos os arranjos das regiões sul e centro-oeste possuíam maiores gastos com transporte quando comparados com os do nordeste do país, uma vez que eles possuem as maiores rendas, ao contrário dos que residem no nordeste, onde a maioria possui uma renda baixa, muitos estão entre as faixas D e E de renda, o que faz com que eles tenham que andar a pé ou de bicicleta, ou às vezes, os idosos fazem uso do direito que possuem em relação à gratuidade do transporte coletivo. Estes dados vêm ao encontro com a média nacional trazida pelo IBGE (2010), em que mostram que as regiões sul (21,9%) e centro-oeste (21,2%) registraram participações de transporte mais

altas que a média nacional nas despesas de consumo. A região norte apresentou o menor percentual para este grupo (16,5%).

As despesas com fumo e produtos de higiene e cuidados pessoais não foram estatisticamente significativos entre as regiões do país para os arranjos familiares estudados, inferindo-se, assim, que a diferença média do valor gasto com estes itens seja igual entre as regiões do país.

Já no que refere aos gastos com assistência à saúde, observa-se que os idosos que residiam sozinhos nas regiões sudeste e sul gastavam mais quando comparados com os das regiões norte e nordeste, sendo a diferença média dos gastos R\$1.020,59 e R\$659,85, e, R\$1.186,54 e R\$825,80, respectivamente. Os idosos do centro-oeste gastavam R\$631,03 a mais em relação aos da região norte. Quanto aos gastos com assistência à saúde do AFRC, observa-se que os residentes no sudeste consumiam mais do que os da região norte (R\$1.038,38), nordeste (R\$928,09) e sul (R\$499,72), enquanto os que moravam no centro-oeste gastavam R\$473,87 a mais que os da região nordeste. É notório que os idosos do AFU da região sul e os do AFRC da região sudeste do país possuíam um gasto maior com assistência à saúde quando comparados com os das regiões norte e nordeste. Estes dados vêm ao encontro com os encontrados pelo IBGE (2010), que mostram que para as grandes regiões do país existem comportamentos bastante distintos dos valores médios gastos pelas famílias com assistência à saúde quando avaliados em relação à despesa total de consumo médio mensal. Os dados do IBGE ainda revelam que a região norte foi aquela que apresentou a menor média de despesa nesse item de consumo, e as regiões sul e sudeste foram aquelas com maiores médias mensais.

No que se refere aos gastos com vestuário, quando se compara os idosos do AFU da região nordeste com sudeste e sul, os dados se mostraram significativos estatisticamente, sendo que essas regiões gastavam R\$102,19 e R\$130,96 a mais em relação ao nordeste. Observa-se que o AFRC da região sul gastavam a mais R\$195,13, R\$238,33, R\$128,42 e R\$155,74, respectivamente, em relação aos que residiam nas regiões norte, nordeste, sudeste e centro-oeste. No entanto, em ambos os arranjos familiares, a região sul é a que mais apresentou gastos com vestuário quando comparada às outras regiões do país. Os dados se diferem dos resultados das pesquisas nacionais realizadas tanto pelo IBGE (2010) como pelo Sebrae (2010), que mostram que o maior

resultado relativo de despesas com vestuário entre as famílias brasileiras foi verificado na região norte e, o menor, na sudeste, sendo que a região centro-oeste apresentou participação abaixo da média nacional, assim sendo, os dados nos arranjos familiares estudados se diferenciam quando comparados com os dados nacionais, uma vez que a diferença de gastos com vestuário nas famílias podem sofrer alterações devido ao próprio estágio do ciclo de vida familiar que se encontram, visto que a presença de crianças, por exemplo, faz com que estes gastos tenham um peso maior nas despesas uma vez que eles vão crescendo e tendo a necessidade de trocas, o que não acontece no caso dos domicílios onde possui apenas idosos.

A partir das análises realizadas é possível inferir que os idosos do AFRC são os que mais apresentam gastos com as categorias de despesas descritas anteriormente, e apesar dos dados não serem estatisticamente significativos entre todas as regiões para todas as despesas, é plausível afirmar que os idosos dos arranjos analisados que residiam na região sul são os que apresentaram os maiores gastos em relação às categorias de despesas analisadas, principalmente quando comparados aos residentes no nordeste do país, isso talvez aconteça por causa, como já visto anteriormente, dos idosos residentes no nordeste possuírem as menores rendas, e conseqüentemente o menor poder de consumo. Assim, os resultados encontrados corroboram os encontrados pelo IBGE (2010) e IPC (2012) que afirmam que as famílias, independente do arranjo familiar, residentes na região sudeste são as que mantêm a liderança no ranking do consumo nacional, ao contrário da região nordeste, que apresenta o menor valor de despesa média no país.

#### **4.4. Tipos de bens e serviços que os idosos dos arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge consomem de acordo com os estratos econômicos**

Para o presente estudo, optou-se por analisar o consumo por categorias de despesas dos idosos que moravam sozinhos e que residiam com o cônjuge e também por faixas de renda, sendo estas determinadas como AB (caso a renda total do domicílio fosse maior que R\$4.980,01), C (renda total entre R\$1.245,01 a R\$4.980,00), D (renda total entre R\$830,01 a R\$1.245,00) e E (renda total menor que R\$830,00). No AFU, 2% (n=43) dos idosos estavam na faixa de renda AB, 24,3% (n=525) na faixa C, 22,6% (n=489) na faixa D e 51,1% (n=1.103) na faixa E de renda. Já o AFRC, 2,9% (n=58)

dos domicílios estavam na faixa AB, 47,6% (n=952) na faixa C, 33,9% (n=678) na faixa D e 15,7% (n=314) na faixa E de renda. Através da distribuição dos arranjos familiares por faixas de renda foi possível visualizar como a renda do cônjuge influencia na renda total familiar, uma vez que no AFU mais da metade (51,1%) dos idosos estavam na faixa E de renda, ao contrário daqueles que residiam com o cônjuge, onde apenas 15,7% pertenciam a esta faixa de renda.

Com o intuito de comparar se existia diferença entre os tipos de bens e serviços que os idosos dos dois arranjos familiares estudados consumiam por faixas de renda, submeteu-se as variáveis de despesa com habitação, despesas diversas, lazer, transporte educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário à análise de variância.

Pelo teste F da ANOVA foi possível inferir que tanto no AFU como no AFRC o único gasto que não foi estatisticamente significativo entre as diferentes faixas de renda foi com fumo ( $p=0,246$  e  $p=0,737$ ), inferindo-se, assim, que esse tipo de gasto seja igual em ambos os arranjos familiares entre as diferentes faixas de renda. Já em relação ao restante dos itens de despesas, com  $p=0,000$ , percebeu-se que os gastos são todos estatisticamente significativos quando comparados com as faixas de renda, em ambos os arranjos familiares, sendo possível afirmar que pelo menos um valor médio dos gastos entre esses itens de despesas é diferente quando se compara com as faixas de renda.

Através dos testes Post Hoc, é possível dizer, com  $p<0,05$ , que no que se referem aos gastos dos idosos que moravam sozinhos com habitação, os que estavam na faixa AB de renda também eram os que possuíam os maiores gastos, R\$3.539,41, R\$2.925,47 e R\$1.945,59, em relação às faixas E, D e C de renda, respectivamente. Ainda em relação aos idosos que moravam sozinhos, os que pertenciam à faixa C de renda gastavam R\$1.593,81 e R\$979,87 a mais do que os da faixa E e D, e os idosos da faixa D de renda gastavam R\$613,93 a mais que os da faixa E. Já em relação aos gastos com habitação no AFRC, também com  $p<0,05$ , se diferenciam estatisticamente pelo fato de estarem em uma das faixas de renda. Os domicílios deste tipo de arranjo da faixa AB de renda são os que possuíam os maiores gastos com habitação, correspondendo a R\$3.234,19, R\$2.769,11, R\$1.643,17 a mais, respectivamente, quando comparados com as faixas de renda E, D e C. Os domicílios das faixas C e D de renda também gastavam R\$1.591,01 e R\$465,07 a mais em relação à faixa E, e os da faixa C de renda gastavam

R\$1.125,93 a mais do que os da faixa D de renda. Então se percebe que houve diferença dos gastos entre todas as faixas de rendas, visto que em ambos os arranjos, aqueles que pertenciam à faixa AB eram os que apresentavam os maiores valores em média com gastos com habitação.

Em relação aos gastos com despesas diversas, observa-se, com um nível de significância de 0,000, que os idosos do AFU, que pertenciam à faixa AB de renda também possuíam um gasto de R\$1.425,64, R\$1.272,75 e R\$644,25 a mais que os idosos das faixas E, D e C, respectivamente; e os idosos desse arranjo que estavam na faixa C de renda gastavam R\$781,39 e R\$628,49 a mais que os da faixa E e D, respectivamente. Já em relação ao AFRC, os que pertenciam à faixa AB de renda gastavam R\$1.207,95, R\$1.062,75 e R\$697,22 a mais que aqueles que estavam na faixa E, D e C de renda, respectivamente; e os que estavam na faixa C gastavam mais que os da faixa E e D (R\$510,73 e R\$365,53, respectivamente). Assim sendo, é possível afirmar que em ambos os arranjos familiares, os idosos com renda na faixa AB gastavam mais com despesas diversas que os idosos das outras faixas de renda, e os idosos da faixa C também possuíam um gasto a mais que os da faixa E e D em relação às despesas diversas. Assim sendo, conforme já discutido, quanto maior a renda é provável que estejam mais susceptíveis a gastos supérfluos, visto que a variável ‘despesa diversa’ é composta por despesas com cerimônias familiares e práticas religiosas, serviços de terceiros, serviços bancários, doações, serviços de cartório, animal de estimação, jogos e apostas e estética.

No que se refere aos gastos com lazer, o AFU que pertenciam à faixa AB gastavam R\$794,17, R\$739,72 e R\$598,54 a mais que os da faixa E, D e C, respectivamente, e os idosos da faixa C possuíam um gasto de R\$195,62 e R\$141,18 a mais que os da faixa E e D com lazer. O mesmo acontece no AFRC, os que pertenciam à faixa AB de renda gastavam mais com este item dos que estavam na faixa C, D e E, R\$315,51, R\$489,00 e R\$500,55, respectivamente, e os da faixa C também gastavam mais que os da faixa E e D de renda, R\$185,03 e R\$173,48, respectivamente. Então em ambos os arranjos familiares os maiores gastos com lazer estavam entre aqueles que pertenciam às faixas AB e C de renda, o que reforça a hipótese de que quanto maior a renda disponível entre os idosos, mais eles estão dispostos a gastar não apenas para satisfação das necessidades básicas. Gade (1998) confirma o resultado encontrado,

afirmando que as atividades de lazer têm sido correlacionadas com as classes sociais, pois, de acordo com a autora, quanto mais alto o nível, mais ativo e participante é o indivíduo no tocante ao lazer. Ao contrário, Doll (2007) afirma que os idosos sofrem os efeitos de barreiras ao lazer advindas da sociedade, quando não oferece espaços para o lazer; de resistências internas, muitas vezes provenientes do próprio imaginário dos idosos, que os impede de se envolver em certas atividades, por exemplo, musculação, porque geralmente ocorre em ambientes onde predominam corpos jovens; e, além disso, a autora ainda afirma que a realização de atividades de lazer depende, além do tempo livre, de condições financeiras, educação, escolaridade e cultura.

Já os gastos com transporte dos idosos que moravam sozinhos, os da faixa de renda AB gastavam R\$2.050,12, R\$1.913,04 e R\$1.238,70 a mais quando comparados com os idosos da faixa E, D e C, respectivamente, e os que pertenciam à faixa C de renda possuíam um gasto também a mais que os idosos da faixa E e D de renda (R\$811,42 e R\$674,33). As mesmas comparações se mostraram também significativas para os idosos que residiam com o cônjuge, em que foram maiores na faixa AB de renda, gastando a mais R\$2.755,06, R\$2.605,17 e R\$1.412,32, respectivamente, em relação às faixas E, D e C de renda. Os idosos da faixa C gastavam R\$1.342,74 a mais que os da faixa E e R\$1.192,85 em relação aos da faixa D de renda. Assim como nas despesas com lazer, os gastos com transporte também foram maiores nos dois arranjos que pertenciam à faixa AB e C de renda, talvez pelo fato de os idosos das outras faixas de renda (D e E) utilizarem do transporte público e fazerem uso de seu direito de transporte gratuito.

No que se refere aos gastos com educação, percebe-se que os idosos que moravam sozinhos, os da faixa AB possuíam um gasto maior do que as faixas E, D e C, R\$152,17, R\$147,18 e R\$119,89 respectivamente, e os idosos da faixa C também gastavam R\$32,27 e R\$27,28 a mais que os da faixa E e D de renda. Já em relação aos idosos que moravam com o cônjuge da faixa C de renda gastavam R\$19,10 a mais do que os da faixa E de renda e R\$16,55 em relação à faixa D. Já no que se refere às outras faixas de renda, não foram possíveis as comparações estatisticamente, pois os resultados apresentaram um nível de significância superior a 0,05 ( $p > 0,05$ ), assim, é provável que a média dos gastos com educação seja igual nas outras faixas de renda.

O consumo de alimentos dentro dos domicílios dos idosos que moravam sozinhos foi maior nas faixas AB, C e D de renda, eles gastavam R\$984,12, R\$814,12 e R\$383,87, respectivamente, a mais que os idosos da faixa E, e os da faixa C gastavam ainda R\$430,25 a mais que os idosos da faixa D de renda. Já em relação aos gastos com alimentação dentro do domicílio dos idosos que residem com cônjuge foi maior na faixa C de renda, consumindo R\$883,86 e R\$384,81 a mais que as faixas E e D, respectivamente.

Já em relação ao consumo de alimentos fora do domicílio, é possível afirmar que os idosos que moravam sozinhos da faixa AB possuíam um gasto de R\$1.245,22, R\$1.125,99 e R\$913,03 a mais que os das faixas E, D e C de renda, respectivamente, os que pertenciam à faixa C de renda gastavam mais quando comparados aos das faixas E e D de renda (R\$332,18 e R\$212,96, respectivamente). Enquanto que os idosos que residiam com o cônjuge da faixa AB de renda consumiam R\$396,74 e R\$368,99 a mais que os das faixas E e D, respectivamente, e os que pertenciam à faixa C tinham um consumo de R\$261,26 e R\$233,51 a mais também que os das faixas E e D, respectivamente. Percebe-se, assim, que os idosos de ambos os arranjos pertencentes à faixa AB gastavam mais com alimentação fora do domicílio quando comparados àqueles da faixa D e E de renda. Logo, infere-se que quanto maior a renda, maior o consumo de alimentos fora do domicílio, principalmente para o idoso que mora sozinho. Esses dados corroboram os encontrados pelo IBGE (2010), em que as famílias brasileiras que possuem rendimentos mais baixos (até R\$830,00), independente do arranjo familiar e do estágio do ciclo de vida em que estejam, apresentam uma proporção baixa de despesa com alimentação fora do domicílio, e uma proporção mais alta com alimentação no domicílio.

No que se refere aos gastos com produtos de higiene e cuidados pessoais, verificou-se que os idosos que moravam sozinhos e que estavam na faixa AB de renda tinham um gasto de R\$355,34, R\$324,47 e R\$196,15 a mais que aqueles pertencentes às faixas E, D e C, respectivamente, e os que pertenciam à faixa C de renda também possuíam um gasto de R\$159,18 e R\$128,31 a mais que os idosos da faixa E e D. Já em relação aos os idosos do AFRC da faixa AB e C possuíam um gasto de R\$459,58 e R\$399,19, R\$208,20 e R\$147,81 a mais que os idosos que pertencem às faixas E e D, respectivamente. Desse modo, é notório que os idosos de ambos os arranjos familiares

das faixas AB e C de renda possuíam um gasto maior com produtos de higiene e cuidado pessoal, principalmente quando comparados aos da faixa D e E.

Comparando os gastos com assistência à saúde em relação às faixas de renda, os idosos que moravam sozinhos da faixa AB de renda gastavam R\$3.457,85, R\$2.844,59 e R\$1.997,63 a mais que os idosos das faixas E, D e C, respectivamente. Já os idosos das faixas C e D também gastavam a mais quando comparados aos da faixa E de renda (R\$1.460,21 e R\$613,25, respectivamente). Além disso, os idosos da faixa C gastavam a mais que os da faixa D (R\$846,95). O mesmo ocorre em relação ao AFRC da faixa AB de renda, que possuíam um gasto de R\$2.437,73, R\$2.068,93 e R\$908,28 a mais que os idosos das faixas E, D e C de renda, respectivamente. É possível afirmar, também, que os idosos da faixa C, deste mesmo arranjo, também gastavam a mais em relação aos das faixas E e D. Assim, em ambos os arranjos familiares, os idosos que pertenciam às faixas AB e C são os que mais gastavam com assistência à saúde quando comparados às outras faixas de renda, provavelmente devido ao fato de as famílias de baixa renda procurarem mais os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

No que se refere aos gastos com vestuário, nos domicílios em que os idosos moravam sozinhos e que estavam na faixa AB de renda, possuíam um gasto maior com vestuário em relação aos idosos das faixas E, C e D de renda (R\$656,30, R\$542,60 e R\$360,84, respectivamente). Já os idosos da faixa C e D gastavam R\$295,45 e R\$113,69 a mais que os da faixa E de renda, e os idosos da faixa C apresentavam um gasto de R\$181,76 a mais que os da faixa D de renda. O mesmo acontece em relação aos idosos que residiam com o cônjuge, aqueles da faixa AB possuíam um gasto maior em relação aos da faixa E, D e C, gastando a mais R\$663,02, R\$589,18 e R\$268,26, respectivamente. Já os da faixa C de renda possuíam um gasto de R\$394,75 e R\$320,92 a mais que os da faixa D e E. Estes resultados comprovam a influência do fator renda nos gastos com vestuário.

Apesar dos indivíduos pertencentes à faixa AB de renda possuírem os maiores gastos com vestuário quando comparados àqueles das outras faixas de renda, o Sebrae (2010) mostra que as classes A e B são as que menos investem em vestuário proporcionalmente a seus gastos totais, pois há outros itens de consumo, como imóveis e eletrônicos, que compõem mais fortemente seu espectro de gastos. Isso também pode ser explicado em função deste tipo de produto ter, em sua maioria, baixo custo se

comparado a itens, como automóveis, viagens e eletrônicos, que são os bens preferidos pela classe mais alta de renda.

Assim sendo, apesar dos domicílios configurados nos AFU e AFRC serem a minoria pertencentes à faixa de renda AB, são eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despesas analisados anteriormente. Dados do IPC (2012) corroboram com esses resultados indicando que a classe B é a que demonstra maior poder de compra e crescimento entre os brasileiros, respondendo, isoladamente, por quase a metade do consumo nacional.

#### **4.5 Análise dos fatores que influenciam nos tipos de bens e serviços consumidos por idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge**

Para explicar os possíveis fatores que influenciam na variação do consumo entre os AFU e AFRC, neste estudo utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla pelo método *stepwise*. Foi realizada uma regressão para cada uma das variáveis dependentes, a saber: habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação dentro do domicílio, alimentação fora do domicílio, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Para estas variáveis, foram desconsiderados os domicílios nos quais não foi declarada nenhuma despesa. Como variáveis independentes foram utilizadas as seguintes: idade em anos, renda total, sexo, faixas de renda, faixas etárias, curso mais elevado que frequentou, regiões do país e se residia na zona urbana/rural. Vale ressaltar que as variáveis categóricas, ou seja, faixas de renda, faixas etárias, regiões e curso mais elevado que frequentou foram transformadas em variáveis *dummy* para melhor se ajustar ao modelo. Sendo assim, as variáveis “centro-oeste”, “faixa de renda E” e “ensino fundamental” foram utilizadas como variáveis de controle.

No AFU, quando se aplicou o modelo de regressão linear múltipla para a primeira variável dependente ‘habitação’, foram gerados oito modelos. Ao se utilizar o que mais se ajustou, foi possível verificar que aproximadamente 17,5% da variação média do consumo em habitação podem ser explicados pelas variáveis explicativas ensino superior, sexo, renda total, residir na zona urbana, residir no nordeste e estar na faixa de renda AB, C ou D, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,175$ ) entre os gastos com habitação e as variáveis independentes. Vale ressaltar que foi utilizado o coeficiente de determinação ajustado pelo fato do modelo ter mais de uma variável

independente. O nível de significância 0,007 do teste F se mostrou estatisticamente significativo, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo o modelo estimado ser considerado adequado para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 14 – Fatores que influenciam nos gastos com habitação identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Habitação (Unipessoal)			Habitação (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Ensino Superior	615,54	0,059	0,017*	899,88	0,060	0,016*
Pós-Graduação	-	-	-	2.910,60	0,053	0,030*
Sexo	-661,44	-0,143	0,000*	-	-	-
Renda total	0,20	0,137	0,004*	0,43	0,247	0,000*
Urbano/Rural	378,69	0,065	0,006*	856,66	0,161	0,000*
Norte	-	-	-	509,90	0,050	0,041*
Nordeste	-266,61	-0,055	0,020*	-527,09	-0,091	0,000*
Faixa de renda AB	1.737,82	0,123	0,007*	-	-	-
Faixa de renda C	1.062,95	0,220	0,000*	594,85	0,121	0,000*
Faixa de renda D	405,15	0,079	0,002*	-	-	-
R <sup>2</sup> ajustado		0,175			0,156	
p (modelo)		0,007*			0,041*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

O teste *t* permite testar as hipóteses nulas de inexistência de uma relação linear entre a variável dependente com cada uma das variáveis independentes. Este teste é útil para se decidir se certas variáveis independentes podem ou não ser eliminadas da equação de regressão (PESTANA, GAGEIRO, 2008). Contudo, no modelo, o teste *t* tem associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes supracitadas. Assim sendo, as variáveis que mais afetaram os gastos com habitação no AFU foram, em sua ordem de importância, pertencerem à faixa C de renda ( $\beta=0,220$ ), à faixa AB ( $\beta=0,123$ ) e a renda total ( $\beta=0,137$ ), visto que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que não proporcionou nenhum VIF (*Variance Inflation Factor*) superior a 5. De acordo com Pestana e Gageiro (2008), quanto mais próximo de zero estiver o VIF, menor será a

multicolinearidade, uma vez que 10 é o valor habitualmente considerado como o limite acima do qual existe multicolinearidade. Assim sendo, os coeficientes de regressão padronizados indicam que pertencer à faixa de renda C é mais forte do que renda total, embora ambas as variáveis estejam positiva e significativamente relacionadas ao aumento dos gastos com habitação.

Os coeficientes de regressão parcial  $\beta$  das variáveis independentes representam as diferenças médias de cada variável X em relação à categoria de comparação, mantendo-se constante as restantes das variáveis. Uma vez que as variáveis independentes estão medidas em unidades diferentes, é difícil determinar a importância relativa de cada variável X com base nos coeficientes de regressão parciais, tornando-se preferível examinar os parciais beta. Os coeficientes parciais beta diferem dos coeficientes das variáveis originais na regressão, pois permitem simplificar a equação da regressão uma vez que a constante é sempre igual à zero, podendo, portanto ser omitida. Quando duas ou mais variáveis independentes estão medidas em unidades diferentes, como é o caso em questão (por exemplo, idade expressa em anos, renda total em reais), os coeficientes estandardizados podem fornecer um meio para se comparar o efeito relativo na variável dependente de cada uma das variáveis independentes (PESTANA, GAGEIRO, 2008).

Assim sendo, para o período de 2008 a 2009 em que a POF foi realizada, pelo coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar, em ordem decrescente, que estar na faixa C de renda ( $\beta=0,220$ ) tem efeito positivo sobre os gastos com habitação, a renda total ( $\beta=0,137$ ) também apresentou efeito positivo no que se refere ao gasto com habitação dado que esses gastos aumentam 0,137 desvios padrões para cada aumento em um desvio padrão na renda total. Pertencer à faixa AB ( $\beta=0,123$ ), à faixa D ( $\beta=0,079$ ), ser da área urbana ( $\beta=0,065$ ) e ter ensino superior ( $\beta=0,059$ ) também tiveram efeito positivo nos gastos com habitação. Assim sendo, os gastos com habitação aumentam 0,220 desvios padrões pelo fato dos idosos que moravam sozinhos pertencerem à faixa C de renda, ou 0,123 desvios padrões no caso de estarem na faixa AB de renda ou ainda 0,079 desvios padrões por pertencerem à faixa D, em relação à faixa E de renda, se todas as outras variáveis permanecerem constantes.

Essa diferença entre os gastos com habitação também podem ser notadas pelo fato de os idosos residirem na zona urbana do país, que é de 0,065 desvios padrões,

mantendo constante todas as restantes das variáveis. Do mesmo modo, -0,055 desvios padrões é a diferença entre residir na região nordeste com a região centro-oeste, se as restantes das variáveis se mantiverem inalteradas, e de -0,143 desvios padrões a diferença entre os gastos com habitação por ser do sexo feminino. O aumento também pode ser notado com o nível de escolaridade, uma vez que esse ocorre em 0,059 desvios padrões no caso de terem ensino superior quando comparados com os idosos que possuíam apenas o ensino fundamental.

Ao aplicar o modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente 'habitação', foram gerados sete modelos para o AFRC. Ao se utilizar o que mais se ajustou, foi possível verificar que aproximadamente 15,6% da variação média do consumo em habitação do arranjo em que os idosos moravam com o cônjuge podem ser explicados pelas variáveis explicativas ensino superior, pós-graduação, renda total, residir na zona urbana, residir na região norte e nordeste do país, e pertencer à faixa de renda C, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,156$ ) entre os gastos com habitação e estas variáveis independentes. O nível de significância 0,041 do teste F foi estatisticamente significativo, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo o modelo estimado ser considerado adequado para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

No modelo, o teste  $t$  teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p<0,05$ ) para as variáveis independentes citadas anteriormente, sendo que as outras variáveis testadas podem ser consideradas acaso estatístico.

Assim sendo, as variáveis que mais afetaram os gastos com habitação, no AFRC, em sua ordem de importância foram renda total ( $\beta=0,247$ ), residir na área urbana do país ( $\beta=0,161$ ) e pertencerem à faixa C de renda ( $\beta=0,121$ ), visto que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que não apresentou nenhum VIF superior a 5 (Tabela 14). Assim sendo, os coeficientes de regressão padronizados indicam que a renda total é mais forte do que residir na zona urbana do país, embora ambas as variáveis sejam positivas e significativamente relacionadas ao aumento dos gastos com habitação.

Contudo, pelo coeficiente de regressão padronizado é possível afirmar que, em ordem decrescente, a renda total ( $\beta=0,247$ ) tem efeito positivo sobre os gastos com

habitação, dado que esses gastos aumentam 0,247 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total. Residir na área urbana ( $\beta=0,161$ ), bem como estar faixa de renda C ( $\beta=0,121$ ), ter ensino superior ( $\beta=0,060$ ) ou ter pós-graduação ( $\beta=0,053$ ) e residir na região norte ( $\beta=0,50$ ), também tem efeito positivo nos gastos com habitação, uma vez que os gastos com habitação aumentam 0,161 desvios padrões pelo fato de o idoso morar com o cônjuge e residir na área urbana do país. Essa diferença entre os gastos com habitação também podem ser notadas pelo fato de os idosos residirem na região norte em relação à região centro-oeste que é de 0,50 desvios padrões, mantendo constante todas as restantes das variáveis. Do mesmo modo, -0,091 desvios padrões é a diferença entre estar na região nordeste quando comparados com aqueles que estavam na região centro-oeste, se as restantes das variáveis se mantiverem inalteradas. O aumento também pode ser notado com o nível de escolaridade, uma vez que esse ocorre em 0,060 desvios padrões no caso de os idosos terem ensino superior e 0,053 desvios padrões de possuírem pós-graduação quando comparados com os que possuíam apenas o ensino fundamental.

Assim sendo, de acordo com os modelos de regressão gerados em ambos os arranjos familiares, os fatores que mais influenciaram no gasto com habitação foram a renda total e o fato de estar na faixa C de renda, apesar das variáveis ensino superior, residência na zona urbana e na região nordeste também influenciarem nos gastos dois arranjos estudados.

Aplicando o modelo de regressão linear múltipla, tendo como variável dependente ‘despesas diversas’, para os dois arranjos familiares em questão, foram gerados dois modelos. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível verificar que aproximadamente 6,9% para o AFU e 5,2% para o AFRC da variação média do consumo em despesas diversas podem ser explicadas pelas variáveis renda total e pertencer à faixa de renda C, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,069$  e  $R^2=0,052$ ) entre os gastos com despesas diversas e as variáveis independentes. O nível de significância 0,000 (AFU) e 0,015 (AFRC) do teste F se mostrou estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo. Assim sendo, os modelos estimados podem ser considerados adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 15 – Fatores que influenciam nos gastos com despesas diversas identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Despesas Diversas (Unipessoal)			Despesas Diversas (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Renda total	0,143	0,162	0,000*	0,177	0,207	0,000*
Faixa de renda C	509,801	0,168	0,000*	169,614	0,067	0,015*
R <sup>2</sup> ajustado		0,069			0,052	
p (modelo)		0,000*			0,015*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

No modelo, para ambos os arranjos familiares, o teste *t* teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes renda total e pertencer à faixa C de renda. Sendo assim, estas foram as variáveis que mais afetaram nos gastos com despesas diversas, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Pelo coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que estar na faixa C de renda ( $\beta=0,168$  e  $\beta=0,067$ ) tem efeito positivo sobre os gastos com despesas diversas nos AFU e AFRC, respectivamente. A renda total ( $\beta=0,162$  e  $\beta=0,207$ ) também teve efeito positivo, dado que esses gastos com despesas diversas aumentam 0,162 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total no caso do AFU e 0,207 desvios padrões na renda total quando se trata do AFRC. Assim sendo, renda total e pertencer à faixa C de renda foram os itens que mais apresentaram influência nos gastos com despesas diversas.

Para investigar as variáveis que influenciavam nos gastos com lazer, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla. Para o AFU e AFRC foram gerados três modelos. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível identificar que aproximadamente 12,8% da variação média do consumo de lazer no AFU podem ser explicados pelas variáveis renda total do domicílio, ensino médio e residir no sudeste do país e 10,7% da variação média do consumo no AFRC podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total, pertencer à faixa de renda AB e residir no nordeste, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,128$  e  $R^2=0,107$ ) entre os gastos com lazer e as variáveis independentes. O nível de significância 0,046 (AFU) e 0,011 (AFRC) do teste F se mostrou estatisticamente significativo para ambos os

arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 16 – Fatores que influenciam nos gastos com lazer identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Lazer (Unipessoal)			Lazer (Residindo com o Cônjuge)		
	B	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Ensino Médio	203,354	0,123	0,004*	-	-	-
Renda total	0,123	0,315	0,000*	0,149	0,450	0,000*
Nordeste	-	-	-	-150,427	-0,096	0,011*
Sudeste	136,255	0,085	0,046*	-	-	-
Faixa de renda AB	-	-	-	-490,156	-0,216	0,000*
R <sup>2</sup> ajustado		0,128			0,107	
p (modelo)		0,046*			0,011*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

Para ambos os arranjos familiares, no modelo, o teste *t* teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes renda total, pertencer às faixas AB e C de renda, e situar na região sudeste e nordeste do país. Sendo assim, estas variáveis foram as que mais afetaram os gastos com lazer, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 3.

Pelo coeficiente de regressão padronizado é possível afirmar que no AFU e no AFRC, a renda total ( $\beta = 0,315$  e  $\beta = 0,450$ ) tem efeito positivo sobre os gastos com lazer, dado que esses gastos aumentam 0,315 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total no AFU e possui um aumento de 0,450 desvios padrões no caso do AFRC. Ter ensino médio ( $\beta = 0,123$ ) também tem efeito positivo nos gastos com lazer no AFU, uma vez que esse aumento ocorre 0,123 desvios padrões no caso dos idosos que residiam sozinhos possuírem ensino médio quando comparados àqueles que possuíam apenas o ensino fundamental. Para este mesmo arranjo familiar, residir no sudeste também tem efeito positivo, aumentando 0,085 desvios padrões os gastos com lazer quando comparados com aqueles que residiam no centro-oeste.

Já no caso dos idosos do AFRC, residir na região nordeste tem uma diferença de -0,096 desvios padrões nos gastos com lazer quando se compara com o centro-oeste, mantendo todas as outras variáveis inalteradas; e pertencer à faixa AB de renda possui uma diferença de -0,216 desvios padrões nos gastos com lazer neste arranjo. Entretanto, em ambos os arranjos familiares, o fator que mais influenciou nos gastos com lazer foi a renda total do domicílio. Dool (2007) confirma este resultado afirmando que a realização de atividades de lazer depende, além do tempo livre, de condições financeiras, educação, escolaridade, cultura, e que as restrições das atividades de lazer se devem a questões de saúde e, principalmente, ao rendimento familiar.

Em relação aos fatores que influenciavam nos gastos com transporte, através da regressão linear múltipla, tendo como variável dependente transporte, para o AFU e AFRC foram gerados seis modelos. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível verificar que aproximadamente 17,8% para o AFU e 10,5% para o AFRC da variação média dos gastos com transporte podem ser explicados pelas variáveis explicativas ter ensino médio, ensino superior, pós-graduação, ser do sexo masculino, renda total do domicílio, residir na zona rural do país, no norte e nordeste, e pertencer à faixa C de renda, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,178$  e  $R^2=0,105$ ) entre os gastos com transporte e as variáveis independentes. O nível de significância 0,026 (AFU) e 0,043 (AFRC) do teste F se mostrou estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 17 – Fatores que influenciam nos gastos com transporte identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Transporte (Unipessoal)			Transporte (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Ensino Médio	450,44	0,084	0,026*	-	-	-
Ensino Superior	1.391,07	0,156	0,000*	-	-	-
Pós-Graduação	-	-	-	-3685,088	-0,069	0,028*
Sexo	623,41	0,141	0,000*	-	-	-
Renda total	0,19	0,170	0,000*	0,486	0,242	0,000*
Urbano/Rural	-566,81	-0,108	0,004*	-619,536	-0,101	0,001*
Norte	-	-	-	-764,211	-0,063	0,043*

Nordeste	-	-	-	-740,124	-0,107	0,001*
Faixa de renda C	1.108,26	0,239	0,000*	732,433	0,122	0,000*
R <sup>2</sup> ajustado		0,178			0,105	
p (modelo)		0,026*			0,043*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

No modelo, para ambos os arranjos familiares, o teste *t* teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes anteriormente citadas. Sendo assim, estas variáveis foram as que mais afetaram nos gastos com transporte em ambos os arranjos familiares, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Pelo coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que, estar na faixa C de renda tem efeito positivo sobre os gastos com transporte tanto no AFU ( $\beta=0,239$ ) como no AFRC ( $\beta=0,122$ ), bem como renda total ( $\beta=0,17$  e  $\beta=0,242$ ) dado que estes gastos aumentam 0,170 desvios padrões para cada aumento em um desvio padrão na renda total dos idosos que moravam sozinhos, e 0,242 desvios padrões para aqueles que moravam com o cônjuge. A diferença entre os gastos com transporte também podem ser notadas em ambos os arranjos familiares pelo fato de residirem na zona rural do país, que é de -0,108 desvios padrões no caso dos idosos que moravam sozinhos e de -0,101 desvios padrões para os que residiam com o cônjuge, mantendo constante todas as outras variáveis.

O aumento no gasto com transporte também foi visível em relação aos idosos do sexo masculino do AFU, sendo de 0,141 desvios padrões, mantendo as outras variáveis constantes. O IPEA (2007) discute que uma das hipóteses explicativas para este evento refere-se ao fato de que os homens apresentam maiores taxas de participação no mercado de trabalho, o que implicaria maiores gastos com locomoção. E, ainda, no caso de famílias que possuem veículo próprio, por questões históricas e culturais, o papel de manutenção dos veículos é imputado aos homens, bem como, em geral, seus gastos.

O nível de escolaridade também teve um efeito positivo em relação aos gastos com transporte para os idosos que moravam sozinhos, uma vez que esse aumento ocorre em 0,084 desvios padrões no caso de terem ensino médio quando comparados àqueles

que possuíam apenas o ensino fundamental, e 0,156 desvios padrões por terem ensino superior. Já em relação ao domicílio do AFRC, existe uma diferença de -0,069 nos gastos com transporte para aqueles que possuíam pós-graduação quando comparados com os que tinham apenas ensino fundamental. A diferença nos gastos com transporte também acontece com as variáveis residir no nordeste e norte, sendo que morar nestas regiões para o AFRC tem uma diferença de -0,107 e -0,063 desvios padrões, respectivamente, quando comparados com o mesmo arranjo da região centro-oeste do país.

Assim sendo, em ambos os arranjos familiares, os fatores que mais tiveram influência nos gastos com transporte foram pertencer à faixa de renda C, a renda total do domicílio e o fato de residir na zona rural do país. Uma vez que, como já foi visto anteriormente, o próprio fato de os idosos terem os maiores gastos no orçamento familiar com assistência à saúde, e pelo fato da renda total e pertencerem à faixa de renda C terem influenciados positivamente nos gastos com transporte, é provável que estes idosos procurem os grandes centros em busca de tratamento qualificado em saúde, além de irem em busca de atividades para obterem melhor qualidade de vida, dependendo, assim, dos meios de transporte para locomoção.

Ao identificar os fatores que influenciavam nos gastos com educação, através da regressão linear múltipla no AFU, foram gerados dois modelos. Utilizando-se aquele que mais se ajustou, foi possível verificar que aproximadamente 17,6% da variação média dos gastos com educação podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total do domicílio e residir no sul do país, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,176$ ) entre os gastos com educação e as variáveis independentes. O nível de significância 0,004 do teste F se mostrou estatisticamente significativo, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas no modelo, podendo assim o modelo estimado ser considerado adequado para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 18 – Fatores que influenciam nos gastos com educação identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Educação (Unipessoal)			Educação (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Renda total	0,08	0,358	0,002*	-	-	-
Sul	351,61	0,336	0,004*	-	-	-
R <sup>2</sup> ajustado		0,176			-	
p (modelo)		0,004*			-	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

O teste *t*, no modelo, teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes renda total do domicílio e residir no sul do país, sendo estas as variáveis que afetaram nos gastos com educação dos idosos que moravam sozinhos, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Através do coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que a renda total do domicílio ( $\beta = 0,358$ ) e residir no sul ( $\beta = 0,336$ ) tem efeito positivo sobre os gastos com educação, dado que esses gastos aumentam 0,358 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total dos idosos que moravam sozinhos. O mesmo ocorre no caso de o idoso residir no sul do país, havendo um aumento de 0,336 desvios padrões quando comparados com aqueles que moravam no centro-oeste.

No que se refere aos fatores que influenciavam nos gastos com educação para o AFRC não foi possível identificar através da regressão linear múltipla, pois os dados não se mostraram estatisticamente significativos tanto no método *stepwise* como no inserir. Pode-se sugerir que os parâmetros das variáveis independentes deste estudo sejam nulos para os gastos com educação neste arranjo familiar, não existindo, assim, um modelo adequado para descrever a relação entre as variáveis dependentes e independentes.

Os fatores que influenciam no consumo de alimentos dentro do domicílio nos dois arranjos familiares também foram analisados por meio da regressão linear múltipla. Foram gerados quatro modelos para o AFU e três para o AFRC. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível verificar que aproximadamente 3,7% para o AFU e 2,1% para o AFRC da variação média dos gastos com alimentação dentro

do domicílio podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total do domicílio, residir na zona rural do país, no sul, e pertencer às faixas de renda C e D, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,037$  e  $R^2=0,021$ ) entre os gastos com o consumo de alimentos dentro do domicílio e as variáveis independentes. O nível de significância 0,003 (AFU) e 0,004 (AFRC) do teste F se mostraram estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 19 – Fatores que influenciam no consumo de alimentos dentro do domicílio identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Alimentação no Domicílio (Unipessoal)			Alimentação no Domicílio (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Renda total	0,16	0,109	0,000*	-	-	-
Urbano/Rural	-593,34	-0,104	0,000*	-580,35	-0,090	0,001*
Sul	-	-	-	579,48	0,079	0,004*
Faixa de renda C	607,70	0,129	0,000*	523,07	0,089	0,001*
Faixa de renda D	435,96	0,088	0,003*	-	-	-
R <sup>2</sup> ajustado		0,037			0,021	
p (modelo)		0,003*			0,004*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

Para ambos os arranjos familiares, o teste  $t$  no modelo teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes citadas anteriormente, sendo estas as que afetaram no consumo de alimentos dentro do domicílio, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Analisando os fatores que influenciam no consumo de alimentos no domicílio, através do coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que no AFU a renda total ( $\beta=0,109$ ) teve efeito positivo sobre os gastos com esses alimentos dado que esses gastos aumentam 0,109 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total no AFU. No AFRC, residir no sul do país também teve efeito positivo nos gastos com alimentação dentro do domicílio ( $\beta=0,079$ ), uma vez que este aumenta 0,079 desvios padrões quando comparados com aqueles idosos do mesmo arranjo que

residiam no centro-oeste. Em ambos os arranjos familiares, residir na zona rural do país teve uma diferença nos gastos com alimentação dentro do domicílio de -0,104 desvios padrões no AFU e de -0,090 desvios padrões no AFRC. Já no caso dos idosos destes arranjos pertencerem à faixa C de renda possui um aumento de 0,129 desvios padrões no consumo de alimentos dos idosos que moravam sozinhos e 0,079 desvios padrões dos idosos que moravam com o cônjuge, quando comparados com os idosos da faixa E de renda. Em relação aos idosos do AFU pertencer à faixa D de renda tem também um aumento de 0,088 desvios padrões nos gastos com alimentação no domicílio. Assim sendo, foi visível que em ambos os arranjos familiares, os fatores que mais influenciaram nos gastos com alimentação no domicílio foram pertencer à faixa C de renda e residirem na zona rural do país.

Para analisar os fatores que influenciavam nos gastos com alimentação fora do domicílio nos dois arranjos familiares, através da regressão linear múltipla foram gerados três modelos para o AFU e dois para o AFRC. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível verificar que aproximadamente 12,3% para o AFU e 2,8% para o AFRC da variação média dos gastos com alimentação fora do domicílio podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total do domicílio, pertencer à faixa de renda C e ser do sexo masculino, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,123$  e  $R^2=0,028$ ) entre os gastos com o consumo de alimentos fora do domicílio e as variáveis independentes. O nível de significância 0,002 para o AFU e 0,011 para o AFRC do teste F se mostraram estatisticamente significativo, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 20 – Fatores que influenciam nos gastos com alimentação fora do domicílio identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Alimentação Fora do Domicílio (Unipessoal)			Alimentação Fora do Domicílio (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Sexo	345,764	0,288	0,002*	-	-	-
Renda total	0,233	0,124	0,000*	0,081	0,107	0,011*
Faixa de renda C	404,112	0,137	0,001*	310,811	0,129	0,002*
R <sup>2</sup> ajustado		0,123			0,028	
p (modelo)		0,002*			0,011*	

$\beta$ : coeficiente de regressão; Beta: coeficiente de regressão padronizado; R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado; p: nível de significância

O teste  $t$  no modelo para ambos os arranjos familiares teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes citadas anteriormente, sendo essas variáveis que afetaram no consumo de alimentos dentro do domicílio, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Através do coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que nos AFU e AFRC a renda total ( $\beta = 0,124$  e  $\beta = 0,107$ ) teve efeito positivo sobre o consumo de alimentos fora do domicílio dado que esses gastos aumentam 0,124 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total no AFU e possui um aumento de 0,107 desvios padrões no caso do AFRC. Outro fator que teve efeito positivo no aumento do consumo de alimentos fora do domicílio em ambos os arranjos familiares foi pertencer à faixa C de renda, ocorrendo um aumento de 0,137 desvios padrões no caso dos idosos do AFU e 0,129 desvios padrões no AFRC em relação aos arranjos que pertencem à faixa E de renda. Além desses fatores, ser do sexo masculino, no AFU, também apresentou um aumento de 0,288 desvios padrões no consumo de alimento fora do domicílio, caso todas as outras variáveis se mantiverem constantes.

Assim sendo, foi possível observar que o consumo de alimentos fora do domicílio, em ambos os arranjos, é influenciado pela renda total do domicílio e o fato de estarem na faixa C de renda.

Sch lindwein (2006) complementa a presente discussão afirmando que o crescimento de consumo das refeições fora do domicílio pode ser explicado por diversos fatores como a crescente urbanização do país, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, as diferenças socioeconômicas e culturais, as mudanças na composição familiar, entre outros.

Aplicando o modelo de regressão linear múltipla tendo como variável dependente 'fumo', para o AFU obteve-se três modelos e, para o AFRC, foram gerados quatro modelos. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível verificar que aproximadamente 18,3% para o AFU e 14,7% para o AFRC da variação média dos gastos com fumo podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total, pertencer à faixa de renda C, ter ensino médio, ensino superior, a idade, residir no sudeste e no sul do país, existindo uma relação positiva ( $R^2 = 0,183$  e  $R^2 = 0,147$ ) entre os

gastos com fumo e as variáveis independentes. O nível de significância 0,013 (AFU) e 0,014 (AFRC) do teste F se mostrou estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 21 – Fatores que influenciam nos gastos com fumo identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Fumo (Unipessoal)			Fumo (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Ensino Médio	348,916	0,225	0,006*	-	-	-
Ensino Superior	-	-	-	777,979	0,192	0,002*
Idade (anos)	-	-	-	-16,336	-0,153	0,014*
Renda total	0,195	0,239	0,004*	-	-	-
Sudeste	238,514	0,194	0,013*	-	-	-
Sul	-	-	-	284,876	0,161	0,010*
Faixa de renda C	-	-	-	372,996	0,265	0,000*
R <sup>2</sup> ajustado		0,183			0,147	
p (modelo)		0,013*			0,014*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

Em ambos os arranjos familiares, no modelo, o teste *t* teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes descritas anteriormente, sendo assim estas as variáveis que mais afetaram nos gastos com fumo, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 1.

Pelo coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que a renda total dos idosos que moravam sozinhos ( $\beta = 0,239$ ) tem efeito positivo nos gastos com fumo, dado que estes gastos aumentam 0,239 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na renda total do idoso. Já no AFRC pertencer à faixa C de renda também tem um efeito positivo nos gastos com fumo, este aumenta 0,265 desvios padrões quando comparados com os idosos do mesmo arranjo da faixa E de renda. O nível de escolaridade também tem efeito positivo, sendo que para o AFU ter ensino médio contribui no aumento de 0,225 desvios padrões nos gastos com fumo, e no caso do

AFRC ter ensino superior faz com que tenha 0,192 desvios padrões no aumento do consumo por fumo. Observa-se ainda que no AFRC, os gastos com fumo diminuem - 0,153 desvios padrões por cada aumento em um desvio padrão na idade do idoso. E por fim, quando se observa a influência das regiões nos gastos com fumo, percebe-se que no AFU residir no sudeste há um aumento de 0,194 desvios padrões e no AFRC o aumento de 0,161 desvios padrão ocorre se residir na região sul do país, quando se compara com a região centro-oeste.

Ao investigar quais variáveis independentes influenciavam nos gastos com produtos de higiene e cuidados pessoais, aplicando o modelo de regressão linear múltipla, para o AFU obteve-se três modelos e, para o AFRC, foi gerado um modelo. Foi possível verificar que aproximadamente 6,1% para o AFU e 1,8% para o AFRC da variação média dos gastos com produtos de higiene e cuidado pessoal podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total, pertencer à faixa de renda C, ter acima de 80 anos e residir na zona urbana do país, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,061$  e  $R^2=0,018$ ) entre os gastos com higiene e as variáveis independentes. O nível de significância 0,001 (AFU) e 0,034 (AFRC) do teste F se mostrou estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 22 – Fatores que influenciam nos gastos com produtos de higiene e cuidados pessoais identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Higiene e Cuidados Pessoais (Unipessoal)			Higiene e Cuidados Pessoais (Residindo com o Cônjuge)		
	B	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Acima de 80 anos	293,097	0,122	0,006*	-	-	-
Renda total	-	-	-	0,117	0,140	0,001*
Urbano/Rural	192,961	0,094	0,034*	-	-	-
Faixa de renda C	305,653	0,195	0,000*	-	-	-
R <sup>2</sup> ajustado		0,067			0,018	
p (modelo)		0,034*			0,001*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

O teste  $t$  nos modelos de ambos os arranjos familiares teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes descritas anteriormente, sendo assim as variáveis que mais afetaram nos gastos com produtos de higiene e cuidado pessoal, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Em relação aos gastos com produtos de higiene e cuidado pessoal dos idosos que moravam sozinhos, observa-se que ter acima de 80 anos, residir na zona urbana do país e pertencer à faixa C de renda tem efeito positivo nos gastos, visto que ter idade acima de 80 anos aumenta 0,122 desvios padrões, morar na zona urbana esse aumento é de 0,094 desvios padrões e os gastos com higiene aumentam 0,195 desvios padrões pelo fato do idoso que moravam sozinhos pertencer à faixa C de renda em relação à faixa E.

Ao analisar o coeficiente de regressão padronizado, é possível afirmar que a renda total do domicílio do AFRC ( $\beta = 0,140$ ) tem efeito positivo nos gastos com higiene e cuidado pessoal, dado que esses gastos aumentam 0,140 desvios padrões, por cada aumento em um desvio padrão na renda total do domicílio, é válido ressaltar que neste arranjo familiar, a variável independente renda total foi a única que apresentou influencia nos gastos com higiene neste arranjo.

Aplicando o modelo de regressão linear múltipla tendo como variável dependente assistência à saúde, para o AFU obteve-se nove modelos e, para o AFRC, foram gerados oito modelos. Utilizando-se aquele que mais se ajustou para cada arranjo, foi possível verificar que aproximadamente 17,2% para o AFU e 13,3% para o AFRC da variação média dos gastos com assistência à saúde podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total, pertencer à faixa de renda C e D, ter ensino médio, ter ensino superior, a idade, residir no sudeste e norte do país e ser do sexo feminino, existindo uma relação positiva ( $R^2 = 0,172$  e  $R^2 = 0,133$ ) entre os gastos com assistência à saúde e as variáveis independentes. O nível de significância 0,049 (AFU) e 0,047 (AFRC) do teste F se mostrou estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 23– Fatores que influenciam nos gastos com assistência à saúde identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Assistência à Saúde (Unipessoal)			Assistência à Saúde (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Ensino Médio	380,869	0,065	0,015*	641,988	0,089	0,001*
Ensino Superior	954,172	0,094	0,001*	-	-	-
Pós-Graduação	-	-	-	-3567,674	-0,052	0,047*
Idade (anos)	46,045	0,155	0,000*	57,381	0,154	0,000*
Sexo	-386,672	-0,079	0,002*	-604,616	-0,066	0,010*
Renda total	0,245	0,170	0,000*	0,359	0,198	0,000*
Norte	-523,233	-0,062	0,016*	-	-	-
Sudeste	-	-	-	342,533	0,062	0,017*
Faixa de renda C	986,313	0,199	0,000*	724,507	0,138	0,000*
Faixa de renda D	290,894	0,055	0,047*	-	-	-
R <sup>2</sup> ajustado		0,172			0,133	
p (modelo)		0,049*			0,047*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

Em ambos os arranjos familiares, no modelo, o teste *t* teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes descritas anteriormente, sendo assim estas as variáveis que mais afetaram nos gastos com assistência à saúde, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Pelo coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que a renda total dos idosos que moravam sozinhos ( $\beta = 0,170$ ) e dos que residiam com cônjuge ( $\beta = 0,198$ ) teve efeito positivo nos gastos com assistência à saúde, dado que esses gastos aumentam 0,170 desvios padrões, por cada aumento em um desvio padrão na renda total do idoso que morava sozinho e 0,198 desvios padrões no caso do idoso que residia com o cônjuge. Em ambos os arranjos familiares, pertencer à faixa C de renda também tem um efeito positivo nos gastos com assistência à saúde, sendo que no caso do AFU este aumenta 0,199 desvios padrões quando comparados com os idosos do mesmo arranjo da faixa E de renda, e no AFRC o aumento é de 0,138 desvios padrões. Se o idoso do AFU pertencer à faixa D também influencia no aumento dos gastos com assistência à saúde, sendo de 0,055 desvios padrões. Observa-se ainda que nos dois arranjos familiares, os

gastos com assistência à saúde aumentam 0,155 desvios padrões para o AFU e 0,154 desvios padrões no AFRC por cada aumento em um desvio padrão na idade do idoso. Esse resultado corrobora os encontrados por Ribeiro et al. (2008) que afirmam que os idosos mais velhos têm maior probabilidade de usar medicamentos e em maior quantidade quando comparados aos mais jovens.

O nível de escolaridade também tem efeito positivo para o AFU, pois ter ensino médio contribui no aumento de 0,065 desvios padrões nos gastos com assistência à saúde e ter ensino superior tem um aumento de 0,094 desvios padrões nestes gastos. No caso do AFRC, ter pós-graduação faz com que tenha uma diferença de -0,052 desvios padrões nos gastos com assistência à saúde quando comparados aos idosos deste arranjo que possuíam apenas o ensino fundamental. Estes dados contradizem um pouco os trazidos por Almeida e Kassouf (2004), uma vez que na concepção dos autores, para os chefes idosos, quanto maior o nível de instrução, maior é a probabilidade de despende com serviços de saúde, visto que eles utilizam mais os convênios privados e médicos particulares do que os deficientes serviços de saúde públicos já que têm maior conhecimento dos problemas enfrentados no serviço público de saúde e dos benefícios de bons tratamentos preventivos. Porém, no presente estudo foi possível visualizar que ter maior nível de instrução não foi sinônimo de gastar mais com assistência à saúde.

Observa-se ainda que, nos dois arranjos estudados, os gastos com assistência à saúde diminuem -0,079 desvios padrões (AFU) e -0,066 desvios padrões (AFRC) pelo fato de o idoso ser do sexo feminino. E por fim, quando se observa a influência das regiões nos gastos com assistência à saúde, percebe-se que no AFU residir no norte há uma diminuição de -0,062 desvios padrões nestes gastos, diferentemente do AFRC que o aumento de 0,062 desvios padrões ocorre se residir na região sudeste do país, ambos comparados com a região centro-oeste.

Assim sendo, os fatores que mais contribuíram para o aumento com os gastos com assistência à saúde entre os idosos dos dois arranjos familiares foram o fato de terem ensino médio, a idade, a renda total do domicílio e pertencerem à faixa C de renda.

Ao buscar os fatores que afetam o consumo de vestuário, aplicando o modelo de regressão linear múltipla, obteve-se cinco modelos para o AFU e três modelos para o AFRC. Utilizando-se aquele que mais se ajustou, foi possível verificar que

aproximadamente 10,8% para o AFU e 8,9% para o AFRC da variação média dos gastos com vestuário podem ser explicados pelas variáveis explicativas renda total, pertencer à faixa de renda C, ter ensino superior, pós-graduação, residir no sudeste e no sul do país, existindo uma relação positiva ( $R^2=0,108$  e  $R^2=0,089$ ) entre os gastos com vestuário e as variáveis independentes. O nível de significância 0,042 no AFU e 0,009 no AFRC do teste F se mostraram estatisticamente significativo em ambos os arranjos, o que leva à rejeição da nulidade dos coeficientes do parâmetro das variáveis independentes consideradas em cada modelo, podendo os modelos estimados serem adequados para descrever a relação entre as variáveis dependente e independentes.

Tabela 24 – Fatores que influenciam nos gastos com vestuário identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variável	Vestuário (Unipessoal)			Vestuário (Residindo com o Cônjuge)		
	$\beta$	Beta	p	$\beta$	Beta	p
Ensino Superior	280,862	0,090	0,003*	-	-	-
Pós-Graduação	710,743	0,074	0,018*	-	-	-
Renda total	0,084	0,184	0,000*	0,107	0,216	0,000*
Sudeste	82,915	0,059	0,042*	-	-	-
Sul	-	-	-	134,389	0,075	0,009*
Faixa de renda C	187,487	0,133	0,000*	226,555	0,155	0,000*
R <sup>2</sup> ajustado		0,108			0,089	
p (modelo)		0,042*			0,009*	

$\beta$ : coeficiente de regressão

Beta: coeficiente de regressão padronizado

R<sup>2</sup>: coeficiente de determinação ajustado

p: nível de significância

Em ambos os arranjos familiares, no modelo, o teste *t* teve associado um nível de significância inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ) para as variáveis independentes descritas anteriormente. Sendo assim, estas foram as variáveis que mais afetaram nos gastos com vestuário, dado que o modelo em si não apresentou nenhum problema grave de multicolinearidade, uma vez que nenhum VIF foi superior a 2.

Através do coeficiente de regressão padronizado foi possível afirmar que a renda total dos idosos que moravam sozinhos ( $\beta=0,184$ ) e dos que residiam com o cônjuge ( $\beta=0,216$ ) teve efeito positivo nos gastos com vestuário, dado que esses gastos aumentam 0,184 desvios padrões, por cada aumento em um desvio padrão na renda total do idoso que morava sozinho e 0,216 desvios padrões para o idoso que residia com o

cônjuge. O fato de os arranjos familiares pertencerem à faixa C de renda também teve um efeito positivo nos gastos com vestuário, aumentando 0,133 desvios padrões no AFU e 0,155 desvios padrões no AFRC quando comparados com os idosos da faixa E de renda. O nível de escolaridade também teve efeito positivo, sendo que para o AFU ter ensino superior contribui no aumento de 0,090 desvios padrões nos gastos com vestuário, e terem pós-graduação também teve um aumento de 0,074 desvios padrões quando comparados com os idosos do mesmo arranjo que possuem apenas o ensino fundamental. E, por fim, quando se observa a influência das regiões nos gastos com vestuário, percebe-se que no AFU residir no sudeste há um aumento de 0,059 desvios padrões e no AFRC o aumento de 0,075 desvios padrões ocorre se residir na região sul do país, quando se compara com a região centro-oeste.

Entretanto, percebe-se que os gastos com vestuário em ambos os arranjos são influenciados principalmente pela renda total do domicílio e o fato de pertencerem à faixa C de renda.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se que diversas variáveis independentes intervêm no consumo de bens e serviços tanto no AFU como no AFRC, como a renda, localização geográfica, sexo, idade, nível de escolaridade, mas foram a renda total do domicílio e o fato dos arranjos familiares pertencerem à faixa de renda C as variáveis que tiveram maior influência, conforme pode ser visto na Tabela 25. Assim, percebe-se que o fator renda é o que mais influencia nos hábitos de consumo dos arranjos familiares onde os idosos são chefes do domicílio, uma vez que como foi visto, aqueles que possuíam maior poder aquisitivo foram os responsáveis pelos maiores gastos das categorias analisadas.

Tabela 25 – Fatores que mais influenciaram nos gastos das variáveis de consumo analisadas, sendo identificados por meio de regressão linear múltipla.

Variáveis	RENDA TOTAL (Beta)		FAIXA DE RENDA C (Beta)	
	Unipessoal	Residindo com o Cônjuge	Unipessoal	Residindo com o Cônjuge
Habitação	0,137	0,247	0,22	0,121
Despesas Diversas	0,162	0,207	0,168	0,067
Lazer	0,315	0,45	-	-
Transporte	0,17	0,242	0,239	0,122
Educação	0,358	-	-	-
Alimentação no Domicílio	-	-	0,129	0,089
Alimentação Fora do Domicílio	0,124	0,107	0,137	0,129

Fumo	0,239	-	-	0,265
Higiene e Cuidados Pessoais	-	0,14	0,195	-
Assistência à Saúde	0,17	0,198	0,199	0,138
Vestuário	0,184	0,216	0,133	0,155

Beta: coeficiente de regressão padronizado

Os dados encontrados estão condizentes com a literatura, uma vez que, de acordo com Almeida e Kassouf (2004), IPEA (2007) e IBGE (2010), independente do arranjo familiar ou do ciclo de vida que as famílias se encontram, o melhor poder aquisitivo é reflexo da maior escolaridade e, portanto, maior probabilidade de consumir. Assim sendo, as participações nos gastos de consumo segundo agrupamentos diferem de acordo com o fato de residir na zona urbana e rural do país e do sexo. Neste último caso, as famílias chefiadas por mulheres gastam proporcionalmente mais com habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, cultura e serviços pessoais, enquanto as chefiadas por homens possuem um gasto maior com transporte, aumento do ativo, alimentação e outras despesas correntes.

Além disso, Carvalho e Alves (2012) afirmam que os arranjos familiares não se comportam como unidades homogêneas, posto que as decisões de consumo estão associadas a muitas questões, variando desde a renda familiar disponível, como a posição do ciclo de vida familiar e das características sociodemográficas dos membros, especialmente a idade, escolaridade e sexo do responsável.

## 5. CONCLUSÕES

Uma das transformações sociais mais importantes que ocorreram nas últimas décadas está relacionada ao aumento demográfico dos idosos. Este segmento da população cresceu não só em número, mas em poder aquisitivo. Nesse sentido, esse trabalho objetivou comparar o consumo de bens e serviços pelos idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge, a partir de variáveis socioeconômicas e geográficas.

Os resultados permitiram constatar que, diante do aumento da expectativa de vida da população, os idosos já podem ser vistos constituindo novas gerações, a maioria dos idosos estudados são “jovens”, ou seja, possuem idade entre 60 a 69 anos, brancos, residem na área urbana do país, possuem o ensino fundamental e, a minoria está na faixa AB de renda, sendo esta proveniente, em sua maioria, de transferências públicas. As mulheres são a maioria entre os idosos que vivem sozinhos, já no arranjo residindo com o cônjuge, considerando o idoso como o chefe do domicílio, os homens tiveram prevalência nesse arranjo. A maior parte dos idosos do arranjo unipessoal vive no nordeste e no caso do arranjo residindo com o cônjuge, no sudeste.

O arranjo familiar residindo com o cônjuge gasta mais do que o unipessoal no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário, uma vez que sofre interferência da composição familiar, pois quanto mais pessoas residindo no domicílio maior serão os gastos. É válido ressaltar que dentro destes itens de despesas selecionados, os maiores gastos dos arranjos familiares estudados estão com itens de habitação, alimentação dentro do domicílio e assistência à saúde, o que já era de se esperar, pois são itens considerados essenciais à vida. Das subcategorias de despesas analisadas, o maior gasto foi com remédio, principalmente devido ao estágio do ciclo de vida que se encontram, onde a fragilização da saúde do indivíduo acontece em decorrência da idade, este se torna um dado preocupante para o poder público, pois com o aumento da expectativa de vida da população, a aceleração da população de idosos, exigem cada vez mais melhorias no campo da saúde.

Entre os itens de consumo analisados, o menor gasto ocorre com educação, o que pode ser explicado ou pela fase do ciclo de vida em que o idoso se encontra ou pela

própria importância que este dá ao investimento em educação para si próprio. Os idosos possuem um gasto maior com itens de necessidades básicas, não se preocupando muito com aquisição de bens ou serviços supérfluos. A pesquisa indicou também que a renda é o fator preponderante a influenciar o consumo, conforme já se esperava, quanto maior a renda maior o poder de consumo.

O arranjo familiar residindo com o cônjuge é o que mais apresentou gastos com as categorias de despesas analisadas, sendo plausível afirmar que em ambos os arranjos familiares estudados, os que residiam na região sul são os que apresentam os maiores gastos principalmente quando se compara com aqueles residentes no nordeste do país, uma vez que os que residiam na região nordeste são os que apresentaram as menores taxas de renda. Apesar dos domicílios configurados nestes arranjos familiares serem a minoria pertencentes à faixa de renda AB, são eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despesas analisados. Logo, conclui-se que a renda total do domicílio foi o fator que teve maior influência no consumo de bens e serviços entre os arranjos familiares, uma vez que com a melhoria da renda, os idosos estão tendo um maior poder de compra, buscando, cada vez mais, investir em sua saúde e bem estar.

Assim sendo, sabe-se que, mesmo com o aumento do poder aquisitivo dos idosos e seu maior poder de compra, a sociedade ainda não está preparada para atender totalmente às necessidades deste segmento. Portanto, entender as relações de consumo desse segmento é extremamente relevante, a fim de que os bens e serviços oferecidos proporcionem satisfação e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Como limitações para a condução da pesquisa em questão, tem-se a incompatibilidade dos softwares estatísticos para extração e tratamento das variáveis estudadas. Além do mais, o fato de trabalhar com dados secundários não trouxe para a autora a confiabilidade quando comparados com dados primários, uma vez que erros foram encontrados nos dados extraídos, e não se sabe se estes ocorreram na coleta ou registro dos dados. Embora tenha sido uma limitação para a discussão dos resultados, sabe-se que a pesquisa realizada torna-se mais relevante devido à falta de materiais bibliográficos que tratem do assunto voltado para o público idoso nos diferentes arranjos familiares, como forma de comparar os estudos. Ainda que esse estudo traga importantes contribuições para a discussão do consumo por idosos nos dois arranjos estudados, faz-se necessária a realização de estudos mais aprofundados sobre as

questões relativas ao idoso brasileiro, principalmente considerando-se suas relações na família e na sociedade. Sabe-se que ainda há poucos estudos a respeito do consumidor idoso, sendo necessária a realização de outras pesquisas como esta, a fim de enriquecer e complementar este estudo.

Deve-se, também, considerar em estudos futuros a utilização dessa metodologia para análise histórica e comparativa dos bens e serviços consumidos entre os diversos arranjos familiares nos quais os idosos estão inseridos, o que permitirá obter estimativas consistentes e inéditas para o Brasil do vetor de consumo para este segmento.

Entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo permitiram contribuir para o avanço das pesquisas sobre o comportamento do consumidor idoso em diferentes arranjos familiares no país. Enfim, tem-se a expectativa de que outras pesquisas em âmbito acadêmico possam complementar e ampliar o conhecimento sobre o comportamento do idoso e, dessa forma, contribuir para a diminuição da falta de informação sobre este “novo” mercado que está cada vez mais tendo demandas de novos bens e serviços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. N. **Determinantes do consumo das famílias com idosos e sem idosos com base na pesquisa de orçamentos familiares de 1995/1996**. Piracicaba: 2002. 95f. Dissertação (Mestrado), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2002.

ALMEIDA, A. N.; KASSOUF, A. L. **Determinantes do consumo das famílias com idosos e sem idosos com base na pesquisa de orçamentos familiares de 1995/1996**. 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumo/](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumo/Capitulo_11.pdf)Capitulo\_11.pdf>. Acesso dia 04 set. 2011.

ALMEIDA, J. P. **Arranjos familiares de idosos residentes na área de atuação de uma estratégia de saúde da família de Porto Alegre - RS**. Porto Alegre: 2011. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Enfermagem), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

BRASIL. **Estatuto do idoso**. Brasília: 2003. 68 p.

BERQUÓ, E.; CAVENAGUI, S. M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11, 1988, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1988. v.1, p.155-182.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRYANT, K. **The economic organization of the household**. New York: Cambridge University Press. 1992. 286p.

CAMARANO, A. A. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (ORG.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. 288p.

CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. Famílias com idosos: ninhos vazios?. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto-MG. **Anais...** 2002.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, T. Introdução. In: CAMARANO, Ana Amélia (ORG.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; PASSINARO, M. T.; Famílias: Espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**, Rio de Janeiro, IPEA, 2004. p. 137-168.

CAMARGOS, M. C. S.; MACHADO, C. J.; RODRIGUES, R. N. A relação entre renda e morar sozinho para idosos paulistanos – 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 37-51, jan./jun.. 2007.

CAMARGOS, M. C. S.; MACHADO, C. J.; RODRIGUES, R. N. Idosos que moram sozinhos em Minas Gerais e suas condições de saúde: Uma análise para 2003 com base no método Grade of Membership. In: **XIII Seminário sobre a Economia Mineira, 2008, Diamantina**. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A133.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A133.pdf)>. Acesso dia 20 fev. 2012.

CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R. N. Idosos que vivem sozinhos: como eles enfrentam dificuldades de saúde. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Anais... Caxambu-MG. 2008.

CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R. N.; MACHADO, C. J. Idoso, família e domicílio: uma revisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 217-230, jan./jun. 2011.

CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R. N.; MACHADO, C. J.. Redes de apoio e estratégias de sobrevivência entre os idosos que moram sozinhos. In: **XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina**. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A059.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A059.pdf)>. Acesso dia 20 fev. 2012.

CAPITANINI, M. E. S. **Sentimento de solidão, bem-estar subjetivo e relações sociais em idosos vivendo sós**. 2000. 117 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

CARVALHO, A. A. **Padrão de consumo de arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil**: uma análise por gênero e estratos econômicos. Rio de Janeiro: 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. 2010.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Padrões de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: Uma análise de gênero e renda. In: **XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina**. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/economia-mineira/diamantina-2010/3.php>>. Acesso dia 19 ago.2011.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n.1, p. 6-29, 2012.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D.; BARRETO, R. C. V. Os novos tipos de famílias: um estudo sobre as pessoas sozinhas no Brasil entre 1987 e 2007. XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, **VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica, I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica**, Fortaleza, Anais... 2009.

CARVALHO, C. H. R.; PEREIRA, R. H. M. Gastos das famílias brasileiras com transporte público e privado no Brasil: Uma análise da POF 2003 e 2009. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Aplicada. Brasília: IPEA. 2012.

CONTO, N. **Repercussão às conclusões da pesquisa sobre o perfil da terceira idade intitulada "O panorama da maturidade"**. 2009. Disponível em: <[http://www.robertocavalcantiprb.com.br/apartes/5/Repercuss/atilde;o\\_/agrave;s\\_conclus/otilde;es\\_d\\_a\\_pesquisa\\_sobre\\_o\\_perfil\\_da\\_terceira\\_idade\\_intitulada\\_/quot;O\\_Panorama\\_da\\_Maturidade/quot;\\_feita\\_pelo\\_instituto\\_GfK\\_cujo\\_objetivo\\_foi\\_investigar\\_o\\_perfil\\_dessa\\_parcela\\_da\\_popula/ccedil;/atilde;o\\_buscando\\_conhecer\\_caracter/iacute;sticas\\_de\\_comportamento\\_gastos\\_sa/uacute;de\\_alimenta/ccedil;/atilde;o\\_moradia\\_transporte\\_educa/ccedil;/atilde;o\\_cultura\\_lazer\\_e\\_consumo\\_de\\_m/iacute;dia.html](http://www.robertocavalcantiprb.com.br/apartes/5/Repercuss/atilde;o_/agrave;s_conclus/otilde;es_d_a_pesquisa_sobre_o_perfil_da_terceira_idade_intitulada_/quot;O_Panorama_da_Maturidade/quot;_feita_pelo_instituto_GfK_cujo_objetivo_foi_investigar_o_perfil_dessa_parcela_da_popula/ccedil;/atilde;o_buscando_conhecer_caracter/iacute;sticas_de_comportamento_gastos_sa/uacute;de_alimenta/ccedil;/atilde;o_moradia_transporte_educa/ccedil;/atilde;o_cultura_lazer_e_consumo_de_m/iacute;dia.html)> Acesso em: 02 mai. 2012.

DOMINIK, E. C. **Padrão de consumo familiar em diferentes estágios do ciclo de vida e níveis de renda – Bambuí-MG**. Viçosa: 2010. 134f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. 2011.

DOLL, J. Educação, cultura e lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. In: NERI, Anita Liberalesso (ORG.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. 288p.

FONSECA, M. W. **Mecanismos de transmissão da política monetária no Brasil: uma análise pós-regime de metas de inflação**. Curitiba: 2008. 222f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná. 2008.

FRAGA, M. H. S.; BARRETO, M. L. M.; LORETO, M. D. S.; PINTO, N. M. A. Refletindo sobre as redes sociais no cuidado e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade em famílias de camadas médias da população. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 22, n.2, p. 131-149, 201.

FURBINO, Z.; CASTRO, M. Crescimento da renda leva idosos à compra. **Estado de Minas**. 2011. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/03/20/internas\\_economia,216341/crescimento-da-renda-leva-idosos-a-compra.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/03/20/internas_economia,216341/crescimento-da-renda-leva-idosos-a-compra.shtml)>. Acesso em 03 mai. 2012.

GADE, C. **Psicologia do consumidor e da propaganda**. São Paulo: EPU, 1998.

GIGLIO, E. M. **O comportamento do consumidor**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005.

GOLDANI, A. M.. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.

GUIMARÃES, J. R. S. Envelhecimento populacional e oportunidades de negócios: o potencial mercado da população idosa. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais...** Caxambu – MG. 2006.

HAIR JUNIOR, J. F., BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Trad. por Adonai S. Sant’Anna e Anselmo Chaves Neto. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009)**: Despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2006. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2008. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2010. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2012. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica Rio de Janeiro, 2012.

ÍNDICE DE POTENCIAL DE CONSUMO. **O consumo dos brasileiros ultrapassará a marca dos R\$ 2,7 trilhões, em 2012**. 2012. Disponível em: <[http://www.ipcbr.com/downpress/IPCMaps2012\\_Release.pdf](http://www.ipcbr.com/downpress/IPCMaps2012_Release.pdf)>. Acesso dia 12 mar. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v.2, 552p.

LUIZ, G. V. **Consumo de telefone celular**: significados e influências na vida cotidiana dos adolescentes. Viçosa: 2008. 102f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. 2008.

MARQUES, F. D. C. **Vaidade física e o consumo na terceira idade**. Rio de Janeiro: 2009. 125f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdades Ibmecc. 2009.

MEDEIROS, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R. P. de; SOARES, S. Notas técnicas sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. 2, 2006.

MOSCHIS, G. P. **Consumer socialization: A life-cycle perspective**. Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1987. 353 p.

NERI, A. L. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e em sociologia, In: NERI, Anita Liberalesso (ORG.). **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

NERI, M.; CARVALHO, K.; NASCIMENTO, M. **Ciclo da vida e motivações financeiras (com especial atenção aos idosos brasileiros)**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão. 1999.

NOGUEIRA, M. Gastos com habitação e saúde sobem menos e ajudam inflação de idosos. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/gastos-com-habitacao-saude-sobem-menos-ajudam-inflacao-de-idosos-787498#ixzz2Q1pQZNEV>>. Acesso dia 28 mar. 2013.

NOGUEIRA, E. J.; LIMA, L. J. C.; MARTINS, L. A.; Moura, É. R. Rede de relações sociais e apoio emocional: pesquisa com idosos. **Iniciação Científica CESUMAR**, v. 11, n. 1, p. 65-70, jan./jun. 2009.

OSÓRIO, A. R.; PINTO, F. C. **As pessoas idosas: Contexto social e intervenção educativa**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2007.

PARREIRA, C. V. S. **Tendências e ciclos comuns entre consumo e renda e a importância relativa dos choques permanentes e transitórios: uma análise dos dados agregados brasileiros**. Porto Alegre: 2004. 80f. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

PEDRAZZI, E. C.; DELLA MOTTA, T. T.; VENDRÚSCOLO, T. R. P.; FABRÍCIO-WEHBE, S. C. C, CRUZ, I. R., RODRIGUES, R. A. P. Arranjo domiciliar dos idosos mais velhos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.18, nº 1, jan-fev. 2010.

PEREIRA, L. S. M.; BRITTO, R. R.; PERTENCE, A. E. M.; CAVALCANTE, E. C.; GUERRA, V. A. Programa melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados. 8º Encontro de Extensão da UFMG, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG. 2005.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para as ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Silabo. 2008.

RAMOS, J. L. C.; MENEZES, M. R.; MEIRA, E. C. Idosos que moram sozinhos: desafios e potencialidades do cotidiano. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 24, n. 1, 2, 3, p. 43-54, jan./dez. 2010.

RAMOS, M. P. Apoio social e saúde entre os idosos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, p. 156-175, jan./jun., 2002.

RIBEIRO, A. Q.; ROZENFELD, S.; KLEIN, C. H.; CÉSAR, C. C.; ACURCIO, F. A. Inquérito sobre uso de medicamentos por idosos aposentados, Belo Horizonte, MG. **Rev. Saúde Pública**, 2008; 42(4):724-32.

RODRIGUES, P. M. A. **As representações sociais do consumidor idoso acerca das normas que tutelam o consumo na terceira idade**. Viçosa: 2011. 92f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. 2011.

SAAD, P. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A.A.(ORG.) **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, IPEA, p.169-209, 2004.

SANTIAGO, F. S.; DOMINGUES, E. P. Gastos domiciliares com bens e serviços de saúde: a presença de idoso e criança no domicílio. **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Águas de Lindóia-SP, Anais... 2012.

SANTOS, I. T.; DIAS, C. M. S. B. Homem idoso: vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. **Aletheia**. Jan- Jul, 2008. p. 98–100.

SCHLINDWEIN, M. M. **Influência do custo de oportunidade do tempo da mulher sobre o padrão de consumo alimentar das famílias brasileiras**. Piracicaba: 2006. 118f. Tese (Doutorado em Ciências), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2006.

SEBRAE. **Vestuário: Tendências de Consumo**. SEBRAE/PR. 2010. Disponível em: <<http://portal2.pr.sebrae.com.br/StaticFile/InteligenciaCompetitiva/docs/Vestu%C3%A1rio/Tend%C3%A1ncias%20de%20Consumo/Tend%C3%A1ncias%20de%20Consumo.pdf>>. Acesso dia 05 abr. 2013.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Tradução de Cíntia Regina Pemberton Cancissu. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2009. 627p.

SIEVERT, M.; TAÍSE, J. V. Nova geração de idosos: um consumidor a ser conquistado. **X Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde – ComSaúde**, São Paulo, Anais... 2007.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo.** 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOMCHINDA, A.; FERNANDES, F. C. **Saúde e qualidade de vida na terceira idade: uma introspecção dos idosos institucionalizados.** Brasília: 2003. 96f. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Coletiva), Associação Brasileira de Odontologia. 2003.

STIVALI, M.; GOMIDE, A. Á. Padrões de gasto das famílias com transportes urbanos no Brasil metropolitano – 1987-2003. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger (ORG.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas.** Brasília: IPEA, 2007. 552p.

TEIXEIRA, S. M.; RODRIGUES, V. S. Modelos de família entre idosos: famílias restritas ou extensas? **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2009; 12(2):239-254.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística.** Rio de Janeiro: LTC, 2011. 696p.

VENTURA, R. **Mudanças no Perfil do Consumo no Brasil: Principais Tendências nos Próximos 20 Anos.** Macroplan – Prospectiva, Estratégia e Gestão. 2010.

WILMOTH, J. Arranjos de vida de idosos nos Estados Unidos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 136-155.

YING, B.; YAO, R. Consumption patterns of chinese elders: evidence from a survey in Wuhan, China. **J Fam Econ Iss**, 2006, 27:702-714.

## **APÊNDICE**

Tabela 26 – Perfil socioeconômico dos idosos que residiam sozinhos e dos que moravam apenas com o cônjuge.

VARIÁVEL	ARRANJO UNIPESSOAL				ARRANJO RESIDINDO COM O CÔNJUGE			
	N	%	Média	Desvio Padrão	N	%	Média	Desvio Padrão
Idade (anos)	2.160	-	71,61	8,154	2.002	-	69,9	7,284
60 a 69 anos	1.002	46,4			1076	53,7		
70 a 79 anos	777	36			709	35,4		
Acima de 80 anos	381	17,6			217	10,8		
<b>SEXO</b>								
Feminino	1372	63,5			178	8,9		
Masculino	788	36,5			1824	91,1		
<b>COR OU RAÇA</b>								
Branca	1004	46,5			976	48,8		
Preta	198	9,2			178	8,9		
Amarela	13	0,6			17	0,8		
Parda	929	43			813	40,6		
Indígena	13	0,6			14	0,7		
Não Informou	3	0,1			4	0,2		
<b>REGIÕES</b>								
Norte	206	9,5			146	7,3		
Nordeste	682	31,6			560	28		
Sudeste	654	30,3			611	30,5		
Sul	302	14			328	16,4		
Centro-Oeste	316	14,6			357	17,8		
Rural	451	20,9			658	32,9		
Urbano	1709	79,1			1344	67,1		
<b>ESCOLARIDADE</b>								
Ensino Fundamental	1180	54,6			1197	59,8		
Ensino Médio	292	13,5			239	11,9		
Ensino Superior	74	3,4			41	2,0		
Pós-Graduação	7	0,3			3	0,1		
Não Informou	607	28,1			522	26,1		
<b>FAIXAS DE RENDA</b>								
AB (acima de R\$4.980,01)	43	2,0			58	2,9		
C (R\$1.245,01 a R\$4.980,00)	525	24,3			952	47,6		
D (R\$830,01 a R\$1.245,00)	489	22,6			678	33,9		
E (abaixo de R\$830,00)	1103	51,1			314	15,7		
Renda Per Capta (R\$)	2.160	-	1.209,60	1.387,17	2.002	-	809,75	644,99
Renda Total (R\$)	2.160	-	1.209,60	1.387,17	2.002	-	1619,5	1290

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 27 – Valor em reais do rendimento anual dos idosos que residiam sozinhos e dos que moravam apenas com o cônjuge.

ARRANJO	RENDIMENTO	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Unipessoal	RENDIMENTO TRABALHO	0	11.300,00	153,79	601,38
	Empregado	0	11.300,00	59,48	372,66
	Empregador	0	5.150,00	9,72	170,20
	Conta-própria	0	10.000,00	84,60	454,27
	TRANSFERÊNCIA	0	179.131,65	2.207,30	6.524,42
	Aposentadoria e pensão do INSS	0	12.506,30	918,64	1.006,81
	Aposentadoria da previdência pública	0	27.206,00	309,29	1.537,93
	Aposentadoria da previdência privada	0	9.499,57	12,42	251,24
	Outras transferências	0	169.060,00	941,75	5.994,19
	Pensão alimentícia, mesada ou doação	0	1.800,00	2,78	51,38
	Programas sociais federais	0	1.660,00	22,42	118,02
	OUTRAS RENDAS	0	53.000,00	274,37	1.869,83
	RENDIMENTOALUGUEL	0	15.300,00	50,74	469,15
	Residindo com o Cônjuge	RENDIMENTO TRABALHO	0	31.276,80	315,05
Empregado		0	15.756,00	86,82	482,97
Empregador		0	5.880,00	32,04	299,81
Conta-própria		0	31.276,80	196,18	988,86
TRANSFERÊNCIA		0	102.758,30	2.011,30	5.228,20
Aposentadoria e pensão do INSS		0	18.540,00	872,88	1.078,86
Aposentadoria da previdência pública		0	23.976,00	165,29	1.000,89
Aposentadoria da previdência privada		0	29.167,16	23,29	680,76
Outras transferências		0	101.920,00	932,54	4.923,75
Pensão alimentícia, mesada ou doação		0	830,20	0,50	18,97
Programas sociais federais		0	1.660,00	16,80	101,84
OUTRAS RENDAS		0	47.700,00	359,46	2.275,07
RENDIMENTOALUGUEL		0	10.100,00	45,57	375,82

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 28 – Cálculo do gasto médio anual, por categorias de despesas, dos idosos no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge.

Variáveis	ARRANJO UNIPESSOAL					ARRANJO RESIDINDO COM O CÔNJUGE				
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Habitação	2.160	0	23.604,22	1.933,04	2.119,20	2.002	0	25.383,30	2.584,74	2.486,35
Despesas Diversas	2.160	0	17.472,54	445,44	1.177,87	2.002	0	18.316,00	530,51	1.132,68
Lazer	2.138	0	7.228,24	126,46	422,05	1.992	0	4.938,60	172,83	398,41
Transporte	2.127	0	22.414,46	516,08	1.439,01	1.986	0	24.058,94	1.424,64	2.485,85
Educação	2.127	0	2.080,00	13,15	113,32	1.986	0	2.100,00	11,57	106,58
Alimentação Dentro Domicílio	1.873	0	21.939,84	1.814,03	2.133,46	1.778	0	22.740,64	2.572,56	2.818,41
Alimentação Fora Domicílio	2.127	0	13.130,00	327,31	939,07	1.986	0	10.286,00	281,11	794,58
Fumo	2.127	0	3.556,28	51,77	215,27	1.986	0	4.778,28	87,02	318,02
Higiene e Cuidados Pessoais	2.150	0	6.819,60	140,23	432,82	1.998	0	16.617,60	207,39	772,20
Assistência à Saúde	2.127	0	25.347,60	1.257,47	2.123,30	1.986	0	20.862,92	2.030,01	2.540,70
Vestuário	2.127	0	8.142,80	316,99	541,94	1.986	0	5.856,92	481,48	652,17
Consumo Total	2.160	830,16	29.654,10	6.661,08	5.463,05	2.002	1.028,16	29.911,01	10.060,24	6.550,35

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 29 – Cálculo do gasto médio anual, por categorias e subcategorias de despesas, dos idosos no arranjo familiar unipessoal e residindo com o cônjuge.

Variáveis	ARRANJO UNIPESSOAL					ARRANJO RESIDINDO COM O CÔNJUGE				
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
<b>HABITACÃO</b>	2160	0	23.604,22	1.933,04	2.119,20	2002	0	25.383,30	2.584,74	2.486,35
Água e esgoto	2119	0	2.536,56	187,77	222,45	1976	0	3.000,00	214,15	281,91
Energia	2119	0	4.742,40	388,08	449,99	1976	0	5.803,80	564,47	543,07
Pacote de Telefone e Internet	2119	0	5.040,00	286,82	587,44	1976	0	9.111,60	348,04	632,47
Gás	2119	0	1.536,00	169,43	125,00	1976	0	1.491,12	248,45	143,45
Conserto de Artigo do Lar	2158	0	4.865,36	69,59	297,25	2001	0	7.704,00	109,32	474,60
Mobiliário e Artigo do Lar	2159	0	5.558,60	173,17	395,11	2001	0	5.668,00	216,06	483,90
Manutenção do Lar	2119	0	13.224,00	213,30	885,50	1976	0	24.000,00	273,70	1.122,53
Serviços de Terceiros	2119	0	7.140,00	131,43	586,74	1976	0	16.160,00	188,06	876,31
Serviços e Taxas	2119	0	21.336,16	74,15	757,35	1976	0	16.176,00	78,71	576,04
Artigo de Limpeza	2151	0	0	0	0	1993	0	4,20	0,00	0,09
Documentação	2119	0	0	0	0	1976	0	0	0	0
Condomínio	1121	0	1.043,67	19,44	87,88	1066	0	1.545,00	11,47	87,45
Aluguel	1121	0	1.400,00	41,19	114,49	1066	0	1.715,00	24,15	102,35
Artigos do Lar	1873	0	0,00	0,00	0,00	1778	0	0	0	0
Eletrodoméstico	1319	0	6.245,40	385,69	586,78	1360	0	6.534,00	515,02	705,57
<b>DESPESAS DIVERSAS</b>	2160	0	17.472,54	445,44	1.177,87	2002	0	18.316,00	530,51	1.132,68
Cerimônias Familiares	2158	0	10.500,00	65,02	514,03	2001	0	9.167,00	59,02	391,70
Animal de Estimação	2027	0	2.152,86	10,24	92,19	1906	0	2.544,00	12,29	112,93
Jogos e Apostas	2127	0	3.120,00	23,08	145,89	1986	0	2.600,00	42,88	179,83
Estética	2127	0	1.359,60	64,52	136,77	1986	0	5.191,20	110,61	211,97
Serviço de Cartório e Profissionais Liberais	2127	0	13.440,00	43,88	570,86	1986	0	8.240,00	43,45	441,33
Serviços Bancários	2127	0	2.113,56	23,27	120,94	1986	0	17.680,00	35,37	411,90

Doações	2127	0	15.033,50	176,89	745,52	1986	0	12.600,00	204,31	739,71
Serviços de Terceiros	507	5,05	4.003,65	188,70	298,53	335	5,1	2.520,00	159,48	219,80
<b>LAZER</b>	2138	0	7.228,24	126,46	422,05	1992	0	4.938,60	172,83	398,41
Atividades de Lazer	2138	0	7.066,00	112,03	387,69	1992	0	4.938,60	159,04	385,16
Livros e revistas Não Didáticos	2127	0	3.733,60	14,50	139,74	1986	0	1.499,68	13,84	75,14
<b>TRANSPORTE</b>	2127	0	22.414,46	516,08	1.439,01	1986	0	24.058,94	1.424,64	2.485,85
Gastos com Transporte	2127	0	21.948,00	271,53	918,94	1986	0	21.620,00	644,30	1.652,28
Combustível	2127	0	15.858,96	152,89	759,68	1986	0	14.180,40	440,74	1.212,81
Taxas	2127	0	3.147,54	41,40	215,20	1986	0	3.977,13	120,50	317,10
Manutenção e Acessório	2127	0	11.016,00	50,26	374,81	1986	0	15.235,60	219,10	868,80
<b>EDUCAÇÃO</b>	2127	0	2.080,00	13,15	113,32	1986	0	2.100,00	11,57	106,58
Outros Cursos e Atividades	2127	0	1.989,90	5,26	67,96	1986	0	2.100,00	7,26	89,51
Livros Revistas	2127	0	2.080,00	7,89	89,44	1986	0	2.068,24	4,32	56,64
<b>HIGIENE CUIPESSOAL</b>	2150	0	6.819,60	140,23	432,82	1998	0	16.617,60	207,39	772,20
Instrumento de Uso Pessoal	2150	0	6.819,60	139,82	432,88	1998	0	16.617,60	206,48	772,17
Sabonete	2127	0	165,36	0,28	5,79	1986	0	235,20	0,38	7,99
Perfumes	2127	0	202,80	0,13	4,67	1986	0	240,00	0,33	8,38
Produto de Cabelo	2127	0	0,00	0,00	0,00	1986	0	264,36	0,21	6,41
<b>ASSISTÊNCIA À SAUDE</b>	2127	0	25.347,60	1.257,47	2.123,30	1986	0	20.862,92	2.030,01	2.540,70
Remédio	2127	0	25.347,60	851,19	1.457,88	1986	0	18.494,04	1.400,34	1.745,66
Plano de Saúde	2127	0	19.584,00	244,81	1.019,58	1986	0	17.304,00	318,57	1.250,42
Tratamento Médico e Ambulatorial	2127	0	7.760,00	17,76	274,54	1986	0	5.424,80	13,11	176,44
Serviço de Terceiros	2127	0	13.728,00	28,64	465,20	1986	0	20.000,00	37,12	585,61
Exames	2127	0	2.448,00	35,40	176,30	1986	0	13.980,00	104,37	508,92
Hospitalização	2127	0	2.511,60	2,57	69,96	1986	0	12.000,00	10,01	288,35
Consulta	2127	0	8.080,00	52,93	277,41	1986	0	4.896,00	97,87	336,77
Material de Tratamento	2127	0	6.000,00	24,17	226,57	1986	0	12.240,00	48,62	438,53

Taxas de Saúde	2127	0	0,00	0,00	0,00	1986	0	0,00	0,00	0,00
<b>VESTUÁRIO</b>	2127	0,00	8.142,80	316,99	541,93526	1986	0,00	5.856,92	481,48	652,16742
Roupas	2127	0,00	5.606,80	212,71	393,77344	1986	0,00	3.953,44	340,98	506,70884
Artigos de Armarinho	2127	0,00	2.376,00	16,09	92,84878	1986	0,00	1.184,40	17,26	79,63663
Calçados e Apetrechos	2127	0,00	2.570,40	76,38	191,79627	1986	0,00	3.156,48	110,21	218,37643
Joia e Bijuteria	2127	0,00	2.264,40	11,81	80,17056	1986	0,00	1.077,52	13,03	61,35546

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 30 – Média dos gastos por região das categorias de despesas do arranjo familiar unipessoal.

Variáveis	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	p
Habitação	1.914,22	1.530,21	2.235,67	2.282,35	1.854,57	0,000*
Despesas Diversas	283,21	360,06	566,05	587,11	350,42	0,000*
Lazer	105,89	73,43	162,58	173,10	134,99	0,001*
Transporte	593,75	367,38	448,43	657,13	789,09	0,000*
Educação	2,98	5,72	15,70	29,56	14,77	0,024*
Alimentação Dentro Domicílio	1.819,17	1.751,60	1.930,41	1.871,12	1.661,51	0,459
Alimentação Fora Domicílio	302,53	230,03	449,66	288,41	337,46	0,001*
Fumo	57,32	48,09	47,43	71,50	46,13	0,507
Higiene e Cuidados Pessoais	164,27	130,51	153,14	125,86	132,65	0,739
Assistência à Saúde	575,95	936,69	1.596,54	1.762,50	1.206,99	0,000*
Vestuário	263,45	258,65	360,85	389,61	317,16	0,001*

Fonte: Dados da pesquisa.

p: nível de significância

Tabela 31 – Média dos gastos por região das categorias de despesas do arranjo familiar residindo com o cônjuge.

<b>Variáveis</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>p</b>
Habitação	2.618,63	2.019,45	2.962,77	2.805,94	2.607,38	0,000*
Despesas Diversas	469,16	376,80	646,70	638,91	498,23	0,000*
Lazer	154,74	71,14	178,06	264,75	245,37	0,000*
Transporte	1.080,08	921,54	1.641,10	1.806,58	1.625,67	0,000*
Educação	13,03	12,75	10,96	5,74	15,59	0,810
Alimentação Dentro Domicílio	2.109,10	2.368,57	2.620,59	3.115,66	2.513,90	0,001*
Alimentação Fora Domicílio	276,90	249,80	305,25	335,31	239,94	0,421
Fumo	111,92	66,50	89,93	122,20	71,28	0,088
Higiene e Cuidados Pessoais	168,49	204,05	234,84	195,41	192,32	0,851
Assistência à Saúde	1.488,42	1.598,70	2.526,80	2.027,07	2.072,57	0,000*
Vestuário	433,90	390,70	500,60	629,03	473,29	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.  
p: nível de significância

Tabela 32 – Média dos gastos por faixa de renda das categorias de despesas do arranjo familiar unipessoal.

<b>Variáveis</b>	<b>AB</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>p</b>
Habitação	4.875,62	2.930,03	1.950,15	1.336,21	0,000*
Despesas Diversas	1.618,17	973,91	345,42	192,52	0,000*
Lazer	844,89	246,35	105,16	50,72	0,000*
Transporte	2.296,09	1.057,38	383,05	245,97	0,000*
Educação	153,30	33,40	6,11	1,12	0,000*
Alimentação Dentro Domicílio	2.492,17	2.322,00	1.891,74	1.507,87	0,000*
Alimentação Fora Domicílio	1.439,55	526,51	313,55	194,32	0,000*
Fumo	0,00	56,18	41,76	56,16	0,246
Higiene e Cuidados Pessoais	442,97	246,81	118,50	87,63	0,000*
Assistência à Saúde	4.150,22	2.152,59	1.305,63	692,37	0,000*
Vestuário	862,18	501,33	319,57	205,88	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.  
p: nível de significância.

Tabela 33 – Média dos gastos por faixa de renda das categorias de despesas do arranjo familiar residindo com o cônjuge.

<b>Variáveis</b>	<b>AB</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>p</b>
Habitação	4.811,17	3.167,99	2.042,05	1.576,98	0,000*
Despesas Diversas	1.411,43	714,20	348,67	203,47	0,000*
Lazer	566,75	251,24	77,75	66,20	0,000*
Transporte	3.408,41	1.996,09	803,23	653,34	0,000*
Educação	15,21	20,29	3,74	1,19	0,005*
Alimentação Dentro Domicílio	2.472,81	2.846,74	2.461,93	1.962,88	0,000*
Alimentação Fora Domicílio	532,32	396,84	163,33	135,58	0,000*
Fumo	92,92	93,97	76,10	88,29	0,737
Higiene e Cuidados Pessoais	534,28	282,90	135,08	74,69	0,000*
Assistência à Saúde	3.542,83	2.634,54	1.473,90	1.105,10	0,000*
Vestuário	911,99	643,73	322,80	248,97	0,000*

Fonte: Dados da pesquisa.  
p: nível de significância.